

Termo de Referência 35/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
35/2024	320004-MME-CGC-COORD.GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS/DF	TAYNA LIMA MARTINS	09/10/2024 16:59 (v 6.1)
Status	PUBLICADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	10/2024	48340.002373/2024-76

1. Definição do objeto

1.1. Aquisição de mobiliário, sob demanda, através de registro de preços para unidades diversas do Ministério de Minas e energia - MME, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE 1 - (Armários, Mesas e Gaveteiros)

ITEM	RESUMO	CATMAT	UNIDADE	QUANT.	UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Mesa Angular 1500(600) x 1500(600) x 740mm.	123455	Und	300	R\$ 1.483,33	R\$ 444.999,00
2	Mesa Angular 1350(600) x 1350(600) x 740mm.	123455	Und	100	R\$ 1.210,00	R\$ 121.000,00
3	Mesa Angular 1500(600) x 1200(600) x 740mm.	123455	Und	100	R\$ 1.325,00	R\$ 132.500,00
4	Mesa reunião executiva 4000x1200x740mm	123455	Und	20	R\$ 2.925,00	R\$ 58.500,00
5	Mesa reunião 3000x1100x740mm	123455	Und	10	R\$ 2.354,63	R\$ 23.546,30
6	Mesa reunião 2500x1100x740mm	123455	Und	25	R\$ 2.151,84	R\$ 53.796,00
7	Plataforma de trabalho 2 lugares frente/verso 1400x1400x740mm	123455	Und	50	R\$ 2.481,67	R\$ 124.083,50
8	Plataforma de trabalho 4 lugares frente/verso 2800x1400x740mm	123455	Und	50	R\$ 3.577,95	R\$ 178.897,50
9	Mesa retangular 1500x600x740mm com	123455	Und	20	R\$ 1.426,00	R\$ 28.520,00

	gavetas					
10	Mesa retangular 1200x600x740mm.	123455	Und	20	R\$ 1.131,00	R\$ 22.620,00
11	Mesa retangular 800x600x740mm.	123455	Und	20	R\$ 1.029,00	R\$ 20.580,00
12	Mesa redonda 1200x740mm	608485	Und	30	R\$ 1.125,00	R\$ 33.750,00
13	Painel divisor suspenso 1500mm	123455	Und	160	R\$ 445,00	R\$ 71.200,00
14	Painel divisor suspenso 1350mm	123455	Und	160	R\$ 410,67	R\$ 65.707,20
15	Conjunto de trabalho executivo	608652	Und	15	R\$ 3.700,00	R\$ 55.500,00
16	Painel divisório 750x70x1100mm	123455	Und	80	R\$ 790,00	R\$ 63.200,00
17	Painel divisório 600x70x1100mm	123455	Und	80	R\$ 735,00	R\$ 58.800,00
18	Tubo conector para painel divisório	123455	Und	20	R\$ 360,00	R\$ 7.200,00
19	Módulo extensor de tampo	608652	Und.	60	R\$ 1.151,50	R\$ 69.090,00
20	(M2) Módulos complementares sob medida	123455	M2	200	R\$ 640,00	R\$ 128.000,00
21	Módulo Call Center /teleatendimento	608652	Und.	50	R\$ 2.874,00	R\$ 143.700,00
22	Plataforma multiuso basculante	608652	Und	30	R\$ 1.275,00	R\$ 38.250,00
23	Módulos componíveis	608652	Und	16	R\$ 2.178,00	R\$ 34.848,00
24	Armário alto 800x500x1600mm	603764	Und	40	R\$ 1.185,28	R\$ 47.411,20
25	Armário médio 800x500x1100mm	603765	Und	40	R\$ 1.036,94	R\$ 41.477,60
26	Armário baixo 800x500x740mm	275323	Und	50	R\$ 759,15	R\$ 37.957,50
27	Mesa bistrô	328994	Und	10	R\$ 1.241,33	R\$ 12.413,30
28	Armário Credenza	607229	Und	10	R\$ 5.995,67	R\$ 59.956,70
29	Gaveteiro volante 2 Gavetas + 1 gavetão	613195	Und	220	R\$ 1.169,67	R\$ 257.327,40
30	Armário baixo lateral 400x600x740mm	275321	Und	50	R\$ 832,50	R\$ 41.625,00
31	Armário baixo lateral 800x600x740mm	275321	Und	60	R\$ 1.364,67	R\$ 81.880,20
32	Mesa lateral	611656	Und	30	R\$ 1.852,33	R\$ 55.569,90
33	Mesa de centro	611656	Und	10	R\$ 2.220,00	R\$ 22.200,00
34	Aparador	436772	Und	6	R\$ 2.598,45	R\$ 15.590,70

35	Carro-suporte transporte material	607897	Und	10	R\$ 3.776,00	R\$ 37.760,00
36	Mesa de aproximação	608654	Und	20	R\$ 686,00	R\$ 13.720,00
37	Mesa de apoio	123455	Und	10	R\$ 815,00	R\$ 8.150,00
38	Armário auxiliar	275321	Und	10	R\$ 3.346,53	R\$ 33.465,30
39	Bancada de apoio	123455	Und	10	R\$ 5.461,00	R\$ 54.610,00
40	Conjunto Executivo	123455	Und	5	R\$ 4.340,00	R\$ 21.700,00
41	Gaveteiro Executivo	480019	Und	10	R\$ 2.867,00	R\$ 28.670,00
VALOR TOTAL - LOTE 1					2.849.771,34	

LOTE 2 - Cadeiras e Poltronas

42	Poltrona Giratória com braços	603265	Und	250	R\$ 1.193,33	R\$ 298.332,50
43	Poltrona giratória, executiva, espaldar alto com apoio de cabeça.	603265	Und	50	R\$ 1.373,33	R\$ 68.666,50
44	Cadeira fixa com prancheta e grade porta-livros	603265	Und	50	R\$ 1.100,00	R\$ 55.000,00
45	Poltrona giratória, espaldar alto, com braços.	603265	Und	350	R\$ 1.216,33	R\$ 425.715,50
46	Poltrona giratória, concha inteiriça	603265	Und	30	R\$ 1.985,00	R\$ 59.550,00
47	Poltrona giratória para pessoas com sobrepeso.	603265	Und	10	R\$ 2.504,00	R\$ 25.040,00
48	Banqueta alta multiuso	612562	Und	30	R\$ 775,00	R\$ 23.250,00
49	Poltrona de espera mod. 1	238791	Und	20	R\$ 1.379,55	R\$ 27.591,00
50	Longarina 3 lugares	607538	Und	5	R\$ 1.875,00	R\$ 9.375,00
51	Longarina 3 lugares com braços	607538	Und	5	R\$ 2.500,00	R\$ 12.500,00
52	Conjunto estofado 03 lugares - Estrutura cromada	438033	Und	15	R\$ 3.587,50	R\$ 53.812,50
53	Sofá 03 lugares	438033	Und	20	R\$ 3.793,96	R\$ 75.879,20
54	Conjunto estofado 02 lugares - Estrutura cromada	610975	Und	30	R\$ 3.671,66	R\$ 110.149,80
55	Sofá 02 lugares	610975	Und	40	R\$ 3.277,50	R\$ 131.100,00
56	Conjunto estofado de 01 lugar - Estrutura cromada	611776	Und	30	R\$ 2.798,00	R\$ 83.940,00

57	Sofá 01 lugar	611777	Und	40	R\$ 2.584,00	R\$ 103.360,00
58	Poltrona multiuso	611777	Und	10	R\$ 2.425,00	R\$ 24.250,00
59	Poltrona multiuso dobrável	238791	Und	15	R\$ 2.473,50	R\$ 37.102,50
60	Prancheta para poltrona multiuso	255891	Und	20	R\$ 265,00	R\$ 5.300,00
61	Cadeira de aproximação empilhável	461919	Und.	40	R\$ 526,67	R\$ 21.066,80
62	Poltrona fixa com braços	238791	Und	10	R\$ 892,50	R\$ 8.925,00
63	Poltrona de espera mod. 2	238791	Und	10	R\$ 2.325,00	R\$ 23.250,00
VALOR TOTAL - LOTE 1					1.683.158,38	
VALOR TOTAL - LOTE 1 e 2					4.532.929,73	

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Instrução Normativa SEGES/MGI nº 4, de 2 de fevereiro de 2023, que estabeleceu regras complementares para aplicação do Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo Art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Os itens estão descritos detalhadamente no Item 6 do Estudo Técnico Preliminar, inclusive as metragens para aquisição.

2. Fundamentação da contratação

2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo **encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.**

3.2 A substituição regular do mobiliário de escritório, além de garantir a funcionalidade e a ergonomia, é essencial para a sustentabilidade ambiental, promovendo o uso responsável de recursos e a redução do impacto ambiental.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A Lei nº 11.284/2006 (Lei de Manejo Florestal Sustentável) exige que as empresas que extraem madeira estejam registradas e que a madeira venha de áreas autorizadas, garantindo práticas de manejo sustentável.

4.1.2. Documento de Origem Florestal (DOF), instituído pela Portaria nº 253, de 18 de agosto de 2006, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), constitui licença obrigatória para o transporte e armazenamento de produtos florestais de origem nativa.

4.1.3. Racionalidade quanto aos bens materiais, assim como o acondicionamento adequado com a utilização de materiais recicláveis, considerando o menor volume possível nas embalagens e respectiva proteção no transporte e armazenamento.

Da exigência de amostra

4.2. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar, deverá apresentar amostra, quando solicitado, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.3. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

4.3.1. Será necessária a apresentação de amostras dos itens do Lote 1 para a avaliação de sua qualidade, estrutura, durabilidade e padronização dos móveis que este ministério pretende adquirir.

4.3.2 Será necessária a apresentação de amostras dos itens do Lote 2 para a avaliação de sua qualidade, estrutura, durabilidade e padronização dos móveis que este ministério pretende adquirir.

4.3.2.1 A empresa vencedora, caso não seja de Brasília-DF, deverá enviar as amostras da madeira, do estofado e o catálogo de cores, texturas e padrões via Sedex (Correios), sendo de sua inteira responsabilidade.

4.4. As amostras poderão ser entregues no endereço Esplanada dos Ministérios - Ministério de Minas e Energia "Bloco U" - DF. CEP - 70.065-900 , no prazo limite de 15 (quinze) úteis, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.5. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findar o prazo.

4.6. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.7. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade das amostras:

- Qualidade;
- Estrutura;
- Resistência;
- padronização;e
- Design e ergonomia.

4.7.1 A necessidade da amostra encontra-se justificada no Item 6 do Estudo Técnico Preliminar.

4.8. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.9. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.10. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.11. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 8 (oito) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.12. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

4.13. Poderá ser dispensada da apresentação de amostra a empresa que ofertar material de marca e modelo já adquiridos e aprovados pelo MME.

4.14. O móvel apresentado como amostra poderá ser aberto, manuseado, desmontado, receber cortes, secções, vincos ou movimentos nas peças, sendo devolvido à licitante no estado em que se encontrar ao final da avaliação técnica.

4.15. Como requisito elementar, os bens deverão ser novos e entregues acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas e deverão, comprovadamente, estar em fase normal de produção/fabricação, não sendo aceitos materiais descontinuados ou fora de linha de produção do fabricante. Os materiais deverão ser fornecidos com todos os acessórios necessários à sua perfeita instalação e funcionamento, incluindo a documentação técnica completa e atualizada, como manuais, guias de instalação e outros pertinentes.

4.16. Os bens demandam uma logística de média a alta complexidade no seu deslocamento, cujos custos de entrega até o local determinado pelo contratante, bem como a montagem, devem estar inclusos no preço dos produtos.

Requisitos ergonômicos

4.17. As cadeiras devem atender aos requisitos ergonômicos previstos na NR 17 e na NBR 13.962, sendo exigido em alguns modelos o encosto apoio lombar regulável em profundidade (tensão) e ajustável na altura, e o apoio para o antebraço com regulagem de altura, e de cervical.

4.17.1 Considerando as diferenças físicas de servidores e colaboradores o mobiliário (mesa ou cadeira) deve permitir o apoio de antebraços, a fim de evitar postura estática forçada, e possuir regulagens de ajuste conforme as características antropométricas do usuário (altura, peso, comprimento das pernas, etc.).

Subcontratação

4.18. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.19. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), no percentual de 5% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

4.20. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.21. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.22. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 45 (quarenta e cinco) dias, contados do(a) ordem de serviço, fornecimento por demanda.

5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Ministério de Minas e Energia - Esplanada dos Ministérios. Bloco "U". Brasília - DF - CEP: 70.855-040.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.3. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

5.5. O prazo de garantia contratual dos bens, incluindo os 90 (noventa) dias de garantia legal previstos no art. 26, II, da Lei nº 8.078/90, será de 03 (três) anos contra defeitos de fabricação. Este prazo é calculado a partir da data de entrega e aceitação dos produtos e seus componentes, de acordo com as disposições contidas no art. 39, VIII, da mesma lei. A garantia cobre os produtos mesmo após a descontinuidade de fabricação dentro desse período.

5.5.1. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.5.2. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.5.2.1. A realização da manutenção corretiva dos bens poderá ser feita pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.5.3. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.5.4. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.6. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.7. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.8. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados quando couber, e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua, competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos **no prazo de 10 (dez) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá **no prazo de 10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o **recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis**.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.9 O recebimento deverá ser fiscalizado por fiscais responsáveis para que não haja entrega errônea ou de qualidade inferior, caso isso ocorra o fornecedor poderá ser penalizado, nos termos da [Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940, Artigo 337L.](#)

Liquidação

7.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.](#)

7.10.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.](#)

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.11.1. o prazo de validade;

7.11.2. a data da emissão;

7.11.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.11.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.11.5. o valor a pagar; e

7.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.](#)

7.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.19. O pagamento será efetuado **no prazo de até 10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.](#)

7.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.23.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.24. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.25 É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.26 As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.27 A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.28 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.29 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.30 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, para registro de preços, **na modalidade PREGÃO, sob a forma Registro de Preços**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO DO LOTE**.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral, de acordo com a quantidade de unidades solicitada pela administração na demanda requerida.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#);

8.22. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.22.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.22.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.22.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.22.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.23. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente.

8.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.25. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.26. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.26.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.26.1.1. O documento deve indicar, minimamente, as dimensões do assento, dimensões do encosto, altura mínima e máxima do assento, altura mínima e máxima dos braços, tipos de regulagem da cadeira, tipos de rodízio usados na cadeira, tipo de base / estrutura e dimensão das longarinas.

8.26.1.2. Apresentar o laudo ou parecer técnico emitido por Engenheiro de Segurança do Trabalho (Resolução CONFEA N.325, de 27/11/1987), profissional que possua Certificação de Ergonomista ou que comprove ter curso de especialização, mestrado ou doutorado que o habilite a realizar avaliações ergonômicas, declarando que a linha de mobiliário ofertada está em conformidade com as Normas Brasileiras de Regulamentação.

8.26.1.2.1 Apresentar Certificado ou Declaração de conformidade com as normas ABNT NBR 13962:2018 Móveis para escritório – Cadeiras.

8.26.1.2.2 Apresentar Certificado ou Declaração NR-17 comprovando que o material ofertado está em conformidade com os parâmetros exigidos na NR 17 para cadeiras, poltronas e estofados e Certificado ou Declaração de conformidade com as normas NBR 16031:2006 Móveis – Assentos Múltiplos – Requisitos e métodos para resistência e durabilidade para as Longarinas de 2 e 3 lugares (itens 52 e 53).

8.26.1.2.3 Apresentar Certificado ou Declaração de conformidade com as normas ABNT NBR 8910/2016 (especifica o método para determinação da resistência à compressão de espumas flexíveis de poliuretano).

8.26.1.2.4 Apresentar NBR 13961/2010 para armários (especifica as características físicas e dimensionais dos armários para escritório, bem como estabelece os métodos para a determinação).

8.26.1.2.5 Apresentar NBR 13966:2008 para mesas (especifica as dimensões de mesas de escritório de uso geral, inclusive mesas de reuniões, os requisitos mecânicos, de segurança e ergonômicos). Todos os normativos estão descritos no Item 5 deste ETP.

8.26.1.2.6 Comprovação da origem legal da madeira utilizada na fabricação dos móveis, quando cabível, por meio do **Documento de Origem Florestal (DOF)**, em nome da empresa ou de seu fornecedor de madeira ou fabricante dos painéis de madeira. A apresentação do DOF fica dispensada quando a madeira ou placa possuir o certificado de manejo florestal e/ou cadeia de custódia sustentável (CERFLOR, PEFC, FSC ou outro igual e comprovadamente idôneo e independente).

8.26.1.2.6.1. Quando o DOF ou os certificados de manejo / custódia sustentável estiverem em nome do fornecedor de madeira ou painéis de madeira, a licitante deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, de que usará apenas os insumos deste fornecedor.

8.26.1.2.6.2. Os produtos e subprodutos florestais provenientes de pinus e eucalipto não exigem a apresentação da documentação DOF, mas é imprescindível a comprovação do manejo florestal.

8.26.2. Apresentar Atestados de Capacidade Técnica, onde a somatória deverá ter no mínimo 50% de fornecimento do objeto. fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, emitido em português, exceto pelo próprio proponente, que comprovem experiência no fornecimento mobiliário corporativo ou contrato em nível satisfatório, com características pertinentes, similares e compatíveis com as exigidas no presente projeto, constatando que a mesma possui experiência e capacidade técnica para o fornecimento dos equipamentos supramencionados, objeto desta licitação.

8.26.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.26.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.27. Para cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.27.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.27.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.27.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.27.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.27.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.27.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.27.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Requisitos da contratação:

8.28 Exclusividade/Benefício ME/EPP: em razão do valor de cada item da licitação superar os R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) definidos no artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e artigo 6º do Decreto 8.538/2015, atualizado pelo Decreto Nº 10.273/2020, o benefício de exclusividade para participação de microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) não poderá ser aplicado. Entretanto, serão adotados os critérios de preferências previstas no Decreto 8.538/2015.s: ainda que se trate de mercado amplo e com

8.29 Participação de Consórcios ou Empresas Estrangeira necessidade de cobertura nacional para a prestação de eventuais serviços de manutenção (preventiva e corretiva), a participação de consórcios e de empresas estrangeiras será permitida, com vistas a ampliar a competitividade do certame, desde que atendidas as exigências do artigo 15 e artigo 70 da Lei 14.133/2021.

Justificativa para vedação de Pessoa Física:

A exigência de capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais afasta a participação de pessoas físicas (art. 4º da IN nº 116/2021)

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 4.532.929,73

9.1.O custo estimado total da contratação é de **R\$ 4.532.929,73 (Quatro milhões, quinhentos e trinta e dois mil, novecentos e vinte e nove reais e setenta e três centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela constante do item 1.1. do Termo de Referência.

9.2 A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

9.3 Tratando-se de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.4 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.5 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.6 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.7 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 320004/00001

II) Fonte de Recursos: 1053000260;

III) Programa de Trabalho: 25.122.0032.2000.0001;

IV) Elemento de Despesa: 449052;

V) Plano Interno: [...];

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: PORTARIA Nº 460/SPOA/SE/MME, DE 10 DE JUNHO DE 2024

FABIANA FEIJO DE OLIVEIRA BAPTISTUCCI

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 09/10/2024 às 16:58:46.

Despacho: PORTARIA Nº 460/SPOA/SE/MME, DE 10 DE JUNHO DE 2024

TERENCIO TONHA BRANDAO JUNIOR

Membro da comissão de contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - nr-17-atualizada-2022 - Ergonomia.pdf (297.38 KB)
- Anexo II - PLANILHA MOBILIARIO PDF.pdf (2.19 MB)
- Anexo III - ETP27_2024 (4).pdf (27.88 MB)

Anexo I - nr-17-atualizada-2022 - Ergonomia.pdf

NR 17 - ERGONOMIA

Publicação	D.O.U.
Portaria MTb n.º 3.214, de 08 de junho de 1978	06/07/78
Alterações/Atualizações	D.O.U.
Portaria MTPS n.º 3.751, de 23 de novembro de 1990	26/11/90
Portaria SIT n.º 08, de 30 de março de 2007	02/04/07
Portaria SIT n.º 09, de 30 de março de 2007	02/04/07
Portaria SIT n.º 13, de 21 de junho de 2007	26/06/07
Portaria MTb n.º 876, de 24 de outubro de 2018	Rep. 26/10/18
Portaria MTP n.º 423, de 07 de outubro de 2021	08/10/21
Portaria MTP n.º 4.219, de 20 de dezembro de 2022	22/12/22

(Redação dada pela Portaria MTP n.º 423 de 07 de outubro de 2021)

SUMÁRIO

- 17.1 Objetivo
- 17.2 Campo de Aplicação
- 17.3 Avaliação das situações de trabalho
- 17.4 Organização do trabalho
- 17.5 Levantamento, transporte e descarga individual de cargas
- 17.6 Mobiliário dos postos de trabalho
- 17.7 Trabalho com máquinas, equipamentos e ferramentas manuais
- 17.8 Condições de conforto no ambiente de trabalho
- Anexo I - Trabalho dos Operadores de **Checkout**
- Anexo II - Trabalho em Teleatendimento/**Telemarketing**

17.1 Objetivo

17.1.1 Esta Norma Regulamentadora - NR visa estabelecer as diretrizes e os requisitos que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar conforto, segurança, saúde e desempenho eficiente no trabalho.

17.1.1.1 As condições de trabalho incluem aspectos relacionados ao levantamento, transporte e descarga de materiais, ao mobiliário dos postos de trabalho, ao trabalho com máquinas, equipamentos e ferramentas manuais, às condições de conforto no ambiente de trabalho e à própria organização do trabalho.

17.2 Campo de Aplicação

17.2.1 Esta Norma se aplica a todas as situações de trabalho, relacionadas às condições previstas no subitem 17.1.1.1, das organizações e dos órgãos públicos da administração direta e indireta, bem como dos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

17.2.2 Nos termos previstos em lei, aplica-se o disposto nesta NR a outras relações jurídicas.

17.3 Avaliação das situações de trabalho

Este texto não substitui o publicado no DOU

17.3.1 A organização deve realizar a avaliação ergonômica preliminar das situações de trabalho que, em decorrência da natureza e conteúdo das atividades requeridas, demandam adaptação às características psicofisiológicas dos trabalhadores, a fim de subsidiar a implementação das medidas de prevenção e adequações necessárias previstas nesta NR.

17.3.1.1 A avaliação ergonômica preliminar das situações de trabalho pode ser realizada por meio de abordagens qualitativas, semiquantitativas, quantitativas ou combinação dessas, dependendo do risco e dos requisitos legais, a fim de identificar os perigos e produzir informações para o planejamento das medidas de prevenção necessárias.

17.3.1.2 A avaliação ergonômica preliminar pode ser contemplada nas etapas do processo de identificação de perigos e de avaliação dos riscos descrito no item 1.5.4 da Norma Regulamentadora nº 01 (NR 01) – Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais.

17.3.1.2.1 A avaliação ergonômica preliminar das situações de trabalho deve ser registrada pela organização.

17.3.2 A organização deve realizar Análise Ergonômica do Trabalho - AET da situação de trabalho quando:

- a) observada a necessidade de uma avaliação mais aprofundada da situação;
- b) identificadas inadequações ou insuficiência das ações adotadas;
- c) sugerida pelo acompanhamento de saúde dos trabalhadores, nos termos do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO e da alínea “c” do subitem 1.5.5.1.1 da NR 01; ou
- d) indicada causa relacionada às condições de trabalho na análise de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, nos termos do Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR.

17.3.3 A AET deve abordar as condições de trabalho, conforme estabelecido nesta NR, incluindo as seguintes etapas:

- a) análise da demanda e, quando aplicável, reformulação do problema;
- b) análise do funcionamento da organização, dos processos, das situações de trabalho e da atividade;
- c) descrição e justificativa para definição de métodos, técnicas e ferramentas adequados para a análise e sua aplicação, não estando adstrita à utilização de métodos, técnicas e ferramentas específicos;
- d) estabelecimento de diagnóstico;
- e) recomendações para as situações de trabalho analisadas; e
- f) restituição dos resultados, validação e revisão das intervenções efetuadas, quando necessária, com a participação dos trabalhadores.

17.3.4 As Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP enquadradas como graus de risco 1 e 2 e o Microempreendedor Individual – MEI não são obrigados a elaborar a AET, mas devem atender todos os demais requisitos estabelecidos nesta NR, quando aplicáveis.

17.3.4.1 As ME ou EPP enquadradas como graus de risco 1 e 2 devem realizar a AET quando
Este texto não substitui o publicado no DOU

observadas as situações previstas nas alíneas “c” e “d” do item 17.3.2.

17.3.5 Devem integrar o inventário de riscos do PGR:

- a) os resultados da avaliação ergonômica preliminar; e
- b) a revisão, quando for o caso, da identificação dos perigos e da avaliação dos riscos, conforme indicado pela AET.

17.3.6 Devem ser previstos planos de ação, nos termos do PGR, para:

- a) as medidas de prevenção e adequações decorrentes da avaliação ergonômica preliminar, atendido o previsto nesta NR; e
- b) as recomendações da AET.

17.3.7 O relatório da AET, quando realizada, deve ficar à disposição na organização pelo prazo de 20 (vinte) anos.

17.3.8 A organização deve garantir que os empregados sejam ouvidos durante o processo da avaliação ergonômica preliminar e na AET.

17.4 Organização do trabalho

17.4.1 A organização do trabalho, para efeito desta NR, deve levar em consideração:

- a) as normas de produção;
- b) o modo operatório, quando aplicável;
- c) a exigência de tempo;
- d) o ritmo de trabalho;
- e) o conteúdo das tarefas e os instrumentos e meios técnicos disponíveis; e
- f) os aspectos cognitivos que possam comprometer a segurança e a saúde do trabalhador.

17.4.2 Nas atividades que exijam sobrecarga muscular estática ou dinâmica do tronco, do pescoço, da cabeça, dos membros superiores e dos membros inferiores, devem ser adotadas medidas técnicas de engenharia, organizacionais e/ou administrativas, com o objetivo de eliminar ou reduzir essas sobrecargas, a partir da avaliação ergonômica preliminar ou da AET.

17.4.3 Devem ser implementadas medidas de prevenção, a partir da avaliação ergonômica preliminar ou da AET, que evitem que os trabalhadores, ao realizar suas atividades, sejam obrigados a efetuar de forma contínua e repetitiva:

- a) posturas extremas ou nocivas do tronco, do pescoço, da cabeça, dos membros superiores e/ou dos membros inferiores;
 - b) movimentos bruscos de impacto dos membros superiores;
 - c) uso excessivo de força muscular;
 - d) frequência de movimentos dos membros superiores ou inferiores que possam comprometer a segurança e a saúde do trabalhador;
 - e) exposição a vibrações, nos termos do Anexo I da Norma Regulamentadora nº 09 - Avaliação e
- Este texto não substitui o publicado no DOU

Controle das Exposições Ocupacionais a Agentes Físicos, Químicos e Biológicos; ou
f) exigência cognitiva que possa comprometer a segurança e saúde do trabalhador.

17.4.3.1 As medidas de prevenção devem incluir duas ou mais das seguintes alternativas:

- a) pausas para propiciar a recuperação psicofisiológica dos trabalhadores, que devem ser computadas como tempo de trabalho efetivo;
- b) alternância de atividades com outras tarefas que permitam variar as posturas, os grupos musculares utilizados ou o ritmo de trabalho;
- c) alteração da forma de execução ou organização da tarefa; e
- d) outras medidas técnicas aplicáveis, recomendadas na avaliação ergonômica preliminar ou na AET.

17.4.3.1.1 Quando não for possível adotar as alternativas previstas nas alíneas “c” e “d” do subitem 17.4.3.1, devem obrigatoriamente ser adotadas pausas e alternância de atividades previstas, respectivamente, nas alíneas “a” e “b” do subitem 17.4.3.1.

17.4.3.2 Para que as pausas possam propiciar descanso e recuperação psicofisiológica dos trabalhadores, devem ser observados os requisitos mínimos:

- a) a introdução das pausas não pode ser acompanhada de aumento da cadência individual; e
- b) as pausas devem ser usufruídas fora dos postos de trabalho.

17.4.3.3 Deve ser assegurada a saída dos postos de trabalho para satisfação das necessidades fisiológicas dos trabalhadores nos termos do item 24.9.8 da Norma Regulamentadora nº 24 (NR 24) - Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho, independentemente da fruição das pausas.

17.4.4 Todo e qualquer sistema de avaliação de desempenho para efeito de remuneração e vantagens de qualquer espécie deve levar em consideração as repercussões sobre a saúde dos trabalhadores.

17.4.5 A concepção dos postos de trabalho deve levar em consideração os fatores organizacionais e ambientais, a natureza da tarefa e das atividades e facilitar a alternância de posturas.

17.4.6 As dimensões dos espaços de trabalho e de circulação, inerentes à execução da tarefa, devem ser suficientes para que o trabalhador possa movimentar os segmentos corporais livremente, de maneira a facilitar o trabalho, reduzir o esforço do trabalhador e não exigir a adoção de posturas extremas ou nocivas.

17.4.7 Os superiores hierárquicos diretos dos trabalhadores devem ser orientados para buscar no exercício de suas atividades:

- a) facilitar a compreensão das atribuições e responsabilidades de cada função;
- b) manter aberto o diálogo de modo que os trabalhadores possam sanar dúvidas quanto ao exercício de suas atividades;
- c) facilitar o trabalho em equipe; e

Este texto não substitui o publicado no DOU

d) estimular tratamento justo e respeitoso nas relações pessoais no ambiente de trabalho.

17.4.7.1 A organização com até 10 (dez) empregados fica dispensada do atendimento ao item 17.4.7.

17.5 Levantamento, transporte e descarga individual de cargas

17.5.1 Não deverá ser exigido nem admitido o transporte manual de cargas por um trabalhador cujo peso seja suscetível de comprometer sua saúde ou sua segurança.

17.5.1.1 A carga suportada deve ser reduzida quando se tratar de trabalhadora mulher e de trabalhador menor nas atividades permitidas por lei.

17.5.2 No levantamento, manuseio e transporte individual e não eventual de cargas, devem ser observados os seguintes requisitos:

a) os locais para pega e depósito das cargas, a partir da avaliação ergonômica preliminar ou da AET, devem ser organizados de modo que as cargas, acessos, espaços para movimentação, alturas de pega e deposição não obriguem o trabalhador a efetuar flexões, extensões e rotações excessivas do tronco e outros posicionamentos e movimentações forçadas e nocivas dos segmentos corporais; e

b) cargas e equipamentos devem ser posicionados o mais próximo possível do trabalhador, resguardando espaços suficientes para os pés, de maneira a facilitar o alcance, não atrapalhar os movimentos ou ocasionar outros riscos.

17.5.2.1 É vedado o levantamento não eventual de cargas que possa comprometer a segurança e a saúde do trabalhador quando a distância de alcance horizontal da pega for superior a 60 cm (sessenta centímetros) em relação ao corpo.

17.5.3 O transporte e a descarga de materiais feitos por impulsão ou tração de vagonetes, carros de mão ou qualquer outro aparelho mecânico devem observar a carga, a frequência, a pega e a distância percorrida, para que não comprometam a saúde ou a segurança do trabalhador.

17.5.4 Na movimentação e no transporte manual não eventual de cargas, devem ser adotadas uma ou mais das seguintes medidas de prevenção:

a) implantar meios técnicos facilitadores;

b) adequar o peso e o tamanho da carga (dimensões e formato) para que não provoquem o aumento do esforço físico que possa comprometer a segurança e a saúde do trabalhador;

c) limitar a duração, a frequência e o número de movimentos a serem efetuados pelos trabalhadores;

d) reduzir as distâncias a percorrer com cargas, quando aplicável; e

e) efetuar a alternância com outras atividades ou pausas suficientes, entre períodos não superiores a duas horas.

17.5.5 Todo trabalhador designado para o transporte manual não eventual de cargas deve receber orientação quanto aos métodos de levantamento, carregamento e deposição de cargas.

Este texto não substitui o publicado no DOU

17.5.6 O capítulo 17.5 Levantamento, transporte e descarga individual de cargas desta NR não se aplica a levantamento, transporte e movimentação de pessoas.

17.6 Mobiliário dos postos de trabalho

17.6.1 O conjunto do mobiliário do posto de trabalho deve apresentar regulagens em um ou mais de seus elementos que permitam adaptá-lo às características antropométricas que atendam ao conjunto dos trabalhadores envolvidos e à natureza do trabalho a ser desenvolvido.

17.6.2 Sempre que o trabalho puder ser executado alternando a posição de pé com a posição sentada, o posto de trabalho deve ser planejado ou adaptado para favorecer a alternância das posições.

17.6.3 Para trabalho manual, os planos de trabalho devem proporcionar ao trabalhador condições de boa postura, visualização e operação e devem atender aos seguintes requisitos mínimos:

- a) características dimensionais que possibilitem posicionamento e movimentação dos segmentos corporais de forma a não comprometer a saúde e não ocasionar amplitudes articulares excessivas ou posturas nocivas de trabalho;
- b) altura e características da superfície de trabalho compatíveis com o tipo de atividade, com a distância requerida dos olhos ao campo de trabalho e com a altura do assento;
- c) área de trabalho dentro da zona de alcance manual e de fácil visualização pelo trabalhador;
- d) para o trabalho sentado, espaço suficiente para pernas e pés na base do plano de trabalho, para permitir que o trabalhador se aproxime o máximo possível do ponto de operação e possa posicionar completamente a região plantar, podendo utilizar apoio para os pés, nos termos do item 17.6.4; e
- e) para o trabalho em pé, espaço suficiente para os pés na base do plano de trabalho, para permitir que o trabalhador se aproxime o máximo possível do ponto de operação e possa posicionar completamente a região plantar.

17.6.3.1 A área de trabalho dentro da zona de alcance máximo pode ser utilizada para ações que não prejudiquem a segurança e a saúde do trabalhador, sejam elas eventuais ou também, conforme AET, as não eventuais.

17.6.4 Para adaptação do mobiliário às dimensões antropométricas do trabalhador, pode ser utilizado apoio para os pés sempre que o trabalhador não puder manter a planta dos pés completamente apoiada no piso.

17.6.5 Os pedais e demais comandos para acionamento pelos pés devem ter posicionamento e dimensões que possibilitem fácil alcance, além de atender aos requisitos estabelecidos no item 17.6.3.

17.6.6 Os assentos utilizados nos postos de trabalho devem atender aos seguintes requisitos mínimos:

- a) altura ajustável à estatura do trabalhador e à natureza da função exercida;
- b) sistemas de ajustes e manuseio acessíveis;

Este texto não substitui o publicado no DOU

- c) características de pouca ou nenhuma conformação na base do assento;
- d) borda frontal arredondada; e
- e) encosto com forma adaptada ao corpo para proteção da região lombar.

17.6.7 Para as atividades em que os trabalhos devam ser realizados em pé, devem ser colocados assentos com encosto para descanso em locais em que possam ser utilizados pelos trabalhadores durante as pausas.

17.6.7.1 Os assentos previstos no item 17.6.7 estão dispensados do atendimento ao item 17.6.6.

17.7 Trabalho com máquinas, equipamentos e ferramentas manuais.

17.7.1 O trabalho com máquinas e equipamentos deve atender, em consonância com a Norma Regulamentadora nº 12 - Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos, além das demais disposições desta NR, aos aspectos constantes neste capítulo.

17.7.2 Os fabricantes de máquinas e equipamentos devem projetar e construir os componentes, como monitores de vídeo, sinais e comandos, de forma a possibilitar a interação clara e precisa com o operador objetivando reduzir possibilidades de erros de interpretação ou retorno de informação, nos termos do item 12.9.2 da NR 12.

17.7.2.1 A localização e o posicionamento do painel de controle e dos comandos devem facilitar o acesso, o manejo fácil e seguro e a visibilidade da informação do processo.

17.7.3 Os equipamentos utilizados no processamento eletrônico de dados com terminais de vídeo devem permitir ao trabalhador ajustá-lo de acordo com as tarefas a serem executadas.

17.7.3.1 Os equipamentos devem ter condições de mobilidade suficiente para permitir o ajuste da tela do equipamento à iluminação do ambiente, protegendo-a contra reflexos, e proporcionar corretos ângulos de visibilidade ao trabalhador.

17.7.3.2 Nas atividades com uso de computador portátil de forma não eventual em posto de trabalho, devem ser previstas formas de adaptação do teclado, do *mouse* ou da tela a fim de permitir o ajuste às características antropométricas do trabalhador e à natureza das tarefas a serem executadas.

17.7.4 Devem ser dotados de dispositivo de sustentação os equipamentos e ferramentas manuais cujos pesos e utilização na execução das tarefas forem passíveis de comprometer a segurança ou a saúde dos trabalhadores ou adotada outra medida de prevenção, a partir da avaliação ergonômica preliminar ou da AET.

17.7.5 A concepção das ferramentas manuais deve atender, além dos demais itens desta NR, aos seguintes aspectos:

- a) facilidade de uso e manuseio; e
- b) evitar a compressão da palma da mão ou de um ou mais dedos em arestas ou quinas vivas.

17.7.6 A organização deve selecionar as ferramentas manuais para que o tipo, formato e a textura

Este texto não substitui o publicado no DOU

da empunhadura sejam apropriados à tarefa e ao eventual uso de luvas.

17.8 Condições de conforto no ambiente de trabalho

17.8.1 Em todos os locais e situações de trabalho deve haver iluminação, natural ou artificial, geral ou suplementar, apropriada à natureza da atividade.

17.8.2 A iluminação deve ser projetada e instalada de forma a evitar ofuscamento, reflexos incômodos, sombras e contrastes excessivos.

17.8.3 Em todos os locais e situações de trabalho internos, deve haver iluminação em conformidade com os níveis mínimos de iluminamento a serem observados nos locais de trabalho estabelecidos na Norma de Higiene Ocupacional nº 11 (NHO 11) da Fundacentro - Avaliação dos Níveis de Iluminamento em Ambientes Internos de Trabalho, versão 2018.

17.8.4 Nos locais de trabalho em ambientes internos onde são executadas atividades que exijam manutenção da solicitação intelectual e atenção constantes, devem ser adotadas medidas de conforto acústico e de conforto térmico, conforme disposto nos subitens seguintes.

17.8.4.1 A organização deve adotar medidas de controle do ruído nos ambientes internos com a finalidade de proporcionar conforto acústico nas situações de trabalho.

17.8.4.1.1 O nível de ruído de fundo para o conforto deve respeitar os valores de referência para ambientes internos de acordo com sua finalidade de uso estabelecidos em normas técnicas oficiais.

17.8.4.1.2 Para os demais casos, o nível de ruído de fundo aceitável para efeito de conforto acústico será de até 65 dB(A), nível de pressão sonora contínuo equivalente ponderado em A e no circuito de resposta Slow (S).

17.8.4.2 A organização deve adotar medidas de controle da temperatura, da velocidade do ar e da umidade com a finalidade de proporcionar conforto térmico nas situações de trabalho, observando-se o parâmetro de faixa de temperatura do ar entre 18 e 25 °C para ambientes climatizados.

17.8.4.2.1 Devem ser adotadas medidas de controle da ventilação ambiental para minimizar a ocorrência de correntes de ar aplicadas diretamente sobre os trabalhadores.

17.8.5 Fica ressalvado o atendimento dos itens 17.8.3 e 17.8.4.2 nas situações em que haja normativa específica com a devida justificativa técnica de que não haverá prejuízo à segurança ou à saúde dos trabalhadores.

ANEXO I da NR 17 TRABALHO DOS OPERADORES DE CHECKOUT

Sumário

1. Objetivo

2. Campo de Aplicação

3. Posto de trabalho

Este texto não substitui o publicado no DOU

- 4. Manipulação de mercadorias
- 5. Organização do trabalho
- 6. Aspectos psicossociais do trabalho
- 7. Informação e capacitação dos trabalhadores

1. Objetivo

1.1 Estabelecer as diretrizes e os requisitos para adequação das condições de trabalho dos operadores de **checkout**, visando à prevenção dos problemas de saúde e segurança relacionados ao trabalho.

2. Campo de Aplicação

2.1 Este Anexo aplica-se às organizações que desenvolvam atividade comercial utilizando sistema de autosserviço e **checkout**, como supermercados, hipermercados e comércio atacadista.

3. Posto de trabalho

3.1 Em relação ao mobiliário do **checkout** e às suas dimensões, incluindo distâncias e alturas, no posto de trabalho deve-se:

- a) atender às características antropométricas de 90% (noventa por cento) dos trabalhadores, respeitando os alcances dos membros e da visão, ou seja, compatibilizando as áreas de visão com a manipulação;
- b) assegurar a postura para o trabalho na posição sentada e em pé, e as posições confortáveis dos membros superiores e inferiores nessas duas situações;
- c) respeitar os ângulos limites e trajetórias naturais dos movimentos, durante a execução das tarefas, evitando a flexão e a torção do tronco;
- d) garantir um espaço adequado para livre movimentação do operador e colocação da cadeira, a fim de permitir a alternância do trabalho na posição em pé com o trabalho na posição sentada;
- e) manter uma cadeira de trabalho com assento e encosto para apoio lombar, com estofamento de densidade adequada, ajustáveis à estatura do trabalhador e à natureza da tarefa;
- f) colocar apoio para os pés, independente da cadeira;
- g) adotar, em cada posto de trabalho, sistema com esteira eletromecânica para facilitar a movimentação de mercadorias nos **checkouts** com comprimento de 2,70 m (dois metros e setenta centímetros) ou mais;
- h) disponibilizar sistema de comunicação com pessoal de apoio e supervisão; e
- i) manter mobiliário sem quinas vivas ou rebarbas, devendo os elementos de fixação (pregos, rebites, parafusos) ser mantidos de forma a não causar acidentes.

3.2 Em relação ao equipamento e às ferramentas utilizadas pelos operadores de **checkout** para o cumprimento de seu trabalho, deve-se:

- a) escolhê-los de modo a favorecer os movimentos e ações próprias da função, sem exigência acentuada de força, pressão, preensão, flexão, extensão ou torção dos segmentos corporais;
- b) posicioná-los no posto de trabalho dentro dos limites de alcance manual e visual do operador,

Este texto não substitui o publicado no DOU

permitindo a movimentação dos membros superiores e inferiores e respeitando a natureza da tarefa;

- c) garantir proteção contra acidentes de natureza mecânica ou elétrica nos **checkouts**, com base no que está previsto nas normas regulamentadoras ou em outras normas técnicas oficiais; e
- d) mantê-los em condições adequadas de funcionamento.

3.3 Em relação ao ambiente físico de trabalho e ao conjunto do posto de trabalho, deve-se:

- a) manter as condições de iluminação, ruído e conforto térmico de acordo com o previsto na Norma Regulamentadora nº 17 (NR 17), bem como as medidas de prevenção previstas no Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR quanto aos agentes físicos e químicos;
- b) proteger os operadores de **checkout** contra correntes de ar, vento ou grandes variações climáticas, quando necessário; e
- c) utilizar superfícies que evitem reflexos incômodos no campo visual do trabalhador.

3.4 Na concepção do posto de trabalho do operador de **checkout**, deve-se prever a possibilidade de fazer adequações ou ajustes localizados, exceto nos equipamentos fixos, considerando o conforto dos operadores.

4. Manipulação de mercadorias

4.1 A organização deve envidar esforços a fim de que a manipulação de mercadorias não acarrete o uso de força muscular excessiva por parte dos operadores de **checkout**, por meio da adoção de um ou mais dos seguintes itens, cuja escolha fica a critério da organização:

- a) negociação do tamanho e volume das embalagens de mercadorias com fornecedores;
- b) uso de equipamentos e instrumentos de tecnologia adequada;
- c) formas alternativas de apresentação do código de barras da mercadoria ao leitor ótico, quando existente;
- d) disponibilidade de pessoal auxiliar, quando necessário; e
- e) outras medidas que ajudem a reduzir a sobrecarga do operador na manipulação de mercadorias.

4.2 A organização deve adotar mecanismos auxiliares sempre que, em função do grande volume ou excesso de peso das mercadorias, houver limitação para a execução manual das tarefas por parte dos operadores de **checkout**.

4.3 A organização deve adotar medidas para evitar que a atividade de ensacamento de mercadorias se incorpore ao ciclo de trabalho ordinário e habitual dos operadores de **checkout**, tais como:

- a) manter, no mínimo, um ensacador a cada três **checkouts** em funcionamento;
- b) proporcionar condições que facilitem o ensacamento pelo cliente; e
- c) outras medidas que se destinem ao mesmo fim.

4.3.1 A escolha dentre as medidas relacionadas no item 4.3 é prerrogativa da organização.

Este texto não substitui o publicado no DOU

4.4 A pesagem de mercadorias pelo operador de **checkout** só poderá ocorrer quando os seguintes requisitos forem atendidos simultaneamente:

- a) balança localizada frontalmente e próxima ao operador;
- b) balança nivelada com a superfície do **checkout**;
- c) continuidade entre as superfícies do **checkout** e da balança, admitindo-se até 2 cm (dois centímetros) de descontinuidade em cada lado da balança;
- d) teclado para digitação localizado a uma distância máxima de 45 cm (quarenta e cinco centímetros) da borda interna do **checkout**; e
- e) número máximo de oito dígitos para os códigos de mercadorias que sejam pesadas.

4.5 Para o atendimento no **checkout** de pessoas idosas, gestantes, portadoras de deficiências ou que apresentem algum tipo de incapacidade momentânea, a organização deve disponibilizar pessoal auxiliar, sempre que o operador de caixa solicitar.

5. Organização do trabalho

5.1 A disposição física e o número de **checkouts** em atividade (abertos) e de operadores devem ser compatíveis com o fluxo de clientes, de modo a adequar o ritmo de trabalho às características psicofisiológicas de cada operador, por meio da adoção de pelo menos um dos seguintes itens, cuja escolha fica a critério da organização:

- a) pessoas para apoio ou substituição, quando necessário;
- b) filas únicas por grupos de **checkouts**;
- c) **checkouts** especiais (idosos, gestantes, deficientes, clientes com pequenas quantidades de mercadorias);
- d) pausas durante a jornada de trabalho;
- e) rodízio entre os operadores de **checkouts** com características diferentes; e
- f) outras medidas que ajudem a manter o movimento adequado de atendimento sem a sobrecarga do operador de **checkout**.

5.2 São garantidas saídas do posto de trabalho, mediante comunicação, a qualquer momento da jornada, para que os operadores atendam às suas necessidades fisiológicas, ressalvado o intervalo para refeição previsto na CLT.

5.3 É vedado promover, para efeitos de remuneração ou premiação de qualquer espécie, sistema de avaliação do desempenho com base no número de mercadorias ou compras por operador.

5.4 É atribuição do operador de **checkout** a verificação das mercadorias apresentadas, sendo-lhe vedada qualquer tarefa de segurança patrimonial.

6. Aspectos psicossociais do trabalho

6.1 Todo trabalhador envolvido com o trabalho em **checkout** deve portar um dispositivo de identificação visível, com nome e/ou sobrenome, escolhido(s) pelo próprio trabalhador.

Este texto não substitui o publicado no DOU

6.2 É vedado obrigar o trabalhador ao uso, permanente ou temporário, de vestimentas ou propagandas ou maquilagem temática que causem constrangimento ou firam sua dignidade pessoal.

7. Treinamento e capacitação dos trabalhadores

7.1 Todos os trabalhadores envolvidos com o trabalho de operador de **checkout** devem receber treinamento, cujo objetivo é aumentar o conhecimento da relação entre o seu trabalho e a promoção à saúde.

7.2 O treinamento deve conter noções sobre as medidas de prevenção e os fatores de risco para a saúde, decorrentes da modalidade de trabalho de operador de **checkout**, levando em consideração os aspectos relacionados a:

- a) posto de trabalho;
- b) manipulação de mercadorias;
- c) organização do trabalho;
- d) aspectos psicossociais do trabalho; e
- e) lesões ou agravos à saúde mais encontrados entre operadores de **checkout**.

7.2.1 Cada trabalhador deve receber treinamento inicial com duração mínima de duas horas, até o trigésimo dia da data da sua admissão, e treinamento periódico anual com duração mínima de duas horas, ministrados durante sua jornada de trabalho.

7.3 Os trabalhadores devem ser informados com antecedência sobre mudanças que venham a ocorrer no processo de trabalho.

7.4 O treinamento deve incluir a disponibilização de material didático com os tópicos mencionados no item 7.2 e alíneas.

7.5 A forma do treinamento (contínuo ou intermitente, presencial ou a distância, por palestras, cursos ou audiovisual) fica a critério de cada organização.

7.6 A elaboração do conteúdo técnico e avaliação dos resultados do treinamento devem contar com a participação de integrantes do Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho - SESMT e da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, quando houver, do médico responsável pelo Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO e dos responsáveis pela elaboração e implementação do Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR. *(redação vigente até 19 de março de 2023)*

7.6 A elaboração do conteúdo técnico e avaliação dos resultados do treinamento devem contar com a participação de integrantes do Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho - SESMT e da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio - CIPA, quando houver, do médico responsável pelo Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO e dos responsáveis pela elaboração e implementação do Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR. *(Portaria MTP nº 4.219, de 20 de dezembro de 2022 - redação que entra em vigor no dia 20 de março de 2023)*

Este texto não substitui o publicado no DOU

ANEXO II da NR 17
TRABALHO EM TELEATENDIMENTO/**TELEMARKETING**

Sumário

1. Objetivo
2. Campo de Aplicação
3. Mobiliário dos Postos de Trabalho
4. Equipamentos dos Postos de Trabalho
5. Condições Ambientais de Trabalho
6. Organização do Trabalho
7. Capacitação dos Trabalhadores
8. Condições Sanitárias de Conforto
9. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e Análise Ergonômica do Trabalho
10. Pessoas com Deficiência
11. Disposições Transitórias

1. Objetivo

1.1 Estabelecer os requisitos para o trabalho em atividades de teleatendimento/**telemarketing** nas diversas modalidades desse serviço, de modo a proporcionar o máximo de conforto, segurança, saúde e desempenho eficiente.

2. Campo de Aplicação

2.1 As disposições deste Anexo aplicam-se a todas as organizações que mantêm serviço de teleatendimento/**telemarketing**, nas modalidades ativo ou receptivo, em centrais de atendimento telefônico e/ou centrais de relacionamento com clientes (**call centers**), para prestação de serviços, informações e comercialização de produtos.

2.1.1 Entende-se como **call center** o ambiente de trabalho no qual a principal atividade é conduzida via telefone e/ou rádio com utilização simultânea de terminais de computador.

2.1.1.1 Este Anexo aplica-se, inclusive, a setores de organizações e postos de trabalho dedicados a esta atividade, além daquelas organizações especificamente voltadas para essa atividade-fim.

2.1.2 Entende-se como trabalho de teleatendimento/**telemarketing** aquele cuja comunicação com interlocutores clientes e usuários é realizada a distância, por intermédio da voz e/ou mensagens eletrônicas, com a utilização simultânea de equipamentos de audição/escuta e fala telefônica e sistemas informatizados ou manuais de processamento de dados.

3. Mobiliário dos Postos de Trabalho

3.1 Para trabalho manual sentado ou que tenha de ser feito em pé, deve ser proporcionado ao trabalhador mobiliário que atenda ao capítulo 17.6 Mobiliário dos postos de trabalho da Norma Regulamentadora nº 17 (NR 17) e que permita variações posturais, com ajustes de fácil acionamento, de modo a prover espaço suficiente para seu conforto, atendendo aos seguintes requisitos:

- a) o monitor de vídeo e o teclado devem estar apoiados em superfícies com mecanismos de

Este texto não substitui o publicado no DOU

regulagem independentes;

b) será aceita superfície regulável única para teclado e monitor quando este for dotado de regulagem independente de, no mínimo, 26 cm (vinte e seis centímetros) no plano vertical;

c) a bancada sem material de consulta deve ter, no mínimo, profundidade de 75 cm (setenta e cinco centímetros), medidos a partir de sua borda frontal, e largura de 90 cm (noventa centímetros) que proporcionem zonas de alcance manual de, no máximo, 65 cm (sessenta e cinco centímetros) de raio em cada lado, medidas centradas nos ombros do operador em posição de trabalho;

d) a bancada com material de consulta deve ter, no mínimo, profundidade de 90 cm (noventa centímetros) a partir de sua borda frontal e largura de 100 cm (cem centímetros) que proporcionem zonas de alcance manual de, no máximo, 65 cm (sessenta e cinco centímetros) de raio em cada lado, medidas centradas nos ombros do operador em posição de trabalho, para livre utilização e acesso de documentos;

e) o plano de trabalho deve ter bordas arredondadas;

f) as superfícies de trabalho devem ser reguláveis em altura em um intervalo mínimo de 13 cm (treze centímetros), medidos de sua face superior, permitindo o apoio das plantas dos pés no piso;

g) o dispositivo de apontamento na tela (**mouse**) deve estar apoiado na mesma superfície do teclado, colocado em área de fácil alcance e com espaço suficiente para sua livre utilização;

h) o espaço sob a superfície de trabalho deve ter profundidade livre mínima de 45 cm (quarenta e cinco centímetros) ao nível dos joelhos e de 70 cm (setenta centímetros) ao nível dos pés, medidos de sua borda frontal;

i) nos casos em que os pés do operador não alcancem o piso, mesmo após a regulagem do assento, deve ser fornecido apoio para os pés que se adapte ao comprimento das pernas do trabalhador, permitindo o apoio das plantas dos pés, com inclinação ajustável e superfície revestida de material antiderrapante; e

j) os assentos devem ser dotados de:

I - apoio em 05 (cinco) pés, com rodízios cuja resistência evite deslocamentos involuntários e que não comprometam a estabilidade do assento;

II - superfícies onde ocorre contato corporal estofadas e revestidas de material que permita a perspiração;

III - base estofada com material de densidade entre 40 (quarenta) a 50 (cinquenta) kg/m³;

IV - altura da superfície superior ajustável, em relação ao piso, entre 37 cm (trinta e sete centímetros) e 50 cm (cinquenta centímetros), podendo ser adotados até três tipos de cadeiras com alturas diferentes, de forma a atender as necessidades de todos os operadores;

V - profundidade útil de 38 cm (trinta e oito centímetros) a 46 cm (quarenta e seis centímetros);

VI - borda frontal arredondada;

VII - características de pouca ou nenhuma conformação na base;

VIII - encosto ajustável em altura e em sentido anteroposterior, com forma levemente adaptada ao corpo para proteção da região lombar;

IX - largura de, no mínimo, 40 cm (quarenta centímetros) e, com relação aos encostos, de no mínimo, 30,5 cm (trinta vírgula cinquenta centímetros); e

Este texto não substitui o publicado no DOU

X - apoio de braços regulável em altura de 20 cm (vinte centímetros) a 25 cm (vinte e cinco centímetros) a partir do assento, sendo que seu comprimento não deve interferir no movimento de aproximação da cadeira em relação à mesa, nem nos movimentos inerentes à execução da tarefa.

4. Equipamentos dos Postos de Trabalho

4.1 Devem ser fornecidos gratuitamente conjuntos de microfone e fone de ouvido (**headsets**) individuais que permitam ao operador a alternância do uso das orelhas ao longo da jornada de trabalho e que sejam substituídos sempre que apresentarem defeitos ou desgaste devido ao uso.

4.1.1 Alternativamente, poderá ser fornecido um *headset* para cada posto de atendimento, desde que as partes que permitam qualquer espécie de contágio ou risco à saúde sejam de uso individual.

4.1.2 Os **headsets** devem:

- a) ter garantidas pelo empregador a correta higienização e as condições operacionais recomendadas pelos fabricantes;
- b) ser substituídos prontamente quando situações irregulares de funcionamento forem detectadas pelo operador;
- c) ter seus dispositivos de operação e controles de fácil uso e alcance; e
- d) permitir ajuste individual da intensidade do nível sonoro e ser providos de sistema de proteção contra choques acústicos e ruídos indesejáveis de alta intensidade, garantindo o entendimento das mensagens.

4.2 A organização deve garantir o correto funcionamento e a manutenção contínua dos equipamentos de comunicação, incluindo os conjuntos de **headsets**, utilizando pessoal técnico familiarizado com as recomendações dos fabricantes.

4.3 Os monitores de vídeo devem proporcionar corretos ângulos de visão e ser posicionados frontalmente ao operador, devendo ser dotados de regulagem que permita o correto ajuste da tela à iluminação do ambiente, protegendo o trabalhador contra reflexos indesejáveis.

4.4 Toda introdução de novos métodos ou dispositivos tecnológicos que traga alterações sobre os modos operatórios dos trabalhadores deve ser precedida de avaliação ergonômica preliminar ou Análise Ergonômica do Trabalho - AET, prevendo-se períodos e procedimentos adequados de capacitação e adaptação.

5. Condições Ambientais de Trabalho

5.1 Os locais de trabalho devem ser dotados de condições acústicas adequadas à comunicação telefônica, adotando-se medidas de prevenção com o fim de atender ao nível de ruído previsto no item 17.8.4.1 e subitens da NR 17.

5.2 Os ambientes de trabalho devem atender ao disposto no item 17.8.4.2 da NR 17 em relação à temperatura, velocidade do ar e umidade com a finalidade de proporcionar conforto térmico nas situações de trabalho.

Este texto não substitui o publicado no DOU

5.2.1 Devem ser implementados projetos adequados de climatização dos ambientes de trabalho que permitam distribuição homogênea das temperaturas e fluxos de ar, utilizando, se necessário, controles locais e/ou setorizados da temperatura, velocidade e direção dos fluxos.

5.2.2 A organização pode instalar equipamentos que permitam ao trabalhador acompanhar a temperatura, a velocidade e a umidade do ar do ambiente de trabalho.

5.3 Para a prevenção da chamada “síndrome do edifício doente”, deve ser atendida a Lei nº 13.589, de 4 de janeiro de 2018, e o disposto no subitem 1.5.5.1.1 da Norma Regulamentadora nº 1 (NR 01) – Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, bem como o disposto no regulamento dos Padrões Referenciais de Qualidade do Ar Interior em ambientes climatizados artificialmente de uso público e coletivo, com redação dada pela Resolução RE nº 9, de 16 de janeiro de 2003, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, ou outra que a venha substituir.

5.3.1 As instalações das centrais de ar-condicionado, especialmente o **plenum** de mistura da casa de máquinas, não devem ser utilizadas para armazenamento de quaisquer materiais.

5.3.2 A descarga de água de condensado não pode manter qualquer ligação com a rede de esgoto cloacal.

6. Organização do Trabalho

6.1 A organização do trabalho deve ser feita de forma a não haver atividades aos domingos e feriados, seja total ou parcial, com exceção das organizações autorizadas previamente pela autoridade competente em matéria de trabalho, conforme o previsto no artigo 68 da Consolidação das do Trabalho – CLT, e das atividades previstas em lei.

6.1.1 Aos trabalhadores é assegurado, nos casos previamente autorizados, pelo menos um dia de repouso semanal remunerado coincidente com o domingo a cada mês, independentemente de metas, faltas e/ou produtividade.

6.1.2 As escalas de fins de semana e de feriados devem ser especificadas e informadas aos trabalhadores com a antecedência necessária, de conformidade com os artigos 67, parágrafo único, e 386 da CLT, ou por intermédio de acordos ou convenções coletivas.

6.1.2.1 A organização deve levar em consideração as necessidades dos operadores na elaboração das escalas laborais que acomodem necessidades especiais da vida familiar dos trabalhadores com dependentes sob seus cuidados, especialmente nutrízes, incluindo flexibilidade especial para trocas de horários e utilização das pausas.

6.1.3 A duração das jornadas de trabalho somente poderá prolongar-se além do limite previsto nos termos da lei em casos excepcionais, por motivo de força maior, necessidade imperiosa ou para a realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto, conforme dispõe o artigo 61 da CLT.

6.2 O contingente de operadores deve ser dimensionado às demandas da produção no sentido de não gerar sobrecarga habitual ao trabalhador.

Este texto não substitui o publicado no DOU

6.2.1 O contingente de operadores em cada estabelecimento deve ser suficiente para garantir que todos possam usufruir as pausas e intervalos previstos neste Anexo.

6.3 O tempo de trabalho em efetiva atividade de teleatendimento/**telemarketing** é de, no máximo, 6 (seis) horas diárias, nele incluídas as pausas, sem prejuízo da remuneração.

6.3.1 A prorrogação do tempo previsto no presente item só será admissível nos termos da legislação, sem prejuízo das pausas previstas neste Anexo, respeitado o limite de 36 (trinta e seis) horas semanais de tempo efetivo em atividade de teleatendimento/**telemarketing**.

6.3.2 Para o cálculo do tempo efetivo em atividade de teleatendimento/**telemarketing**, devem ser computados os períodos em que o operador se encontra no posto de trabalho, os intervalos entre os ciclos laborais e os deslocamentos para solução de questões relacionadas ao trabalho.

6.4 Para prevenir sobrecarga psíquica e muscular estática de pescoço, ombros, dorso e membros superiores, a organização deve permitir a fruição de pausas de descanso e intervalos para repouso e alimentação aos trabalhadores.

6.4.1 As pausas devem ser concedidas:

- a) fora do posto de trabalho;
- b) em 02 (dois) períodos de 10 (dez) minutos contínuos; e
- c) após os primeiros e antes dos últimos 60 (sessenta) minutos de trabalho em atividade de teleatendimento/**telemarketing**.

6.4.1.1 A instituição de pausas não prejudica o direito ao intervalo obrigatório para repouso e alimentação previsto no §1º do art. 71 da CLT.

6.4.2 O intervalo para repouso e alimentação para a atividade de teleatendimento/**telemarketing** deve ser de 20 (vinte) minutos.

6.4.3 Para tempos de trabalho efetivo de teleatendimento/**telemarketing** de até 4 (quatro) horas diárias, deve ser observada a concessão de 1 (uma) pausa de descanso contínua de 10 (dez) minutos.

6.4.4 As pausas para descanso devem ser consignadas em registro impresso ou eletrônico.

6.4.4.1 O registro eletrônico de pausas deve ser disponibilizado impresso para a fiscalização do trabalho no curso da inspeção, sempre que exigido.

6.4.4.2 Os trabalhadores devem ter acesso aos seus registros de pausas.

6.4.5 Devem ser garantidas pausas no trabalho imediatamente após operação em que tenham ocorrido ameaças, abuso verbal ou agressões, ou que tenha sido especialmente desgastante, que permitam ao operador recuperar-se e socializar conflitos e dificuldades com colegas, supervisores ou profissionais de saúde ocupacional especialmente capacitados para tal acolhimento.

6.5 O tempo necessário para a atualização do conhecimento do operador e para o ajuste do posto
Este texto não substitui o publicado no DOU

de trabalho é considerado como parte da jornada normal.

6.6 A participação em quaisquer modalidades de atividade física, quando adotadas pela organização, não é obrigatória, e a recusa do trabalhador em praticá-la não poderá ser utilizada para efeito de qualquer punição.

6.7 Com o fim de permitir a satisfação das necessidades fisiológicas, a organização deve permitir que os operadores saiam de seus postos de trabalho a qualquer momento da jornada, sem repercussões sobre suas avaliações e remunerações.

6.8 Nos locais de trabalho deve ser permitida a alternância de postura pelo trabalhador, de acordo com suas conveniência e necessidade.

6.9 Os mecanismos de monitoramento da produtividade, tais como mensagens nos monitores de vídeo, sinais luminosos, cromáticos, sonoros, ou indicações do tempo utilizado nas ligações ou de filas de clientes em espera, não podem ser utilizados para aceleração do trabalho e, quando existentes, devem estar disponíveis para consulta pelo operador, a seu critério.

6.10 Para fins de elaboração de programas preventivos, devem ser considerados os seguintes aspectos da organização do trabalho:

- a) compatibilização de metas com as condições de trabalho e tempo oferecidas;
- b) monitoramento de desempenho;
- c) repercussões sobre a saúde dos trabalhadores decorrentes de todo e qualquer sistema de avaliação para efeito de remuneração e vantagens de qualquer espécie;
- d) pressões aumentadas de tempo em horários de maior demanda; e
- e) períodos para adaptação ao trabalho.

6.11 É vedado à organização:

- a) exigir a observância estrita do **script** ou roteiro de atendimento; e
- b) imputar ao operador os períodos de tempo ou interrupções no trabalho não dependentes de sua conduta.

6.12 A utilização de procedimentos de monitoramento por escuta e gravação de ligações deve ocorrer somente mediante o conhecimento do operador.

6.13 É vedada a utilização de métodos que causem assédio moral, medo ou constrangimento, tais como:

- a) estímulo abusivo à competição entre trabalhadores ou grupos/equipes de trabalho;
- b) exigência de que os trabalhadores usem, de forma permanente ou temporária, adereços, acessórios, fantasias e vestimentas com o objetivo de punição, promoção e propaganda; e
- c) exposição pública das avaliações de desempenho dos operadores.

6.14 Com a finalidade de reduzir o estresse dos operadores, devem ser minimizados os conflitos e ambiguidades de papéis nas tarefas a executar, estabelecendo-se claramente as diretrizes quanto a ordens e instruções de diversos níveis hierárquicos, autonomia para resolução de problemas, Este texto não substitui o publicado no DOU

autorização para transferência de chamadas e consultas necessárias a colegas e supervisores.

6.15 Os sistemas informatizados devem ser elaborados, implantados e atualizados, contínua e suficientemente, de maneira a mitigar sobretarefas como a utilização constante de memória de curto prazo, utilização de anotações precárias, duplicidade e concomitância de anotações em papel e sistema informatizado.

6.16 As prescrições de diálogos de trabalho não devem exigir que o trabalhador forneça o sobrenome aos clientes, visando resguardar sua privacidade e segurança pessoal.

7. Capacitação e Treinamento dos Trabalhadores

7.1 Todos os trabalhadores de operação e de gestão devem receber capacitação que proporcione conhecer as formas de adoecimento relacionadas à sua atividade, suas causas, efeitos sobre a saúde e medidas de prevenção.

7.1.1 A capacitação deve envolver, também, obrigatoriamente os trabalhadores temporários.

7.1.2 O treinamento deve incluir os seguintes itens:

- a) noções sobre os fatores de risco para a saúde em teleatendimento/**telemarketing**;
- b) medidas de prevenção indicadas para a redução dos riscos relacionados ao trabalho;
- c) informações sobre os sintomas de adoecimento que possam estar relacionados à atividade de teleatendimento/**telemarketing**, principalmente os que envolvam o sistema osteomuscular, a saúde mental, as funções vocais, auditivas e acuidade visual dos trabalhadores; e
- d) informações sobre a utilização correta dos mecanismos de ajuste do mobiliário e dos equipamentos dos postos de trabalho, incluindo orientação para alternância de orelhas no uso dos fones mono ou binauriculares e limpeza e substituição de tubos de voz.

7.1.2.1 O treinamento inicial deve ter a duração de 4 (quatro) horas na admissão, e o treinamento periódico deve ser realizado a cada 6 (seis) meses, independentemente de campanhas educativas que sejam promovidas pelos empregadores.

7.1.2.2 Durante o treinamento é obrigatória a distribuição de material didático com o conteúdo apresentado.

7.1.2.3 O treinamento deve ser realizado durante a jornada de trabalho.

7.2 Os trabalhadores devem receber treinamento eventual obrigatório quando forem introduzidos novos fatores de risco decorrentes de métodos, equipamentos, tipos específicos de atendimento, mudanças gerenciais ou de procedimentos.

7.3 A elaboração do conteúdo técnico, a execução e a avaliação dos resultados dos procedimentos de capacitação devem contar com a participação de:

- a) pessoal de organização e métodos responsável pela organização do trabalho na empresa, quando houver;
- b) integrantes do Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho - SESMT, quando

Este texto não substitui o publicado no DOU

houver;

c) representantes dos trabalhadores na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, quando houver; *(redação vigente até 19 de março de 2023)*

c) representantes dos trabalhadores na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio - CIPA, quando houver; *(Portaria MTP nº 4.219, de 20 de dezembro de 2022 - redação que entra em vigor no dia 20 de março de 2023)*

d) médico responsável pelo Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO;

e) responsáveis pelo Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR; e

f) representantes dos trabalhadores e outras entidades, quando previsto em acordos ou convenções coletivas de trabalho.

8. Condições Sanitárias de Conforto

8.1 Devem ser garantidas boas condições sanitárias e de conforto, incluindo sanitários permanentemente adequados ao uso e separados por sexo, local para lanche e armários individuais dotados de chave para guarda de pertences na jornada de trabalho.

8.2 Deve ser proporcionada a todos os trabalhadores disponibilidade irrestrita e próxima de água potável, além do disposto na Norma Regulamentadora nº 24 (NR 24) – Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho.

8.3 A organização deve manter ambientes confortáveis para descanso e recuperação durante as pausas, fora dos ambientes de trabalho, dimensionados em proporção adequada ao número de operadores usuários, onde estejam disponíveis assentos, facilidades de água potável, instalações sanitárias e lixeiras com tampa.

9. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e Análise Ergonômica do Trabalho

9.1 A organização deve disponibilizar comprovadamente ao empregado os Atestados de Saúde Ocupacional - ASO, que devem ser fornecidos em meio físico quando solicitados, além de cópia dos resultados dos demais exames.

9.2 A organização deve implementar um programa de vigilância epidemiológica para detecção precoce de casos de doenças relacionadas ao trabalho comprovadas ou objeto de suspeita, que inclua procedimentos de vigilância passiva (processando a demanda espontânea de trabalhadores que procurem serviços médicos) e procedimentos de vigilância ativa, por intermédio de exames médicos dirigidos que incluam, além dos exames obrigatórios por norma, coleta de dados sobre sintomas referentes aos aparelhos psíquico, osteomuscular, vocal, visual e auditivo, analisados e apresentados com a utilização de ferramentas estatísticas e epidemiológicas.

9.2.1 No sentido de promover a saúde vocal dos trabalhadores, a organização deve implementar, entre outras medidas:

a) modelos de diálogos que favoreçam micropausas e evitem carga vocal intensiva do operador;

b) redução do ruído de fundo; e

c) estímulo à ingestão frequente de água potável fornecida gratuitamente aos operadores.

Este texto não substitui o publicado no DOU

9.3. A notificação das doenças profissionais e das produzidas em virtude das condições especiais de trabalho, comprovadas ou objeto de suspeita, será obrigatória por meio da emissão de Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT, na forma do art. 169 da CLT e da legislação vigente da Previdência Social.

9.4 A AET, quando indicada por uma das alíneas do item 17.3.2 da NR 17, deve contemplar:

a) descrição das características dos postos de trabalho no que se refere ao mobiliário, utensílios, ferramentas, espaço físico para a execução do trabalho e condições de posicionamento e movimentação de segmentos corporais;

b) avaliação da organização do trabalho demonstrando:

I - trabalho real e trabalho prescrito;

II - descrição da produção em relação ao tempo alocado para as tarefas;

III - variações diárias, semanais e mensais da carga de atendimento, incluindo variações sazonais e intercorrências técnico-operacionais mais frequentes;

IV - número de ciclos de trabalho e sua descrição, incluindo trabalho em turnos e trabalho noturno;

V - ocorrência de pausas inter ciclos;

VI - explicitação das normas de produção, das exigências de tempo, da determinação do conteúdo de tempo, do ritmo de trabalho e do conteúdo das tarefas executadas;

VII - histórico mensal de horas extras realizadas em cada ano; e

VIII - explicitação da existência de sobrecargas estáticas ou dinâmicas do sistema osteomuscular;

c) relatório estatístico da incidência de queixas de agravos à saúde colhidas pela Medicina do Trabalho nos prontuários médicos;

d) relatórios de avaliações de satisfação no trabalho e clima organizacional, se realizadas no âmbito da organização;

e) registro e análise de impressões e sugestões dos trabalhadores com relação aos aspectos dos itens anteriores; e

f) recomendações ergonômicas expressas em planos e propostas claros e objetivos, com definição de datas de implantação.

9.4.1 As AET devem contemplar as seguintes etapas de execução:

a) explicitação da demanda do estudo;

b) análise das tarefas, atividades e situações de trabalho;

c) discussão e restituição dos resultados aos trabalhadores envolvidos;

d) recomendações ergonômicas específicas para os postos avaliados;

e) avaliação e revisão das intervenções efetuadas com a participação dos trabalhadores, supervisores e gerentes; e

f) avaliação da eficiência das recomendações.

10. Pessoas com Deficiência

Este texto não substitui o publicado no DOU

10.1 Para as pessoas com deficiência e aquelas cujas medidas antropométricas não sejam atendidas pelas especificações deste Anexo, o mobiliário dos postos de trabalho deve ser adaptado para atender às suas necessidades, e devem estar disponíveis ajudas técnicas necessárias em seu respectivo posto de trabalho para facilitar sua integração ao trabalho, levando em consideração as repercussões sobre a saúde desses trabalhadores.

10.2 As condições de trabalho, incluindo o acesso às instalações, mobiliário, equipamentos, condições ambientais, organização do trabalho, capacitação, condições sanitárias, programas de prevenção e cuidados para segurança pessoal devem levar em conta as necessidades dos trabalhadores com deficiência.

11. Disposições Transitórias























11.1 As organizações que, na data de 02 de abril de 2007, mantinham com seus trabalhadores a contratação de jornada de 6 (seis) horas diárias, nela contemplados e remunerados 15 (quinze) minutos de intervalo para repouso e alimentação, obrigam-se a complementar de 5 (cinco) minutos, igualmente remunerados, de maneira a alcançar o total de 20 (vinte) minutos de pausas obrigatórias remuneradas, concedidos na forma dos itens 6.4.1 e 6.4.2.

Anexo II - PLANILHA MOBILIARIO PDF.pdf

LOTE 1

		PESQUISA DE PREÇO- Aquisição de Móveis Atlas												Fornecedores												Sites Especializados		MÉDIA DOS VALORES																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																													
ITEM	RESUMO	UNIDADE	QUANT	Orç. Público				PE 03/2023 (DPF) GOV				PE 16/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 01/2023 (DPF) COM. DO GRUPOAMENTO DE ENGENHARIA				PE 11/2023 JUSTIÇA FEDERAL V INSTÂNCIA				PE 31/2023 (DPF) SUPREMA TRIBUNAL MUITAR				PE 01/2023 (DPF) PE 02/2023 (DPF)				PE 06/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 08/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 10/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 12/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 14/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 16/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 18/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 20/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 22/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 24/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 26/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 28/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 30/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 32/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 34/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 36/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 38/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 40/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 42/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 44/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 46/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 48/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 50/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 52/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 54/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 56/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 58/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 60/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 62/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 64/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 66/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 68/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 70/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 72/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 74/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 76/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 78/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 80/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 82/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 84/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 86/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 88/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 90/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 92/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 94/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 96/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 98/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 100/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 102/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 104/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 106/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 108/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 110/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 112/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 114/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 116/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 118/2023 (DPF) MIN. DA DEFESA				PE 120/2023 (DPF) MIN. DA																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																					
1	Mesa angular 150x90x75 x 150x90x75 x 75x90	Unid	300	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total	Unit	Total</

GRUPO 01 - MÓVEIS							
ITEM	IMAGEM	DESCRIÇÃO	QUANT	ITEM	IMAGEM	DESCRIÇÃO	QUANT
1		Mesa Angular 1500(600)x1500(600)x740mm.	300	21		Módulo Call Center/teleatendimento	50
2		Mesa Angular 1350(600)x1350(600)x740mm.	100	22		Plataforma multiuso basculante	30
3		Mesa Angular 1500(600)x1200(600)x740mm.	100	23		Módulos componíveis	16
4		Mesa reunião executiva 4000x1200x740mm	20	24		Armário alto 800x500x1600mm	40
5		Mesa reunião 3000x1100x740mm	10	25		Armário medio 800x500x1100mm	40
6		Mesa reunião 2500x1100x740mm	25	26		Armário baixo 800x500x740mm	50
7		Plataforma de trabalho 2 lugares frente/verso 1400x1400x740mm	50	27		Mesa bistrô	10
8		Plataforma de trabalho 4 lugares frente/verso 2800x1400x740mm	50	28		Credenza Executivo	10
9		Mesa retangular 1500x600x740mm com gavetas	20	29		Gaveteiro volante 2 Gavetas + 1 gavetão	220
10		Mesa retangular 1200x600x740mm.	20	30		Armario baixo lateral 400x600x740mm	50
11		Mesa retangular 800x600x740mm.	20	31		Armario baixo lateral 800x600x740mm	60
12		Mesa redonda 1200x740mm	30	32		Mesa lateral	30
13		Painel divisor suspenso 1500mm	160	33		Mesa de centro	10
14		Painel divisor suspenso 1350mm	160	34		Aparador	6
15		Conjunto de trabalho executivo	15	35		Carro-suporte transporte material	10
16		Painel divisório 750x70x1100mm	80	36		Mesa de aproximação	20
17		Painel divisório 600x70x1100mm	80	37		Mesa de apoio	10
18		Tubo conector para painel divisório	20	38		Armário auxiliar	10
19		Módulo extensor de tampo	60	39		Bancada de apoio	10
20		(M2) Módulos complementares sob medida	200	40		Conjunto executivo	5
				41		Gaveteiro Executivo	10

GRUPO 02 - CADEIRAS							
ITEM	IMAGEM	DESCRIÇÃO	QUANT	ITEM	IMAGEM	DESCRIÇÃO	QUANT
42		Poltrona Giratória com braços	250	54		Conjunto estofado 02 lugares - Estrutura cromada	30
43		Poltrona giratória, executiva, espaldar alto com apoio de cabeça.	50	55		Sofá 02 lugares	40
44		Cadeira fixa com prancheta e grade porta-livros	50	56		Conjunto estofado de 01 lugar - Estrutura cromada	30
45		Poltrona giratória, espaldar alto, com braços.	350	57		Sofá 01 lugar	40
46		Poltrona giratória, concha inteira	30	58		Poltrona multiuso	10
47		Poltrona giratória para pessoas com sobrepeso.	10	59		Poltrona multiuso dobrável	15
48		Banqueta alta multiuso	30	60		Prancheta para poltrona multiuso	20
49		Poltrona de espera	20	61		Cadeira empilhável	40
50		Longarina 3 lugares	5	62		Poltrona fixa com braços	10
51		Longarina de 03 Lugares com braços	5	63		Poltrona de espera	10
52		Conjunto estofado 03 lugares - Estrutura cromada	15				
53		Sofá 03 lugares	20				

Anexo III - ETP27_2024 (4).pdf

Estudo Técnico Preliminar 27/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 48340.002373/2024-76

2. Descrição da necessidade

A Coordenação Geral de Recursos Logísticos realizou o mapeamento e análise das demandas dos setores do Ministério de Minas e Energia para a aquisição de mobiliário, com a finalidade gerar a lista de móveis que atenderá as necessidades laborais dos servidores e colaboradores na execução de suas atividades, bem como substituir os produtos com mais de 10 (dez) anos de uso, que estejam em más condições, por meio de aquisição futura mediante Ata de Registro de Preços, visando possibilitar o cumprimento da função Institucional deste órgão.

Este processo trata da eventual aquisição de mobiliário, contemplando está listagem gerada pelo mapeamento das necessidades, englobando: mesas, estações de trabalho, gaveteiros, armários, estantes, poltronas, cadeiras e longarinas para diversos andares no MME. A área ocupada se encontra no Bloco "U" da Esplanada dos Ministérios se entende por 10 (dez) andares, onde existem os mais variados leiautes de ambientes e respectivos mobiliários.

Na estruturação de ambientes de trabalho faz-se necessária a utilização de mobiliário adequado, em bom estado, e, de acordo com o mais avançado conjunto normativo de engenharia de trabalho e ergonomia para o desenvolvimento das atividades desempenhadas por servidores. Outrossim, é através do mobiliário em análise que os operadores dos serviços públicos estabelecem o contato presencial básico, resolução de trabalho em diversas áreas. Faz-se necessário, portanto, o mínimo de conforto e ergonomia para que os serviços públicos sejam prestados de forma adequada, atendendo à demanda sob a perspectiva do interesse público. Finalmente, a eventual aquisição dos bens assegura a renovação, substituindo móveis cuja manutenção se tornou antieconômica, ou que tenham sofrido desgaste inevitável do tempo.



Imagem 1 - Mobiliário Atual



Imagem 2 - Mobiliário Atual

As fotos acima definem como estão a situação atual dos móveis existentes no MME, que são:

- Produtos com empeno e cadeiras danificadas; improviso na utilização de equipamentos por falta de mobiliário adequado;
- Acabamentos diversos tornando o ambiente “pesado” e armazenamento até acima dos armários;
- Acabamento tipo “colcha de retalhos” / mil cores e modelos distintos no mesmo ambiente;
- Ambientes “amontoados” sem distribuição e equilíbrio, devido à falta de padronização e layouts apropriados;
- Mobiliário antigo com pouca ergonomia;
- Acabamentos, desgaste e incoerência funcional.

A contratação através de Registro de preço, alinha-se com novo modelo de gestão do MME no intuito de atender o aumento da demanda de trabalho, oferecendo a seus servidores melhor ambiente de trabalho, visando a excelência administrativa, o conforto da coerência de cores adequadas, a saúde física pela ergonomia atualizada do mobiliário mais recente do mercado.

É notório que os atuais móveis estão deteriorados pelo tempo de uso e pelo constante fluxo de pessoas em nossos espaços. Muitas peças apresentam sinais visíveis de desgaste, como arranhões, amassados e descoloração em estofados, o que não apenas compromete a estética de nossos escritórios, mas também pode afetar a produtividade e o bem-estar dos servidores e colaboradores, além de poder transmitir uma imagem de descuido e falta de investimento na infraestrutura do Ministério, algo que desejamos evitar.

Além disso, a falta de padronização nos móveis atualmente em uso, contribui para uma atmosfera visualmente inconsistente em nossos espaços de trabalho. A diversidade de estilos, cores e condições dos móveis pode criar uma sensação de desorganização e falta de identidade institucional. A padronização do mobiliário não só proporcionaria uma estética mais harmoniosa, mas também reforçaria a imagem de profissionalismo e coesão dentro de nossa instituição.

Ao investir em novo mobiliário, teremos a oportunidade de não apenas substituir as peças desgastadas, mas também de selecionar móveis que atendam às necessidades específicas de nossos colaboradores e dos espaços de trabalho. Podemos optar por designs ergonômicos, funcionais e modernos, que promovam o conforto e a saúde dos usuários, contribuindo assim para um ambiente de trabalho mais produtivo e agradável.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGRL	Andrea Cristina Andrade Santos Carvalho

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A natureza dos bens a serem contratados enquadram-se na categoria de bens comuns, de que trata o art. 6º, inciso XIII da Lei 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente, encontradas no mercado e comumente conhecidas, onde atuam inúmeros fabricantes e fornecedores.

Para que o objeto da contratação seja completamente atendido a empresa deverá comprovar aptidão para o fornecimento dos bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto, mediante a apresentação de atestados (declaração ou certidão) fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Requisitos da Entrega:

Como requisito elementar, os bens deverão ser novos e entregues acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas e deverão, comprovadamente, estar em fase normal de produção/fabricação, não sendo aceitos materiais descontinuados ou fora de linha de produção do fabricante. Os materiais deverão ser fornecidos com todos os acessórios necessários à sua perfeita instalação e funcionamento, incluindo a documentação técnica completa e atualizada, como manuais, guias de instalação e outros pertinentes.

Local de Entrega: Ministério de Minas e Energia, Esplanada dos Ministérios, BLOCO "U", em horário comercial, de segunda a sexta-feira.

Os bens demandam uma logística de média a alta complexidade no seu deslocamento, cujos custos de entrega até o local determinado pelo contratante, bem como a montagem, devem estar inclusos no preço dos produtos.

Requisitos de Sustentabilidade:

Todo mobiliário deve estar em conformidade com as normas técnicas da ABNT, comprovada pela apresentação de relatório de ensaio emitido por laboratório detentor de Certificado de Acreditação concedido pelo Inmetro, com escopo de acreditação específico para ensaios mecânicos com base nas normas requeridas. O Relatório de Ensaio deve vir acompanhado de documentação gráfica (desenho ou fotos) e memorial descritivo com informação necessária e suficiente para perfeita identificação do modelo ou da linha contendo o modelo do produto. Para tanto, sugere-se exigir laudo para os seguintes produtos, sem prejuízo de ampliar essa lista:

- Para armários NBR 13961/2010 ou versões posteriores.
- Para mesas NBR 13966/2008 ou versões posteriores.
- Para estações de trabalho NBR 13967/2011 ou versões posteriores.
- Para cadeiras e poltronas NBR 13962/2006 ou versões posteriores.

É atribuição da Administração Pública, primar pela responsabilidade ambiental e o atendimento aos critérios de sustentabilidade em suas contratações, de forma a contribuir para o equilíbrio dos ecossistemas e sua capacidade de absorção e recomposição dos recursos naturais. Implementar o disposto na Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010 da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento e Gestão e os aspectos definidos no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia Geral da União - AGU/2016, devendo ser observado os critérios de sustentabilidade ambiental, visando aperfeiçoar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, adotando as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber.

Justificativa para vedação de Pessoa Física:

A exigência de capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais afasta a participação de pessoas físicas (art. 4º da IN nº 116/2021);

Alinhamento com Mapa Estratégico:

A contratação em comento está em consonância com Planejamento Estratégico do MME de acordo com seus Objetivos e suas Dimensões Estratégicas, relacionada ao foco de sua atuação que trata a sustentabilidade e a qualidade de vida como tema transversal, aos processos de suporte as atividades que dão sustentação aos processos finalísticos e de governança, como pode ser visto em seu Mapa Estratégico 2024/2027 a seguir:



Imagem 3 - Mapa Estratégico (fonte: Site MME)

5. Levantamento de Mercado

No levantamento de mercado foi realizado pesquisas de contratações similares de mobiliário feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração e aos requisitos e necessidades apresentadas no presente estudo.

Para tanto, observa-se que vários órgãos efetuam compras de mobiliário, de forma abundante e difusa, sendo uma contratação bastante comum.

Na esteira da análise mencionada, foram identificados alguns fornecedores capazes de atender à demanda da Administração a título exemplificativo, conforme quadro a seguir:

Empresas Atuentes
Tecno2000 mobiliário corporativo - CNPJ: 33.402.892/0001-06
Fortline Móveis - CNPJ: 08.368.875/0001-52
Woodcenter comercio LTDA - CNPJ: 27.589.698/0001-89
Mafer Móveis Eirelli - CNPJ: 09.427.031/0001-06
Terra de Escritório com de moveis LTDA - CNPJ: 49.614.600/0001-39
Premium móveis - CNPJ: 08.612.803/0001-09
Layout Moveis para Escritório - CNPJ: 02.604.236/0001-62
Brasil Poltronas e Cadeiras Ltda - CNPJ: 08.920.924/0001-18
Office Móveis Comercio e Serviços - CNPJ: 28.975.299/0001-19

Verificou-se que o mercado conta com diversas empresas prestadoras desse serviço, e a lista mencionada é meramente exemplificativa.

Recentemente, o Ministério de Minas e Energia (MME) aderiu à Ata de Móveis Permanentes (PE 07/2023 - CREA-ES), na qual a empresa Fortline Móveis foi a vencedora. Esta adesão tem como objetivo a renovação de alguns móveis e a aquisição do mobiliário necessário para o restaurante que está sendo construído no subsolo deste

prédio. Conforme destacado em diversos itens deste Estudo Técnico Preliminar (ETP), a adesão a atas já abertas no âmbito da administração pública oferece benefícios, como a otimização dos processos de compra. Contudo, é importante reconhecer as limitações associadas, como a padronização do objeto, a flexibilidade e a garantia.

Embora a adesão à Ata do CREA-ES tenha facilitado a aquisição dos móveis, especialmente para o restaurante, que exigia a compra completa do mobiliário, a Ata tinha restrições quanto à especificação dos itens e ao saldo remanescente. Diante disso, o MME decidiu que a melhor abordagem seria a realização de um Pregão para Registro de Preços, visando incluir itens adicionais necessários para a substituição do mobiliário antigo e a reestruturação do órgão.

O Decreto nº 11.462/2023 estabelece as especificidades do Sistema de Registro de Preços (SRP) e a necessidade de se enquadrar nesta modalidade, conforme detalhado abaixo:

"Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração."

Este Decreto visa aprimorar a gestão pública ao possibilitar contratações mais ágeis e vantajosas, promovendo uma melhor utilização dos recursos públicos e garantindo maior transparência e eficiência nos processos de aquisição. Com base na prospecção e análise das alternativas disponíveis para atender à demanda, são apresentadas duas possíveis soluções, cuja análise será detalhada a seguir.

SOLUÇÃO 1: Locação dos mobiliários

VANTAGENS

- Não há ônus da manutenção, da assistência técnica, e dos riscos de utilização. Em caso de problemas, o locador substitui.

DESVANTAGENS

- O aluguel de mobiliário é uma solução para as necessidades temporárias, o que não é o caso, cuja utilização será de forma permanente;
- Com a utilização permanente o custo da locação superaria o de depreciação dos bens, por exemplo, tornando o aluguel inviável.

RESULTADO - A solução não atende as necessidade do MME;

SOLUÇÃO 2: Aquisição do mobiliário (fornecimento único ou registro de preços)

VANTAGENS

- Suprir necessidade da Administração;
- Economia de escala e flexibilidade; e
- Demanda para utilização permanente.

DESVANTAGENS

- Custos de manutenção e depreciação; e
 - Desfazimento ao final da vida útil.
1. Entretanto, estes custos são absorvidos de forma gradual ao longo do tempo.

RESULTADO: Solução que **atende** a demanda.

Os normativos mais relevantes aplicáveis à solução proposta são os seguintes:

NORMATIVO	DESCRIÇÃO	IMPACTO NA DEMANDA
ABNT NBR 13961:2010	Móveis para escritório - Armários	Características físicas e dimensionais dos armários para escritórios, bem como estabelece os métodos para a determinação da estabilidade, resistência e durabilidade.
ABNT NBR 13966:2008	Móveis para escritório - Mesas - Classificação e características físicas dimensionais e requisitos e métodos de ensaio	Especifica as dimensões de mesas de escritório de uso geral, inclusive mesas de reuniões, os requisitos mecânicos, de segurança e ergonômicos para mesas de escritório, bem como define os métodos de ensaio para o atendimento destes requisitos.
ABNT NBR 13962:2018	Móveis para escritório - Cadeiras - Requisitos e métodos de ensaio.	Especifica as características físicas e dimensionais e classifica as cadeiras para escritório, bem como estabelece os métodos para a determinação dimensional, da estabilidade, resistência e durabilidade de cadeiras de escritório, de qualquer material
ABNT NBR 8910/2016	Espuma flexível de poliuretano	Especifica o método para determinação da resistência à compressão de espumas flexíveis de poliuretano.
ABNT NBR 8094:83, NBR 11003:09, NBR 10443:08, NBR 8096:83	Pintura em componentes metálicos	Especificação dos bens deve atender à referida norma
ABNT NBR 8910/2016	Espuma flexível de poliuretano	Determinação da resistência à compressão de espumas flexíveis de poliuretano
NBR 13967/2011	Classifica estação de trabalho para escritório	Determina padrão das estações de trabalho

Certos mobiliários, como as cadeiras com encosto em tela, têm se consolidado como uma tendência de mercado devido à melhor adequação do material aos requisitos de ergonomia. Consequentemente, os fornecedores estão diminuindo a oferta de cadeiras com encosto em espuma. Diante desse cenário, a Administração deve equilibrar a disponibilidade orçamentária — uma vez que as cadeiras com encosto em tela possuem um custo mais elevado — com a necessidade de atender aos critérios de sustentabilidade, tanto ambientais quanto ergonômicos.

Conclui-se, que a solução a ser encaminhada é aquisição do mobiliário (**Solução 2**), cuja característica eventual da demanda sugere a realização do registro de preços, a utilização do sistema de registro de preços propiciará a redução de custos, sem a realização de licitações seguidas para o mesmo objeto; evitará o desabastecimento, importará na redução de estoques e de custos de armazenamento, atendendo-se, portanto, aos princípios da economicidade, celeridade e eficiência.

6. Descrição da solução como um todo

Conforme a exposição dos requisitos, a descrição da solução é a seguinte: Registro de Preços para eventual aquisição com entrega parcelada de mobiliário, e; de cadeiras, poltronas e longarinas, incluindo montagem, com 3 (três) anos de garantia.

O laudo de ergonomia é um documento técnico elaborado por um profissional qualificado em ergonomia, como um engenheiro ou técnico de segurança do trabalho, que avalia as condições ergonômicas de um ambiente de trabalho, que pode incluir análises de posturas de trabalho, movimentação de cargas, layout do ambiente, mobiliário, ferramentas e equipamentos utilizados, bem como recomendações para ajustes e melhorias visando prevenir lesões musculoesqueléticas, fadiga e outros problemas de saúde relacionados ao trabalho, nisso a apresentação do laudo de cumprimento da NR 17 é importante para constatação da qualidade das cadeiras.

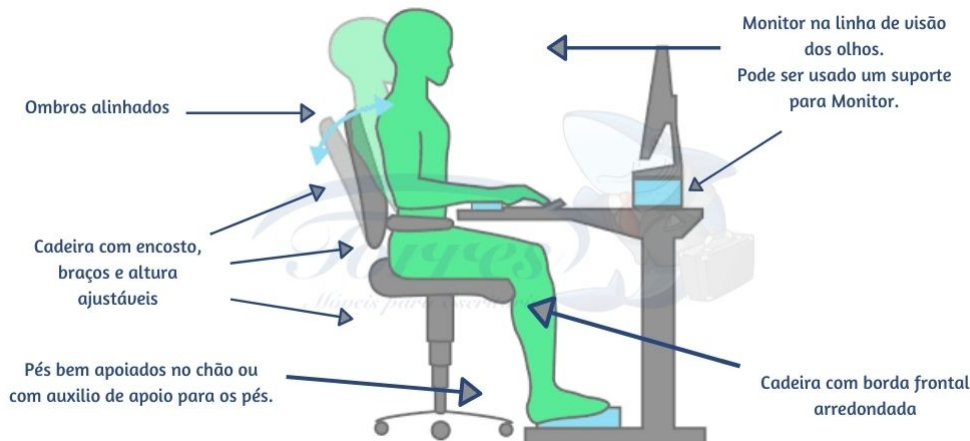


Imagem 4 - Padrões de ergonomia (Fonte: Google imagens)

ESPECIFICAÇÃO DETALHADA

LOTE 1

ITEM 01

Mesa angular. Tampo superior confeccionado com chapa de MDP, espessura de 25mm, revestida nas duas faces com laminado melamínico, cor a ser definida, com fita PS de 2,0mm em todo contorno, colados ao tampo através de processo "hot melt". Fixação à estrutura por meio de buchas metálicas (M6) rosqueadas ao tampo e parafusos M6x12. O tampo possui furo passa-cabos com tampa. Painel frontal com 350mm de altura, confeccionado com chapas de MDP, espessura de 18 mm, revestida nas duas faces com laminado melamínico, com fita PS de 1mm em todo contorno, colados ao tampo através de processo "hot melt". Estrutura em colunas metálicas compostas de chapa conformadas de espessura 0.9mm horizontal com distância entre si de 50mm, formando assim dutos para passagem de fiação. Suporte superior em chapa conformada de 2mm. Base confeccionada com chapa de aço carbono com espessura de 1.5mm repuxada. Calha de fechamento externo sacável confeccionada em chapa metálica 0,9mm dobrada. Sistema de união entre as peças através de solda MIG MAG. Niveladores com altura de 15mm, injetados em polietileno de alta densidade. Pé canto confeccionado em chapa de aço carbono 0.9mm, dobrada e estampada, repuxos para rosca M6x1 para fixação dos painéis frontais, calha sacável para passagem de fiação, Niveladores com altura de 15mm, injetados em polietileno de alta densidade. Duas calhas para fiação, fixadas no painel frontal, confeccionada em chapa de aço SAE 1020 com 0,45mm de espessura. Com furação para alojamento de 4 tomadas elétricas convencionais com rasgo de 41x22mm e de 4 RJ-45 com rasgo de 19x15 para receber telefonia e lógica, tomada padrão. Dimensões:1500(600) x1500(600)x740mm. Todas as estruturas em aço recebem tratamento anti-ferruginoso a base de fosfato de zinco com 04 banhos químicos e pintura eletrostática a pó com resina a base de epóxi e poliéster formando uma camada mínima 40 micras de espessura.

ITEM 02

Mesa angular. Tampo superior confeccionado com chapa de MDP, espessura de 25mm, revestida nas duas faces com laminado melamínico, cor a ser definida, com fita PS de 2,0mm em todo contorno, colados ao tampo através de processo "hot melt". Fixação à estrutura por meio de buchas metálicas (M6) rosqueadas ao tampo e parafusos M6x12. O tampo possui furo passa-cabos com tampa. Painel frontal com 350mm de altura, confeccionado com chapas de MDP, espessura de 18 mm, revestida nas duas faces com laminado melamínico, com fita PS de 1mm em todo contorno, colados ao tampo através de processo "hot melt". Estrutura em colunas metálicas compostas de

chapa conformadas de espessura 0.9mm horizontal com distância entre si de 50mm, formando assim dutos para passagem de fiação. Suporte superior em chapa conformada de 2mm. Base confeccionada com chapa de aço carbono com espessura de 1.5mm repuxada. Calha de fechamento externo sacável confeccionada em chapa metálica 0,9mm dobrada. Sistema de união entre as peças através de solda MIG MAG. Niveladores com altura de 15mm, injetados em polietileno de alta densidade. Pé canto confeccionado em chapa de aço carbono 0.9mm, dobrada e estampada, repuxos para rosca M6x1 para fixação dos painéis frontais, calha sacável para passagem de fiação, Niveladores com altura de 15mm, injetados em polietileno de alta densidade. Duas calhas para fiação, fixadas no painel frontal, confeccionada em chapa de aço SAE 1020 com 0,45mm de espessura. Com furação para alojamento de 4 tomadas elétricas convencionais com rasgo de 41x22mm e de 4 RJ-45 com rasgo de 19x15 para receber telefonia e lógica, tomada padrão. Dimensões:1350(600)x1350(600)x740mm. Todas as estruturas em aço recebem tratamento anti-ferruginoso a base de fosfato de zinco com 04 banhos químicos e pintura eletrostática a pó com resina a base de epóxi e poliéster formando uma camada mínima 40 micras de espessura.

ITEM 03

Mesa angular. Tampo superior confeccionado com chapa de MDP, espessura de 25mm, revestida nas duas faces com laminado melamínico, cor a ser definida, com fita PS de 2,0mm em todo contorno, colados ao tampo através de processo "hot melt". Fixação à estrutura por meio de buchas metálicas (M6) rosqueadas ao tampo e parafusos M6x12. O tampo possui furo passa-cabos com tampa. Painel frontal com 350mm de altura, confeccionado com chapas de MDP, espessura de 18 mm, revestida nas duas faces com laminado melamínico, com fita PS de 1mm em todo contorno, colados ao tampo através de processo "hot melt". Estrutura em colunas metálicas compostas de chapa conformadas de espessura 0.9mm horizontal com distância entre si de 50mm, formando assim dutos para passagem de fiação. Suporte superior em chapa conformada de 2mm. Base confeccionada com chapa de aço carbono com espessura de 1.5mm repuxada. Calha de fechamento externo sacável confeccionada em chapa metálica 0,9mm dobrada. Sistema de união entre as peças através de solda MIG MAG. Niveladores com altura de 15mm, injetados em polietileno de alta densidade. Pé canto confeccionado em chapa de aço carbono 0.9mm, dobrada e estampada, repuxos para rosca M6x1 para fixação dos painéis frontais, calha sacável para passagem de fiação, Niveladores com altura de 15mm, injetados em polietileno de alta densidade. Duas calhas para fiação, fixadas no painel frontal, confeccionada em chapa de aço SAE 1020 com 0,45mm de espessura. Com furação para alojamento de 4 tomadas elétricas convencionais com rasgo de 41x22mm e de 4 RJ-45 com rasgo de 19x15 para receber telefonia e lógica, tomada padrão. Dimensões:1500(600)x1200(600)x740mm. Todas as estruturas em aço recebem tratamento anti-ferruginoso a base de fosfato de zinco com 04 banhos químicos e pintura eletrostática a pó com resina a base de epóxi e poliéster formando uma camada mínima 40 micras de espessura.

ITEM 04

Mesa reunião executiva medindo 750mm(A)x4000mm(L)x1200mm(P), com tampo duplo, sendo 25mm de espessura para o tampo inferior e 18mm para o tampo superior. Bordas longitudinais com 35mm, bordas transversais retas. Tampo inferior em MDP com revestimento nas duas faces em laminado melamínico de baixa pressão na cor preta, bordas retas com acabamento em lâmina, no mesmo padrão do tampo superior. Tamos divididos em dois módulos. Tampo superior confeccionado em MDF revestido em lâmina de linheiro, com acabamento em selador e verniz. Estrutura de sustentação composta por 02 "U"s invertidos, distantes em 420mm entre si, sendo as travessas horizontais confeccionadas em tudo de aço 30x90mm e verticais em tubo de aço 30x30mm ambos com 1,5mm de espessura, fixados ao tampo por meio de 6 orelhas em chapa metálica de 1,9mm. Ponteiras injetadas em material plástico na cor preta como acabamento da extremidade da estrutura. Laterais em formato de caixa medindo 680mm(A)x61mm(L)x800mm(P), produzida com chapa de MDF, acabamento em tinta poliuretânica alifática preta, com brilho semi-fosco. Suspensas a 82mm para fora das bordas transversais do tampo, fixadas a estrutura em U por meio de encaixe com recortes para alojamento de 4 parafusos compatíveis. Possui duto para passagem de fiação com acesso livre pela parte inferior da lateral e saída pela face interna superior, com acabamento em material plástico injetado 0,60mm na cor preta. Painel frontal confeccionado em chapa de aço 1,90 mm de espessura e furação decorativa com furos quadrados de 8mm distantes 18mm de eixo a eixo, com acabamento em pintura eletrostática a pó na cor preta, atendendo-se os critérios de preparação, tratamento e tempo de cura recomendados pelo fabricante da tinta empregada. Possui dois suportes em "L" para sustentação na mesa, confeccionado em tubo de aço 01.1/4", medindo 450x60mm, fixado na estrutura em "U" por meio de parafusos Allen.

ITEM 05

Mesa de reunião. Tampo semioval, confeccionado em MDP, espessura de 25mm, revestida nas duas faces com laminado melamínico com fita de 2mm em todo contorno. Fixação à estrutura por meio de buchas metálicas (M6) rosqueadas ao tampo e parafusos M6x12. Sistema para acesso a pontos de rede e tomadas através de duas molduras confeccionada em perfil de alumínio extrudado e fechamentos plásticos. Painel frontal madeira com altura de 350mm confeccionado em MDP com espessura de 18mm, revestida nas duas faces com melamínico, com acabamento em fita ABS de 1mm. Estruturada por três colunas metálicas, uma em cada extremidade e outra central

com painel frontal entre elas. Compostas de chapa conformadas de espessura 0.9mm horizontal com distância entre si de 170mm, formando assim dutos para passagem de fiação. Suporte superior em chapa conformada de 2mm. Base confeccionada com chapa de aço carbono com espessura de 1.5mm repuxada. Calha de fechamento externo sacável confeccionada em chapa metálica 0,9mm dobrada. Sistema de união entre as peças através de solda MIG MAG. Niveladores com altura de 15mm, injetados em polietileno de alta densidade. **Dimensões 3000x1100x740mm**. Todas as estruturas em aço recebem tratamento anti-ferruginoso a base de fosfato de zinco com 04 banhos químicos e pintura eletrostática a pó com resina a base de epóxi e poliéster formando uma camada mínima 30/40 micra de espessura.

ITEM 06

Mesa de reunião. Tampo semioval, confeccionado em MDP, espessura de 25mm, revestida nas duas faces com laminado melamínico com fita de 2mm em todo contorno. Fixação à estrutura por meio de buchas metálicas (M6) rosqueadas ao tampo e parafusos M6x12. Sistema para acesso a pontos de rede e tomadas através de moldura confeccionada em perfil de alumínio extrudado e fechamentos plásticos. Painel frontal madeira com altura de 350mm confeccionado em MDP com espessura de 18mm, revestida nas duas faces com melamínico, com acabamento em fita ABS de 1mm. Estruturada por duas colunas metálicas, uma em cada extremidade com painel frontal entre elas. Compostas de chapa conformadas de espessura 0.9mm horizontal com distância entre si de 170mm, formando assim dutos para passagem de fiação. Suporte superior em chapa conformada de 2mm. Base confeccionada com chapa de aço carbono com espessura de 1.5mm repuxada. Calha de fechamento externo sacável confeccionada em chapa metálica 0,9mm dobrada. Sistema de união entre as peças através de solda MIG MAG. Niveladores com altura de 15mm, injetados em polietileno de alta densidade. **Dimensões 2500x1100x740mm**. Todas as estruturas em aço recebem tratamento anti-ferruginoso a base de fosfato de zinco com 04 banhos químicos e pintura eletrostática a pó com resina a base de epóxi e poliéster formando uma camada mínima 30/40 micra de espessura.

ITEM 07

Plataforma de trabalho dupla. Tampo Principal confeccionado em MDP, espessura de 25mm, revestida nas duas faces com laminado melamínico, com fita PS de 2mm em três faces, colados ao tampo através de processo "hot melt" e fita de PS de 1mm na fase de contato com tampos centrais, acabamento na cor semelhante ao revestimento do tampo. Fixados à estrutura através de parafusos M6x10mm e buchas metálicas M6. Tampos com furações universais, podendo ser fixados em qualquer uma das configurações disponíveis na mesa. Sistema para acesso a pontos de rede e tomadas através de moldura confeccionada em perfil de alumínio extrudado e fechamentos plásticos. Estrutura central confeccionada em tubos de aço carbono 50x50x1,5mm, tubo 50x30x1.2 e chapas de aço carbono dobradas de 0,9mm para fechamento. Com berço de fixação das travessas confeccionados em chapa de aço carbono de 2mm. Travessas para ligação dos pés laterais ao central confeccionadas em tubo 50x50x1.2 em aço carbono, fixadas aos pés por meio de parafusos M6x12. Suporte de tomadas confeccionado em chapa de aço carbono de 0,9mm fixadas ao tampo por meio de parafusos autoatarraxantes. Tendo a seguinte configuração: 4 - Pontos de energia com inclinação – rasgo 41x22mm (Tomadas Margirius ou semelhantes); 2- Pontos de energia – rasgo Ø35mm (Tomadas redondas); e 2 - Pontos de dados – rasgo 19x15mm (Sistema Furukawa); Calha leito para acomodar a fiação dos pontos de energia e dados que sobem do pé central ou por vertebras. Encaixada a haste metálica fixada ao tampo por meio de parafusos autoatarraxantes, calha com sistema de encaixe para facilitar a instalação e manutenção. Pés Laterais em formato de trave, confeccionado em tubo 50x50x1.5mm usinado a laser em corpo único. Sistema de união das peças através de solda MIG MAG. Sapatas niveladoras acopladas a estrutura com altura de 15mm, injetadas em poliuretano de alta densidade, com parafuso zincado branco de 5/16" x 1". Sapatas com acabamento metalizado. Pés laterais acompanham a profundidade dos tampos. Dimensões 1400x1400x740mm. Todas as estruturas em aço recebem tratamento anti-ferruginoso a base de fosfato de zinco com 04 banhos químicos e pintura eletrostática a pó com resina a base de epóxi e poliéster formando uma camada mínima 30/40 micra de espessura.

ITEM 08

Plataforma de trabalho 4 lugares. Tampo Principal (2) confeccionado em MDP, espessura de 25mm, revestida nas duas faces com laminado melamínico, com fita PS de 2mm em três faces, colados ao tampo através de processo "hot melt" e fita de PS de 1mm na fase de contato com tampos centrais, acabamento na cor semelhante ao revestimento do tampo. Fixados à estrutura através de parafusos M6x10mm e buchas metálicas M6. Tampos com furações universais, podendo ser fixados em qualquer uma das configurações disponíveis na mesa. Sistema para acesso a pontos de rede e tomadas através de moldura confeccionada em perfil de alumínio extrudado e fechamentos plásticos. Estrutura central confeccionada em tubos de aço carbono 50x50x1,5mm, tubo 50x30x1.2 e chapas de aço carbono dobradas de 0,9mm para fechamento. Com berço de fixação das travessas confeccionados em chapa de aço carbono de 2mm. Travessas para ligação dos pés laterais ao central confeccionadas em tubo

50x50x1.2 em aço carbono, fixadas aos pés por meio de parafusos M6x12. Suporte de tomadas confeccionado em chapa de aço carbono de 0,9mm fixadas ao tampo por meio de parafusos autoatarraxantes. Tendo a seguinte configuração: 4 - Pontos de energia com inclinação – rasgo 41x22mm (Tomadas Margirius ou semelhantes); 2- Pontos de energia – rasgo Ø35mm (Tomadas redondas); e 2 - Pontos de dados – rasgo 19x15mm (Sistema Furukawa); Calha leito para acomodar a fiação dos pontos de energia e dados que sobem do pé central ou por vertebras. Encaixada a haste metálica fixada ao tampo por meio de parafusos autoatarraxantes, calha com sistema de encaixe para facilitar a instalação e manutenção. Pés Laterais em formato de trave, confeccionado em tubo 50x50x1.5mm usinado a laser em corpo único. Sistema de união das peças através de solda MIG MAG. Sapatas niveladoras acopladas a estrutura com altura de 15mm, injetadas em poliuretano de alta densidade, com parafuso zincado branco de 5/16" x 1". Sapatas com acabamento metalizado. Pés laterais acompanham a profundidade dos tampos. Dimensões 2800x1400x740mm. Todas as estruturas em aço recebem tratamento anti-ferruginoso a base de fosfato de zinco com 04 banhos químicos e pintura eletrostática a pó com resina a base de epóxi e poliéster formando uma camada mínima 30/40 micra de espessura.

ITEM 09

Mesa com tampo confeccionado em chapas de MDP ou MDF, espessura de 25mm, revestida nas duas faces com laminado melamínico, por efeito de prensagem a quente. Bordas protegidas por fita de poliestireno de 2mm em todo contorno com acabamento nas cores semelhantes ao revestimento do tampo. Fixação do tampo à estrutura através de parafusos M6x10mm e buchas metálicas M6. Pannel frontal com altura de 350mm confeccionado em chapas de MDP ou MDF, espessura de 18mm, revestida nas duas faces com laminado melamínico, por efeito de prensagem a quente. Bordas protegidas por fita de poliestireno de 1mm em todo contorno com acabamento nas cores semelhantes ao revestimento do tampo. Dimensões aproximadas 1500x600x740mm. Estrutura vertical formada por colunas metálicas compostas de chapa conformadas de espessura 0.9mm, com distância entre si de 50mm, formando assim dutos para passagem de fiação com calha de fechamento externo sacável confeccionada em chapa metálica 0,9mm dobrada. Suporte superior em chapa conformada de 2mm. Calha para fiação confeccionada em chapa de aço SAE 1020 com 0,45mm de espessura. Com furação para alojamento de tomadas elétricas convencionais com rasgo de 41x22mm e de RJ-45 com rasgo de 19x15 para receber telefonia e lógica. Base confeccionada com chapa de aço carbono com espessura de 1.5mm repuxada. Sistema de união entre as peças através de solda MIG MAG. Niveladores com altura de 15mm, injetados em polipropileno de alta densidade, com parafuso zincado branco de 5/16" x 1" sextavado. Todas as estruturas em aço recebem tratamento anti-ferruginoso a base de fosfato de zinco com 04 banhos químicos e que recebem pintura eletrostática a pó com resina a base de epóxi e poliéster formando uma camada mínima 30/40 micra. Dotada de gaveteiro suspenso de duas gavetas. Laterais confeccionadas em MDP ou MDF, espessura de 18mm, revestida nas duas faces com laminado melamínico, por efeito de prensagem a quente que faz o laminado se fundir a madeira, com fita PS de 1mm em todo contorno, colados ao tampo através de processo "hot melt". Montante confeccionado no mesmo material do tampo com espessura de 15mm e acabamento em fita PS de 1,0mm na cor semelhante ao revestimento. Frentes de gavetas confeccionadas no mesmo material das laterais com espessura de 18mm e acabamento em fita PS de 2,0 mm na cor semelhante ao revestimento. Fechadura com acabamento cromado, com aplicação na primeira gaveta, possibilitando o travamento lateral das gavetas simultaneamente. Contém 02 peças de chaves com capa plástica "escamoteável" com acabamento preto, dupla face e extração, rotação de 180°, cilindro com corpo de 20 mm de comprimento e diâmetro de 19mm com 2(duas) abas para fixação, que é feito na frente do gaveteiro. Dimensões aproximadas 400x450x240mm. Gavetas confeccionadas em chapa de aço SAE 1006 a 1008 com 0,6mm de espessura, com pintura epóxi a pó na cor cristal, corrediças de 400mm de comprimento, fabricadas em chapa de aço dobrada na cor das gavetas, roldanas em nylon, corrediças fixadas as laterais do gaveteiro por meio de parafusos chip cabeça chata Philips com acabamento bicromatizado. Laterais e montantes fixados por meio de tambor de giro de 15mm em zamak com parafuso de montagem rápida M6x20mm, possuindo ainda cavilhas de madeira de Ø8x30mm, e demais parafusos autoatarraxantes com acabamento bicromatizado. Trava confeccionada em perfil de alumínio extrudado. Puxadores confeccionado em zamak na cor alumínio. As gavetas em aço recebem tratamento anti-ferruginoso a base de fosfato de zinco com 04 banhos químicos e recebem pintura eletrostática a pó com resina a base de epóxi e poliéster formando uma camada mínima 30/40 micras.

ITEM 10

Mesa retangular. Tampo superior confeccionado com chapa de MDP, espessura de 25mm, revestida nas duas faces com laminado melamínico, cor a ser definida, com fita PS de 2,0mm em todo contorno, colados ao tampo através de processo "hot melt". Fixação à estrutura por meio de buchas metálicas (M6) rosqueadas ao tampo e parafusos M6x12. O tampo possui furo passa-cabos com tampa. Pannel frontal com 350mm de altura, confeccionado com chapas de MDP, espessura de 18 mm, revestida nas duas faces com laminado melamínico, com fita PS de 1mm em todo contorno, colados ao tampo através de processo "hot melt". Estrutura em colunas metálicas compostas de chapa conformadas de espessura 0.9mm horizontal com distância entre si de 50mm, formando assim dutos para passagem de fiação. Suporte superior em chapa conformada de 2mm. Base confeccionada com chapa

de aço carbono com espessura de 1.5mm repuxada. Calha de fechamento externo sacável confeccionada em chapa metálica 0,9mm dobrada. Sistema de união entre as peças através de solda MIG MAG. Niveladores com altura de 15mm, injetados em polietileno de alta densidade. Calha para fiação, fixada no painel frontal, confeccionada em chapa de aço SAE 1020 com 0,45mm de espessura. Com furação para alojamento de 4 tomadas elétricas convencionais com rasgo de 41x22mm e de 4 RJ-45 com rasgo de 19x15 para receber telefonia e lógica, tomada padrão. Dimensões:1200x600x740mm. Todas as estruturas em aço recebem tratamento anti-ferruginoso a base de fosfato de zinco com 04 banhos químicos e pintura eletrostática a pó com resina a base de epóxi e poliéster formando uma camada mínima 40 micras de espessura.

ITEM 11

Mesa retangular. Tampo superior confeccionado com chapa de MDP, espessura de 25mm, revestida nas duas faces com laminado melamínico, cor a ser definida, com fita PS de 2,0mm em todo contorno, colados ao tampo através de processo "hot melt". Fixação à estrutura por meio de buchas metálicas (M6) rosqueadas ao tampo e parafusos M6x12. O tampo possui furo passa-cabos com tampa. Painel frontal com 350mm de altura, confeccionado com chapas de MDP, espessura de 18 mm, revestida nas duas faces com laminado melamínico, com fita PS de 1mm em todo contorno, colados ao tampo através de processo "hot melt". Estrutura em colunas metálicas compostas de chapa conformadas de espessura 0.9mm horizontal com distância entre si de 50mm, formando assim dutos para passagem de fiação. Suporte superior em chapa conformada de 2mm. Base confeccionada com chapa de aço carbono com espessura de 1.5mm repuxada. Calha de fechamento externo sacável confeccionada em chapa metálica 0,9mm dobrada. Sistema de união entre as peças através de solda MIG MAG. Niveladores com altura de 15mm, injetados em polietileno de alta densidade. Calha para fiação, fixada no painel frontal, confeccionada em chapa de aço SAE 1020 com 0,45mm de espessura. Com furação para alojamento de 4 tomadas elétricas convencionais com rasgo de 41x22mm e de 4 RJ-45 com rasgo de 19x15 para receber telefonia e lógica, tomada padrão. Dimensões:800x600x740mm. Todas as estruturas em aço recebem tratamento anti-ferruginoso a base de fosfato de zinco com 04 banhos químicos e pintura eletrostática a pó com resina a base de epóxi e poliéster formando uma camada mínima 40 micras de espessura.

ITEM 12

Mesa de reunião redonda. Tampo superior confeccionado com chapa de MDP, espessura de 25mm, revestida nas duas faces com laminado melamínico, com fita PS de 2,0mm em todo contorno, colados ao tampo através de processo "hot melt". Fixação à estrutura por meio de buchas metálicas rosqueadas ao tampo e parafusos. Dimensões: 1200 (diâmetro) x 740mm. Estrutura metálica tipo X com base horizontal estampada e repuxada (sem ponteiros) em chapa de aço de 1,5 mm de espessura com suporte em chapa de aço carbono com buchas roscadas para nivelador. Sapata niveladora na base horizontal, possui estrutura tubular 20x20mm. Tubo central confeccionado em aço carbono com diâmetro de 4", com espessura de 1,2 mm, a fixação entre a base e o tubo central é feito por meio de solda MIG MAG. A base superior horizontal em formato "X" confeccionada em tubo retangular de 20 x 30 x 1,2 mm. Todas as partes metálicas soldadas são feitas com solda MIG MAG para maior resistência. Todas as estruturas em aço recebem tratamento anti-ferruginoso a base de fosfato de zinco, recebendo pintura eletrostática a pó com resina a base de epóxi e poliéster.

ITEM 13

Painel divisor suspenso com inclinação na extremidade final com altura reduzida. Painel confeccionado em MDP ou MDF, espessura de 18mm, revestida nas duas faces com laminado melamínico, com fita PS de 2mm em todo contorno, colados ao tampo através de processo "hot melt", acabamento na cor semelhante ao revestimento do tampo. Fixação através de suporte metálico confeccionado em aço carbono fixado por meio de parafusos autoatarraxantes. Dimensões: 1500x570mm (LxH). Todas as estruturas em aço recebem tratamento anti-ferruginoso a base de fosfato de zinco com 04 banhos químicos e pintura eletrostática a pó com resina a base de epóxi e poliéster formando uma camada mínima 30/40 micra.

ITEM 14

Painel divisor suspenso com inclinação na extremidade final com altura reduzida. Painel confeccionado em MDP ou MDF, espessura de 18mm, revestida nas duas faces com laminado melamínico, com fita PS de 2mm em todo contorno, colados ao tampo através de processo "hot melt", acabamento na cor semelhante ao revestimento do tampo. Fixação através de suporte metálico confeccionado em aço carbono fixado por meio de parafusos autoatarraxantes. Dimensões: 1350x570mm (LxH). Todas as estruturas em aço recebem tratamento anti-ferruginoso a base de fosfato de zinco com 04 banhos químicos e pintura eletrostática a pó com resina a base de epóxi e poliéster formando uma camada mínima 30/40 micra.

ITEM 15

Conjunto Executivo com tampo de 40mm de espessura. Dotado de tampo retangular principal (2000x900x740mm), componível por duas camadas modulares e sobrepostas, sendo as camadas, superior e inferior, acopladas perfeitamente para formar a superfície de trabalho. O tampo superior confeccionado em MDP ou MDF com 25 mm de espessura, revestido na face superior e bordas com folha natural de madeira pré-composta. Lâmina de madeira com acabamento em Verniz poliuretânico ou a base d'água. Deverá conter uma caixa eletrificável de tomadas com moldura com laterais confeccionadas em alumínio extrudado com fechamentos plásticos injetado em PVC, fixados por meio de parafusos autoatarraxantes. Tampa basculante confeccionada em alumínio extrudado, com abertura para passagem de fiação e escova para proteção de fiação. Moldura fixada ao tampo por suportes metálicos laterais, fixados por parafusos autoatarraxantes. Espelho possui modulação de tomadas e RJ, sendo confeccionado em aço carbono, fixado ao corpo por meio de encaixe e abas de dobra, possibilitando assim a troca dos mesmos. Três pontos de energia e dois pontos de dados. Corpo confeccionado em aço carbono com passagem de fiação, fixado a moldura por meio de "clic", facilitando a montagem e futuras manutenções. A subida de cabos é realizada por vértebras de fiação. Mantém fios escondidos e organizados. Confeccionada em polímero e sua fixação é feita na face inferior do tampo por parafuso autoatarraxante. Tampo inferior inteiriço, confeccionado em MDP ou MDF com 15 mm de espessura, revestido em ambas as faces com laminado melamínico nas duas faces na cor preta. A face inferior do tampo deverá receber porcas metálicas (buchas) para fixação de todas as estruturas com parafusos com rosca métrica M6. Pannel frontal confeccionado em MDP ou MDF com 18 mm de espessura, revestido na chapa e nas bordas com folha natural de madeira pré-composta. Lâmina de madeira com acabamento em Verniz poliuretânico ou a base d'água. Tampo retangular lateral (1200x700x740mm), componível por duas camadas modulares e sobrepostas, sendo as camadas, superior e inferior, acopladas perfeitamente para formar a superfície de trabalho. O tampo superior confeccionado em MDP ou MDF com 25 mm de espessura, revestido na face superior e bordas com folha natural de madeira pré-composta. Lâmina de madeira com acabamento em Verniz poliuretânico ou a base d'água. Deverá conter uma caixa eletrificável de tomadas com moldura com laterais confeccionadas em alumínio extrudado com fechamentos plásticos injetado em PVC, fixados por meio de parafusos autoatarraxantes. Tampa basculante confeccionada em alumínio extrudado sem fecho toque, com abertura para passagem de fiação e escova para proteção de fiação. Moldura fixada ao tampo por suportes metálicos laterais, fixados por parafusos autoatarraxantes. Espelho possui modulação de tomadas e RJ, sendo confeccionado em aço carbono, fixado ao corpo por meio de encaixe e abas de dobra, possibilitando assim a troca dos mesmos. 2 Pontos de energia e 2 Ponto de dados 2 USB/HDMI. Corpo confeccionado em aço carbono com passagem de fiação, fixado a moldura por meio de "clic", facilitando a montagem e futuras manutenções. A subida de cabos é realizada por vértebras de fiação. Mantém fios escondidos e organizados. Confeccionada em polímero e sua fixação é feita na face inferior do tampo por parafuso autoatarraxante. Tampo inferior inteiriço, confeccionado em MDP ou MDF com 15 mm de espessura, revestido em ambas as faces com laminado melamínico nas duas faces na cor preta. A face inferior do tampo deverá receber porcas metálicas (buchas) para fixação de todas as estruturas com parafusos com rosca métrica M6. Pannel frontal confeccionado em MDP ou MDF com 18 mm de espessura, revestido na chapa e nas bordas com folha natural de madeira pré-composta. Lâmina de madeira com acabamento em Verniz poliuretânico ou a base d'água. Mesas principal e lateral estruturadas por pés painel – pés devem acompanhar a profundidade do tampo - em MDP ou MDF com 40 mm, revestidas em material composto por polímeros a base de PVC, cor preta. Fixado à estrutura através de parafusos M6x10mm e buchas metálicas M6. Sapatas niveladoras acopladas a estrutura com altura de 15mm, injetadas em poliuretano de alta densidade, com parafuso zincado branco de 5/16" x 1". Sapatas com acabamento metalizado.

ITEM 16

Painel divisório constituído por estrutura metálica composta por colunas laterais confeccionadas em chapa de aço carbono com aproximadamente 40x20 e espessura de 1.2mm, possui em toda sua extremidade sistema de cremalheira para fixação das placas em BP e moldura de vidro. Nas faces laterais da estrutura há furações em formato de "pera", utilizadas para fixar uma estrutura a outra através de parafusos autoatarraxantes. Possui 4 rasgos para passagem fiação em cada coluna. Ligação entre as colunas realizadas através de travessas tubulares em formato retangular de 40x20 com espessura de 0.75mm, sendo as inferiores com dois recortes retangulares de 21 x 42 mm para passagem de fiação do piso para o lado interno do quadro. Suporte com rosca 5/16 para receber sapata niveladora possibilitando a regulagem na altura do quadro. Na parte superior a ligação das colunas é realizada por travessa tubular com furações para fixação de perfil "clic", destinado a fixar o acabamento superior. Sistema de união entre as peças através de solda MIG MAG. Na base inferior, rodapé duplo confeccionado em chapa de aço SAE 1020 medindo aproximadamente 120 x 15 x 0,60 mm pelo comprimento do quadro, dobrado a 90°. O fechamento lateral e superior, com engates feitos na parte traseira proporcionando o encaixe entre o rodapé e a coluna vertical, para fixação de 2 tomadas elétricas convencionais e 2 RJ 45 para receber telefonia e lógica (tomada de acordo com as normas da ABNT NBR 14136). Perfil de acabamento superior confeccionado em alumínio medindo aprox. 70 x 10 mm pelo comprimento do quadro, tendo perfil macho e fêmea onde são fixados por meio de encaixe tipo "clic" é aparafusada no quadro por meio de parafusos panela 4,8 x 13 zincado branco, proporcionando maior sustentação e alinhamento do perfil superior. Placas de fechamento bipartidas confeccionadas em MDP,

espessura de 15mm, revestida nas duas faces com laminado melamínico, com fita PS de 1mm em todo contorno, colados ao tampo através de processo “hot melt”, acabamento na cor semelhante ao revestimento do tampo. Placas possuem sistema de saque frontal. Placas fixadas a estrutura através de suporte de pendura confeccionado em chapa de aço carbono com espessura de 1.5mm, fixados as placas por parafusos autoatarraxantes. Esquadria para vidros na parte superior, medindo aproximadamente 350mm de altura, confeccionada em alumínio extrudado com espessura de 1.2mm, em formato cantoneira, sendo interna e externa possibilitando um encaixe entre as mesmas e mantendo uma profundidade de 70mm, possui aba para apoio do vidro temperado com espessura mínima de 4mm e canaletas para suportes de fixação na estrutura. Perfis cortados em 45 graus e união realizada por suportes confeccionados em chapa de aço carbono estampadas e dobradas com espessura de 1.5mm fixados através de parafusos com rosca métrica M4x8, sem utilização de qualquer tipo solda. Fixação a estrutura feita por meio de saque frontal, onde suportes fixados aos perfis de alumínio se encaixam nas cremalheiras disponíveis na estrutura do biombo. Dimensões 750x70x1100mm. Todas as estruturas em aço recebem tratamento anti-ferruginoso a base de fosfato de zinco com 04 banhos químicos e pintura eletrostática a pó com resina a base de epóxi e poliéster formando uma camada mínima 30/40 micra de espessura.

ITEM 17

Painel divisório constituído por estrutura metálica composta por colunas laterais confeccionadas em chapa de aço carbono com aproximadamente 40x20 e espessura de 1.2mm, possui em toda sua extremidade sistema de cremalheira para fixação das placas em BP e moldura de vidro. Nas faces laterais da estrutura há furações em formato de “pera”, utilizadas para fixar uma estrutura a outra através de parafusos autoatarraxantes. Possui 4 rasgos para passagem fiação em cada coluna. Ligação entre as colunas realizadas através de travessas tubulares em formato retangular de 40x20 com espessura de 0.75mm, sendo as inferiores com dois recortes retangulares de 21 x 42 mm para passagem de fiação do piso para o lado interno do quadro. Suporte com rosca 5/16 para receber sapata niveladora possibilitando a regulação na altura do quadro. Na parte superior a ligação das colunas é realizada por travessa tubular com furações para fixação de perfil “clic”, destinado a fixar o acabamento superior. Sistema de união entre as peças através de solda MIG MAG. Na base inferior, rodapé duplo confeccionado em chapa de aço SAE 1020 medindo aproximadamente 120 x 15 x 0,60 mm pelo comprimento do quadro, dobrado a 90°. O fechamento lateral e superior, com engates feitos na parte traseira proporcionando o encaixe entre o rodapé e a coluna vertical, para fixação de 2 tomadas elétricas convencionais e 2 RJ 45 para receber telefonia e lógica (tomada de acordo com as normas da ABNT NBR 14136). Perfil de acabamento superior confeccionado em alumínio medindo aprox. 70 x 10 mm pelo comprimento do quadro, tendo perfil macho e fêmea onde são fixados por meio de encaixe tipo “clic” é aparafusada no quadro por meio de parafusos panela 4,8 x 13 zincado branco, proporcionando maior sustentação e alinhamento do perfil superior. Placas de fechamento bipartidas confeccionadas em MDP, espessura de 15mm, revestida nas duas faces com laminado melamínico, com fita PS de 1mm em todo contorno, colados ao tampo através de processo “hot melt”, acabamento na cor semelhante ao revestimento do tampo. Placas possuem sistema de saque frontal. Placas fixadas a estrutura através de suporte de pendura confeccionado em chapa de aço carbono com espessura de 1.5mm, fixados as placas por parafusos autoatarraxantes. Esquadria para vidros na parte superior, medindo aproximadamente 350mm de altura, confeccionada em alumínio extrudado com espessura de 1.2mm, em formato cantoneira, sendo interna e externa possibilitando um encaixe entre as mesmas e mantendo uma profundidade de 70mm, possui aba para apoio do vidro temperado com espessura mínima de 4mm e canaletas para suportes de fixação na estrutura. Perfis cortados em 45 graus e união realizada por suportes confeccionados em chapa de aço carbono estampadas e dobradas com espessura de 1.5mm fixados através de parafusos com rosca métrica M4x8, sem utilização de qualquer tipo solda. Fixação a estrutura feita por meio de saque frontal, onde suportes fixados aos perfis de alumínio se encaixam nas cremalheiras disponíveis na estrutura do biombo. Dimensões 600x70x1100mm. Todas as estruturas em aço recebem tratamento anti-ferruginoso a base de fosfato de zinco com 04 banhos químicos e pintura eletrostática a pó com resina a base de epóxi e poliéster formando uma camada mínima 30/40 micra de espessura.

ITEM 18

Tubo conector. Coluna confeccionada em tubo de aço carbono quadrado medindo 70x70mm com espessura de 1.2 mm, possui recortes tipo “pera”, realizados a laser em todo seu perfil para fixação dos biombos modulados, podendo possuir passagem de fiação em quatro lados da peça para passagem de fiação tipo “X”. Altura 1100mm. Acabamento quadrado na parte superior da coluna injetado em polipropileno e fixado a coluna por meio de encaixe, na cor da estrutura.

ITEM 19

Módulo extensor de tampo mesa. Laterais e base confeccionados em MDP, espessura de 18mm, revestida nas duas faces com laminado melamínico, com fita PS de 1mm em todo contorno, colados ao tampo através de processo “hot melt”, acabamento na cor semelhante ao revestimento do painel. Fundo confeccionado no mesmo material das laterais e base com espessura de 18mm e acabamento em fita PS de 1,0mm na cor semelhante ao

revestimento. Frente de gavetas confeccionadas no mesmo material do tampo com espessura de 18mm e acabamento em fita PS de 2,0mm na cor semelhante ao revestimento. Fechadura com acabamento cromado, com aplicação na primeira gaveta, possibilitando o travamento lateral das gavetas simultaneamente. Contém 02 peças de chaves com capa plástica "escamoteável" com acabamento preto, dupla face e extração, rotação de 180°, cilindro com corpo de 20 mm de comprimento e diâmetro de 19mm com 2(duas) abas para fixação, que é feito na frente do módulo. Gavetas (04 unidades) confeccionadas em chapa de aço SAE 1006 a 1008 com 0,6mm de espessura, com pintura epóxi a pó na cor cristal, corrediças de 400mm de comprimento, fabricadas em chapa de aço dobrada na cor das gavetas, roldanas em nylon, corrediças fixadas as laterais do módulo por meio de parafusos chip cabeça chata Philips com acabamento bicromatizado. Rodapé metálico confeccionado em tubo 40x20mm, niveladores injetados em poliuretano de alta densidade, com parafuso zincado branco de 5/16x1" sextavado. Fixado na base com parafusos autoatarraxantes. Tampo, laterais e base fixados por meio de tambor de giro de 15mm em aço zamak com parafuso de montagem rápida M6x20mm, possuindo ainda cavilhas de madeira de Ø8x30mm, e demais parafusos autoatarraxantes com acabamento bicromatizado. Trava confeccionada em perfil de alumínio extrudado. Puxadores confeccionados em zamak na cor alumínio. As gavetas em aço recebem tratamento anti-ferruginoso a base de fosfato de zinco com 04 banhos químicos e pintura eletrostática a pó com resina a base de epóxi e poliéster formando uma camada mínima 30/40 micra de espessura.

ITEM 20

Confeção e instalação de móvel, de medida especial, com laterais, portas e prateleiras confeccionadas com MDP e/ou MDF de 18mm de espessura, revestimento (interno e externo) em laminado melamínico de alta pressão tipo formica ou similar, na cor amadeirada e/ou branca. Módulo alternativamente com tampo em mdf, mdp ou de rocha calcária, de estrutura macia, flexível ao corte, porosidade tratada com resinagem e granulação fina, sem mudar o aspecto da pedra, na cor bege Bahia ou similar. Portas com acabamento com fita de poliestireno de 2,0mm de espessura na cor do móvel e coladas pelo sistema hot-melt. Portas com dobradiças com abertura de 90°/110°, dotada de amortecedor e possibilidade de abertura por movimento basculante ou de correr (de acordo com a demanda). As portas e gavetas possuem puxador metálico tipo barra, confeccionado em perfil de alumínio e a fixação deve ser feita com parafusos suficientes para sustentar os puxadores sem arrancar e não perfurar a chapa. A divisão do armário deverá conter uma prateleira interna de 18mm de espessura, revestimento (em ambas as faces) em laminado melamínico de alta pressão tipo formica ou similar com acabamento com fita de poliestireno de 1,00mm para cada par de portas, confeccionadas no mesmo material e revestimento do armário. Gavetas confeccionadas com chapas de MDP e/ou MDF de 18mm de espessura, revestimento (interno e externo) em laminado melamínico de alta pressão tipo formica ou similar, na cor amadeirada e/ou branca com fundo de 6mm. Gavetas dotadas de corrediças telescópicas de abertura total e prolongamento de curso em 20mm do comprimento nominal. deslizamento por meio de esferas de aço devidamente lubrificadas para melhor deslizamento. Auto travante fim de curso aberto e travas que permitem a retirada da gaveta. Capacidade de peso: 40 kg mínimo. Quando houver mais de uma gaveta, uma delas, deve conter divisão interna para porta talheres, confeccionada em material orgânico polimérico sintético. Quando for demandado, um gavetão com profundidade de cerca de 300mm, serão instaladas corrediças em aço com esfera no fundo das gavetas com abertura total, sem que a mesma se desprenda. Na ausência de sóculo de alvenaria, será utilizado pé metálico de alta resistência com tratamento anti-ferruginoso com 150mm de altura. Fundo confeccionado com chapas de MDP e/ou MDF de 9mm de espessura, revestimento (interno e externo) em laminado melamínico de alta pressão tipo formica ou similar, na cor amadeirada e/ou branca, instalado sobre placa de isopor, quando o local apresentar umidade para que não atinja o armário. Dimensões a serem definidas na Requisição de compra.

ITEM 21

Módulo para Call center ou teleatendimento. Dimensões: 1000x800x640/890-1060mm. Tampo bipartido confeccionado em MDP ou MDF, espessura de 25mm, revestida nas duas faces com laminado melamínico, com fita PS de 2mm em todo contorno, colados ao tampo através de processo "hot melt", acabamento na cor semelhante ao revestimento do tampo. O tampo possui 1 passa cabo para passagem de fiação com diâmetro de 60mm em polietileno injetado com tampa sacável. Os tampos possuem cavilhas para facilitar o posicionamento nas laterais, a fixação é feita por meio de chapas dobradas em "L" com acabamento zincado e parafusos autoatarraxantes. Alternativamente com laterais (H=1200mm) confeccionadas em chapas de MDP ou MDF, espessura de 25mm, revestida nas duas faces com laminado melamínico com fita PS de 2mm na face frontal e 1mm na face posterior, colados ao tampo através de processo "hot melt", acabamento na cor semelhante ao revestimento do tampo. Fixação das laterais ao fundo realizada por meio de parafusos estruturais 7x40 e conectores metálicos quadrados. Possui niveladores injetados em poliuretano de alta densidade, com parafuso zincado branco de 1/4 sextavado, rosqueados a suporte metálicos confeccionados em chapa de aço carbono estampadas e dobradas em formato "U" com espessura de 1.5mm, pintadas na cor alumínio, fixadas nas laterais com parafusos autoatarraxantes. Alternativamente com fundo confeccionado em chapa de partículas de madeira de média densidade MDP ou MDF, espessura de 25mm, revestida nas duas faces com laminado melamínico, com fita PS de 1mm na face superior,

colados ao tampo através de processo "hot melt", acabamento na cor semelhante ao revestimento do tampo. Fixação realizada por meio de parafusos estruturais 7x40 e conectores metálicos quadrados. Fundo possui niveladores injetados em poliuretano de alta densidade, com parafuso zincado branco de 1/4 sextavado, rosqueados a suporte metálicos confeccionados em chapa de aço carbono estampadas e dobradas em formato "U" com espessura de 1.5mm, pintadas na cor alumínio, fixadas nas laterais com parafusos autoatarraxantes. Conectores metálicos confeccionados em tubo de aço quadrado 20x20x0.9 para espessuras de 18mm e 25x25x0.9mm para espessuras de 25mm, com furação tipo "pera", fixados através de parafusos estruturais 7x40mm fixados nas laterais e encaixados nos conectores nas furações tipo pera. Podendo assim montar e desmontar o móvel sem quaisquer danos posteriores. Possuem acabamento com ponteiros plásticos e nivelador injetado em poliuretano de alta densidade, com parafuso zincado branco de 1/4 sextavado. Todas as estruturas em aço recebem tratamento anti-ferruginoso a base de fosfato de zinco com 04 banhos químicos e pintura eletrostática a pó com resina a base de epóxi e poliéster formando uma camada mínima 30/40 micra.

ITEM 22

Mesa-plataforma com tampo basculante, confeccionado em MDP, espessura de 25mm, revestida nas duas faces com laminado melamínico com fita de 2mm em todo contorno. Fixação à estrutura por meio de buchas metálicas (M6) rosqueadas ao tampo e parafusos M6x12. Pé lateral metálico composto de tudo 50x50 para coluna central em formato "L" em corpo único cortado a laser, com encaixes rápidos para travessa de ligação dos pés, possui furação na parte superior formando assim duto para passagem de fiação, base em tubo 50x30 angular. Suporte superior em chapa conformada de 2mm para angulação do tampo, com sistema de mola e manipulador com rosca para travamento do tampo. Travessa confeccionada em tubo 50x30 possuindo garras para encaixe rápido nos pés e aba para fixação, travessa contém chapa de apoio central para impedir tensionamento do tampo, fixada por meio de parafusos e bucha com rosca M6. Sistema de união entre as peças através de solda MIG MAG. Rodízios com trava e Diâmetro de 65mm injetados em polietileno de alta densidade, com parafuso zincado branco de 5/16" x 2" sextavado. Para fixação do tampo e travessas utiliza-se parafusos M6x12. Dimensões 1300x700x740mm. Todas as estruturas em aço recebem tratamento anti-ferruginoso a base de fosfato de zinco com 04 banhos químicos e pintura eletrostática a pó com resina a base de epóxi e poliéster formando uma camada mínima 30/40 micra de espessura.

ITEM 23

Mesas em Módulos componíveis para formação de mesa de reunião em formato ferradura ou outro alternativo. Medindo cada um, **aproximadamente L 1600 x P 800 x h 740mm**, com tampos duplos sobrepostos, sendo: Tampos superiores bipartidos, confeccionados em MDP ou MDF, com 25mm de espessura, revestido em ambas as faces com filme termo prensado de melamínico com espessura de 0,2mm, texturizado, semi-fosco e antirreflexo. O bordo que acompanha todo o contorno do tampo é encabeçado com fita de poliestireno com 2,5mm de espessura mínima, coladas com adesivo hot melt, com arestas arredondadas e raio ergonômico de 2,5mm de acordo com as Normas ABNT. Tampos inferiores confeccionados em MDP ou MDF, com 18mm de espessura, revestido em ambas as faces com filme termo prensado de melamínico com espessura de 0,2mm, texturizado, semi-fosco e antirreflexo. O bordo que acompanha todo o contorno é encabeçado com fita de poliestireno com 2mm de espessura mínima, coladas com adesivo hot melt, com arestas arredondadas e raio ergonômico de 2 mm de acordo com as Normas de Ergonomia NR-17. A fixação do tampo/estrutura deverá ser feita por meio de parafusos ocultos tipo minifix, fixados por meio de buchas metálicas confeccionadas em Zamak cravadas na face inferior do tampo. Painéis frontais com altura do piso ao tampo inferior, confeccionados em MDP ou MDF, com 25mm de espessura, revestido em ambas as faces com filme termo prensado de melamínico com espessura de 0,2mm, texturizado, semi-fosco e antirreflexo. O bordo que acompanha todo o contorno do tampo é encabeçado com fita de poliestireno com 2,5mm de espessura mínima, coladas com adesivo hot melt, com arestas arredondadas e raio ergonômico de 2,5mm de acordo com as Normas ABNT. Apoiados por sapatas em nylon injetado, com regulador de altura cuja função será contornar eventuais desníveis de piso. Acoplada entre as estruturas e sob o tampo, calhas de função estrutural e leito para cabeamento, confeccionadas em chapa de aço dobrada, com espessura mínima de 0,9mm, fixada a estrutura por meio de parafuso máquina M6x12. A calha contém porta-tomada com adaptadores para tomadas de energia elétrica e para plugs tipo RJ-45 e RJ11, permitindo passagem de cabos para lógica e telefonia. Todo o conjunto metálico é submetido a um banho químico desengraxante e antioxidante, e pintura eletrostática epóxi-pó texturizada, com sistema de polimerização em estufa a 200°. Caixas Eletrificáveis confeccionadas em duas partes (Tampa e Porta Tomadas), sendo a tampa confeccionada em alumínio modelo basculante com abertura 105° fixada ao tampo por meio de duas chapinhas de aço mola e parafuso autoatarraxante 3,5 x 16 mm, e a porta tomada confeccionada em chapa de aço dobrada com espessura mínima 0,95mm embutido com 02 orifícios redondos, 02 orifícios retangulares ambos orifícios para colocação de tomadas elétricas (novo padrão ABNT), 02 orifícios quadrados para colocação de receptores para plug RJ45 e aberturas para passagem de cabeamento, e fixadas ao tampo por meio de parafusos autoatarraxante 48 x 13 mm. Calhas para subida vertical de cabos acoplada entre as estruturas e sob o tampo, confeccionadas em chapa de aço dobrada, com espessura mínima de 0,9mm, fixada a estrutura por meio de

parafuso máquina M6x12. Todo o conjunto metálico é submetido a um banho químico desengraxante e antioxidante, e pintura eletrostática epóxi-pó texturizada, com sistema de polimerização em estufa a 200°. Pés Painel com espessura mínima de 54 mm, confeccionados em MDP ou MDF, contraplacados e sarrafeados nas bordas com MDP ou MDF de 25mm de espessura e o seu interior preenchido em colmeia de papelão com gramatura de 160 g /m2, fixada com cola de silicato de sódio biodegradável. Os Painéis de MDP ou MDF são revestidos em ambas as faces com filme termo prensado de melamínico com espessura de 0,2mm, texturizado, semi-fosco e antirreflexo. O bordo que acompanha todo o contorno do pé é encabeçado com fita de poliestireno de espessura mínima 2,5mm, arestas arredondadas com raio ergonômico de 2,5mm, coladas com adesivo hot melt. A fixação painel/estrutura deverá ser feita por meio de parafusos ocultos tipo minifix. Os Pés são dotados de sapatas niveladoras em nylon injetado, cuja função será contornar eventuais desníveis de piso.

ITEM 24

Armário alto. Tampo superior confeccionado com chapa de MDP, espessura de 25mm, revestida nas duas faces com laminado melamínico, com fita PS de 2,0mm em todo contorno, colados ao tampo através de processo “hot melt”. Corpo (02 laterais, base, fundo e 01 prateleira fixa e 03 prateleiras móveis) confeccionados com chapas de MDP, espessura de 18mm, revestida nas duas faces com laminado melamínico, com fita de 1,0mm, os bordos não aparentes do conjunto são encabeçados em fita de poliestireno com 0,45mm de espessura mínima. As laterais e o fundo com furações para regulagem de prateleiras em toda a altura útil do armário (dois furos para cada lateral e dois furos no fundo), com 06 pontos de apoio por prateleira, apoiadas por suportes metálicos em Zamak. Duas portas confeccionadas com chapas de MDP, espessura de 18mm, revestida nas duas faces com laminado melamínico, com fita PS de 1mm. Portas com puxadores metálicos tipo alça confeccionados em zamak e seis dobradiças de 270° de abertura. A porta direita possui fechadura cilíndrica com travamento por lingueta lateral. Acompanham 02 chaves com corpo dobrável com acabamento zincado e capa plástica. A porta esquerda é travada pela direita, por meio de chapa metálica. **Dimensões 800x500x1600mm.** Rodapé metálico confeccionado em tubo 40x20x0,75mm, com fixação na lateral do móvel por meio de tambor de giro em aço zamak com parafuso de montagem rápida que transpassa a base. Base apoiada por 04 sapatas articuláveis em nylon injetado com regulador de altura interno sobre a base e nivelamento autoajustável. A montagem das peças deve ser feita por meio de acessórios internos, como cavilhas e parafusos ocultos tipo minifix. Todas as estruturas em aço recebem tratamento anti-ferruginoso a base de fosfato de zinco, recebendo pintura eletrostática a pó com resina a base de epóxi e poliéster.

ITEM 25

Armário médio. Tampo superior confeccionado com chapa de MDP, espessura de 25mm, revestida nas duas faces com laminado melamínico, com fita PS de 2,0mm em todo contorno, colados ao tampo através de processo “hot melt”. Corpo (02 laterais, base, fundo e 01 prateleira fixa e 02 prateleiras móveis) confeccionados com chapas de MDP, espessura de 18mm, revestida nas duas faces com laminado melamínico, com fita de 1,0mm, os bordos não aparentes do conjunto são encabeçados em fita de poliestireno com 0,45mm de espessura mínima. As laterais e o fundo com furações para regulagem de prateleiras em toda a altura útil do armário (dois furos para cada lateral e dois furos no fundo), com 06 pontos de apoio por prateleira, apoiadas por suportes metálicos em Zamak. Duas portas confeccionadas com chapas de MDP, espessura de 18mm, revestida nas duas faces com laminado melamínico, com fita PS de 1mm. Portas com puxadores metálicos tipo alça confeccionados em zamak e seis dobradiças de 270° de abertura. A porta direita possui fechadura cilíndrica com travamento por lingueta lateral. Acompanham 02 chaves com corpo dobrável com acabamento zincado e capa plástica. A porta esquerda é travada pela direita, por meio de chapa metálica. **Dimensões 800x500x1100mm.** Rodapé metálico confeccionado em tubo 40x20x0,75mm, com fixação na lateral do móvel por meio de tambor de giro em aço zamak com parafuso de montagem rápida que transpassa a base. Base apoiada por 04 sapatas articuláveis em nylon injetado com regulador de altura interno sobre a base e nivelamento autoajustável. A montagem das peças deve ser feita por meio de acessórios internos, como cavilhas e parafusos ocultos tipo minifix. Todas as estruturas em aço recebem tratamento anti-ferruginoso a base de fosfato de zinco, recebendo pintura eletrostática a pó com resina a base de epóxi e poliéster.

ITEM 26

Armário baixo. Tampo superior confeccionado com chapa de MDP, espessura de 25mm, revestida nas duas faces com laminado melamínico, com fita PS de 2,0mm em todo contorno, colados ao tampo através de processo “hot melt”. Corpo (02 laterais, base, fundo e 01 prateleira fixa) confeccionados com chapas de MDP, espessura de 18mm, revestida nas duas faces com laminado melamínico, com fita de 1,0mm, os bordos não aparentes do conjunto são encabeçados em fita de poliestireno com 0,45mm de espessura mínima. As laterais e o fundo com furações para regulagem de prateleira em toda a altura útil do armário (dois furos para cada lateral e dois furos no fundo), com 06 pontos de apoio por prateleira, apoiadas por suportes metálicos em Zamak. Duas portas

confeccionadas com chapas de MDP, espessura de 18mm, revestida nas duas faces com laminado melamínico, com fita PS de 1mm. Portas com puxadores metálicos tipo alça confeccionados em zamak e quatro dobradiças de 270° de abertura. A porta direita possui fechadura cilíndrica com travamento por lingueta lateral. Acompanham 02 chaves com corpo dobrável com acabamento zincado e capa plástica. A porta esquerda é travada pela direita, por meio de chapa metálica. **Dimensões 800x500x740mm.** Rodapé metálico confeccionado em tubo 40x20x0,75mm, com fixação na lateral do móvel por meio de tambor de giro em aço zamak com parafuso de montagem rápida que transpassa a base. Base apoiada por 04 sapatas articuláveis em nylon injetado com regulador de altura interno sobre a base e nivelamento autoajustável. A montagem das peças deve ser feita por meio de acessórios internos, como cavilhas e parafusos ocultos tipo minifix. Todas as estruturas em aço recebem tratamento anti-ferruginoso a base de fosfato de zinco, recebendo pintura eletrostática a pó com resina a base de epóxi e poliéster.

ITEM 27

Mesa bistrô com tampo em chapa de MDF de 18 mm de espessura, com superfície em melamínico e fita de borda para acabamento lateral. Fixação feita através de parafusos Philips cabeça flangeada. Suporte de fixação do tampo confeccionada em chapa de aço NBR 6658 com 4,75 mm de espessura. Estrutura central confeccionada em tubo de aço industrial SAE 1010/1020 redondo com 50,80 mm de diâmetro (2") e 1,50 mm de espessura de parede. Base desmontável com aranha de 5 hastes de aço SAE 1010/1020 redondo com 25,40 mm de diâmetro (1") e 1,90 mm de espessura de parede, soldadas com tubo central em aço SAE 1010/1020 redondo com 57,15 mm de diâmetro e 2,25 mm de espessura de parede, acoplamento central injetado em polipropileno copolímero na cor preta par acabamento do conjunto soldado, apoiada sobre 5 sapatas injetadas em Polipropileno Copolímero de alta resistência na cor preta. Os componentes metálicos pintados possuem tratamento de superfície através de banho nano cerâmico bimetálico por spray, executado em linha contínua automática, sem uso de produtos clorados para desengraxe, e com posterior tratamento de efluentes, de acordo com as normas ambientais vigentes, proporcionando melhor proteção contra corrosão e excelente ancoragem da tinta. A tinta utilizada para a pintura é em pó, do tipo híbrida (poliéster - epóxi) garantindo resistência a radiação e resistência química, W-eco, atendendo norma Europeia RoHS, isenta de metais pesados, nas cores disponíveis para linha, com camada média de 60 microns de espessura. Todas as peças são curadas em estufa com esteira de movimentação contínua à temperatura de 200° C. Dimensões aproximadas: Diâmetro do tampo: 600 mm; Altura da Mesa: 1070 mm; e largura da Base: 560 mm.

ITEM 28

Credenza Executiva. Tampo duplo, com 43 a 45 mm de espessura, composta por duas camadas sobrepostas com espessuras mínimas de 18 mm (parte inferior inteira) e 25 mm (parte superior inteira), constituídos com chapas em MDF ou MDP revestidos nas faces externas e bordas com lâminas de madeira natural pré-composta padrão linheiro, com acabamentos com lixamentos e fundos que mantenham a padronização das texturas, finalizado com pintura das superfícies e bordas em verniz ecológico a base d'água, exceto o tampo inferior inteiro, que recebe revestimento melamínico ou pintura matizada na superfície e bordas nas cores Preto ou Grafite. As bordas de contatos recebem o mesmo acabamento das superfícies, com 2,5mm de espessura mínima, com arestas arredondadas com raio de 2,5mm, garantindo um arremate ergonômico nas áreas e perímetro de contato. A tolerância de espessura se deve a aplicação de demãos de verniz, considerando acréscimo de até 2 mm quando finalizados. Os topos das bordas de contato com o usuário deverão atender a norma técnica NBR 13966/2008, sem quinas vivas. Portas (04 portas) confeccionado em MDF ou MDP com 18 mm de espessura mínima, revestidos nas faces externas e bordas com lâminas de madeira natural pré-composta padrão linheiro, com acabamentos com lixamentos e fundos que mantenham a padronização das texturas, finalizado com pintura das superfícies e bordas em verniz ecológico a base d'água. Portas (par) sustentadas em 06 dobradiças (duas por portas) no mínimo, com abertura até 270 graus. As portas são dotadas de puxadores de fixação dupla, modelo alça ou barra de aproximadamente 220 mm em alumínio acetinado. As portas direitas possuem fechadura na parte superior, modelo cremona (com duas chaves dobráveis), com sistema de tranca pela rotação da chave, acionando varetas metálicas verticais com ganchos na extremidade superior e inferior para travamento em batentes de pinos de metálicos, fixados nas faces internas do tampo e da base. As portas esquerdas são automaticamente travadas pelas direitas durante o fechamento, por meio de batentes em chapas aço fixadas internamente, 02 por porta esquerda. Corpo composto por 04 laterais, 02 fundos e 02 prateleiras, confeccionados em MDP ou MDF, com 18 mm de espessura, revestido em ambas as faces com filme termo prensado de melamínico com espessura de 0,2 mm, texturizado, semi-fosco e antirreflexo. Os bordos aparentes do conjunto são encabeçados com fita de poliestireno com 2,0 mm de espessura mínima, coladas com adesivo hot melt, com arestas arredondadas e raio ergonômico de 2,0 mm. As laterais e fundos devem ter furações para regulagem de prateleiras em toda a altura útil do armário, com 06 pontos de apoio por prateleira. As prateleiras reguláveis são apoiadas por suportes tipo pino metálico. Dimensões aproximadas 1800x500x750mm. Base confeccionada em MDP, com 25 mm de espessura, revestido em ambas as faces com filme termo prensado de melamínico com espessura de 0,2 mm, texturizado, semi-fosco e antirreflexo. O bordo que acompanha todo o contorno do tampo é encabeçado com fita de poliestireno com 2,5 mm de espessura

mínima, coladas com adesivo hot melt, com arestas arredondadas e raio ergonômico de 2,5 mm. A montagem das peças deve ser feita por meio de acessórios internos, como cavilhas e parafusos ocultos tipo minifix ou girofix. Acabamento Inferior com 06 sapatas em PVC Ø 60 x 70 mm, com regulagem de altura, cuja função será ajustar eventuais desníveis de piso.

ITEM 29

Gaveteiro volante com 03 gavetas. Tampo confeccionado em MDP, espessura de 25mm, revestida nas duas faces com laminado melamínico, com fita PS de 2mm em todo contorno, colados ao tampo através de processo "hot melt". Laterais e base confeccionados no mesmo material do tampo com espessura de 18mm e acabamento em fita PS de 1,0mm na cor semelhante ao revestimento. Fundo confeccionado no mesmo material do tampo com espessura de 18mm e acabamento em fita PS de 1,0mm na cor semelhante ao revestimento (cores solidas e madeiradas), com resistência a impactos e termicamente. Frente de gavetas confeccionadas no mesmo material do tampo com espessura de 18mm e acabamento em fita PS de 2,0mm na cor semelhante ao revestimento. Fechadura com acabamento cromado, com aplicação na primeira gaveta, possibilitando o travamento lateral das gavetas simultaneamente. Contém 02 peças de chaves com capa plástica "escamoteável" com acabamento preto, dupla face e extração, rotação de 180°, cilindro com corpo de 20 mm de comprimento e diâmetro de 19mm com 2(duas) abas para fixação, que é feito na frente do gaveteiro. Duas gavetas confeccionadas em chapa de aço SAE 1006 a 1008 com 0,6mm de espessura, com pintura epóxi a pó, corredeiras de 400mm de comprimento, fabricadas em chapa de aço dobrada na cor das gavetas, roldanas em nylon, corredeiras fixadas as laterais do gaveteiro por meio de parafusos chip cabeça chata Philips com acabamento bicromatizado e um gavetão para pastas suspensas, confeccionado em chapa de aço SAE 1006 a 1008 com 0,6mm de espessura, com pintura epóxi a pó, corredeiras de 400mm de comprimento, tipo telescópico com fixação na gaveta por meio de encaixe, corredeiras fixadas nas laterais do gaveteiro por meio de parafusos chip cabeça chata Philips com acabamento bicromatizado. Rodízios duplos confeccionados em polipropileno na cor preta, com eixo giratório e base de fixação em chapa estampada, fixados ao móvel por meio de parafusos autoatarraxantes cabeça panela. Dimensões 400x485x600mm. Montagem: tampo, laterais e base fixados por meio de tambor de giro de 15mm em aço zamak com parafuso de montagem rápida M6x20mm, possuindo ainda cavilhas de madeira de Ø8x30mm, e demais parafusos autoatarraxantes com acabamento bicromatizado. Trava: confeccionadas em perfil de alumínio extrudado. Puxadores: Confeccionados em zamak na cor alumínio. Acabamento: as gavetas em aço recebem tratamento anti-ferruginoso a base de fosfato de zinco com 04 banhos químicos e pintura eletrostática a pó com resina a base de epóxi e poliéster formando uma camada mínima 30/40 micra de espessura.

ITEM 30

Armário baixo lateral com tampo confeccionado em MDP ou MDF, espessura de 25mm, revestida nas duas faces com laminado melamínico, por efeito de prensagem a quente. Bordas protegidas por fita ABS de 2mm em todo contorno com acabamento nas cores semelhantes ao revestimento do tampo. Dimensões aproximadas 400x600x740mm. Fundo, laterais, base e 01 prateleira móvel, confeccionados em MDP ou MDF, 18mm de espessura, revestidos nas duas faces com mesmo acabamento do tampo e bordas superior e inferior com fita ABS de 1mm, com acabamento nas cores semelhante ao do revestimento. Suportes metálicos de sustentação para prateleiras móveis. Porta confeccionada em MDP ou MDF, 18mm de espessura, revestida nas duas faces com mesmo acabamento do tampo e bordas superior e inferior com fita ABS de 2mm, com acabamento nas cores semelhante ao do revestimento. Porta dotada de fechadura tipo tambor com chaves escamoteáveis, puxador tipo alça confeccionados em zamak e duas dobradiças com abertura 270°. Laterais, base e tampo fixados por meio de tambor de giro de 15mm em zamak com parafuso de montagem rápida M6x20mm, possuindo ainda cavilhas de madeira de Ø8x30mm, e demais parafusos autoatarraxantes com acabamento bicromatizado. Rodapé metálico confeccionado em tubo 40x20mm com espessura de 0.75mm em corpo único. Todas as estruturas em aço recebem tratamento anti-ferruginoso a base de fosfato de zinco com 04 banhos químicos e pintura eletrostática a pó com resina a base de epóxi e poliéster formando uma camada.

ITEM 31

Armário baixo lateral. Tampo superior confeccionado com chapa de MDP, espessura de 25mm, revestida nas duas faces com laminado melamínico, com fita PS de 2,0mm em todo contorno, colados ao tampo através de processo "hot melt". Corpo (02 laterais, base, fundo e 01 prateleira fixa) confeccionados com chapas de MDP, espessura de 18mm, revestida nas duas faces com laminado melamínico, com fita de 1,0mm, os bordos não aparentes do conjunto são encabeçados em fita de poliestireno com 0,45mm de espessura mínima. As laterais e o fundo com furações para regulagem de prateleira em toda a altura útil do armário (dois furos para cada lateral e dois furos no fundo), com 06 pontos de apoio por prateleira, apoiadas por suportes metálicos em Zamak. Duas portas confeccionadas com chapas de MDP, espessura de 18mm, revestida nas duas faces com laminado melamínico,

com fita PS de 1mm. Portas com puxadores metálicos tipo alça confeccionados em zamak e quatro dobradiças de 270° de abertura. A porta direita possui fechadura cilíndrica com travamento por lingueta lateral. Acompanham 02 chaves com corpo dobrável com acabamento zincado e capa plástica. A porta esquerda é travada pela direita, por meio de chapa metálica. Dimensões 800x600x740mm. Rodapé metálico confeccionado em tubo 40x20x0,75mm, com fixação na lateral do móvel por meio de tambor de giro em aço zamak com parafuso de montagem rápida que transpassa a base. Base apoiada por 04 sapatas articuláveis em nylon injetado com regulador de altura interno sobre a base e nivelamento autoajustável. A montagem das peças deve ser feita por meio de acessórios internos, como cavilhas e parafusos ocultos tipo minifix. Todas as estruturas em aço recebem tratamento anti-ferruginoso a base de fosfato de zinco, recebendo pintura eletrostática a pó com resina a base de epóxi e poliéster.

ITEM 32

Mesa lateral de espera D60. Tampo confeccionado com chapa de MDP ou MDF, espessura de 18mm, revestida nas duas faces com laminado melamínico, com fita PS de 2,0mm em todo contorno, colados ao tampo através de processo "hot melt". Diâmetro 600mm. Base em disco confeccionada em alumínio fundido com medidas aproximadas de diâmetro de 342mm na parte inferior e 208mm na parte superior, altura de 510 mm. Acabamento com pintura automotiva **cor a definir**.

ITEM 33

Mesa de centro para ambientes de espera. Tampo oval confeccionado com chapa de MDP ou MDF, espessura de 18mm, revestida nas duas faces com laminado melamínico, com fita PS de 2,0mm em todo contorno, colados ao tampo através de processo "hot melt". Dimensões 1200mm por 650mm de profundidade no centro do tampo. Base em disco confeccionada em alumínio fundido com medidas aproximadas de diâmetro de 470mm na parte inferior e 300mm na parte superior, altura de 350mm. Acabamento com pintura automotiva cor a definir.

ITEM 34

Aparador com tampo e pés confeccionados em madeira, padrão Carvalho. Tampo com espessura mínima de 43mm embutido entre os pés. Quatro pés com design elegante que, no seu formato superior – "V" horizontal - serve de leito para o tampo. Dimensões aproximadas 2000x600x800mm.

ITEM 35

Carro-suporte para transporte de material. Estilo contemporâneo com alto padrão de qualidade e acabamento. Dotado de 03 bandejas em MDF com acabamento laqueado e vidro sobreposto colado de 4 mm. Base em madeira maciça de jequitibá. Duas rodas dianteiras e dois pés fixos traseiros. Dimensões aproximadas de 1100x510x780mm.

ITEM 36

Mesa de aproximação com tampo fabricado em chapa em MDF de 18 mm de espessura, com superfície em melamínico e acabamento lateral em fita de borda. Fixação do tampo na estrutura metálica é feita através de parafusos Philips auto atarraxantes com 4,8 mm de diâmetro. Suporte do tampo fabricado em chapa de aço ASTM A36 com 6,35 mm de espessura com dimensões de 145x145 mm. Coluna da mesa fabricada em tubo de aço SAE 1010/1020 retangular de 30x70mm com 1,20 mm de espessura de parede. Suporte do pé da mesa fabricado em chapa de aço ASTM A36 com 6,35 mm de espessura com dimensões de 460x400 mm. A união do suporte do pé, coluna e suporte do tampo é feito por processo de solda do tipo MIG em célula robotizada formando uma estrutura única para posterior montagem do tampo por aparafusamento. Os componentes metálicos pintados possuem tratamento de superfície através de banho nano cerâmico por spray, executado em linha contínua automática, sem uso de produtos clorados para desengraxe, e com posterior tratamento de efluentes, de acordo com as normas ambientais vigentes, proporcionando melhor proteção contra corrosão e excelente ancoragem da tinta. A tinta utilizada para a pintura é em pó, do tipo híbrida (poliéster - epóxi) garantindo resistência a radiação e resistência química, W-eco, atendendo norma Europeia RoHS, isenta de metais pesados, nas cores disponíveis para a linha, com camada média de 60 microns de espessura. Todas as peças são curadas em estufa com esteira de movimentação contínua à temperatura de 200° C. **Dimensões aproximadas 465x465x640mm.**

ITEM 37

Mesa de apoio, com tampo fabricado em chapa de MDF de 18 mm de espessura na cor branca. Borda chanfrada, com acabamento em pintura. A fixação do tampo na estrutura é feita através de parafusos Philips autoatarraxante. Pés frontais fabricados em barra de aço treilado SAE 1020 redondo com 12,70 mm de diâmetro. Pés traseiros fabricados em barra de aço treilado SAE 1020 redondo com 12,70 mm de diâmetro. Reforço superior e inferior fabricados em tubo de aço SAE 1010/1020 redondo com 12,70 mm de diâmetro e 1,20 mm de espessura. A união

dos pés traseiros, reforços superior e inferior nos pés frontais são feitos por processo de solda do tipo MIG em célula robotizada formando uma estrutura única para posterior montagem por aparafusamento. Sapatas em polímero de engenharia injetado na cor translúcida. Os componentes metálicos pintados possuem tratamento de superfície através de banho nano cerâmico bimetálico por spray, executado em linha contínua automática, sem uso de produtos clorados para desengraxe, e com posterior tratamento de efluentes, de acordo com as normas ambientais vigentes, proporcionando melhor proteção contra corrosão e excelente ancoragem da tinta. A tinta utilizada para a pintura é em pó, do tipo híbrida (poliéster - epóxi) garantindo resistência a radiação e resistência química, W-eco, atendendo norma Europeia RoHS, isenta de metais pesados, nas cores disponíveis para linha, com camada média de 60 micron de espessura. Todas as peças são curadas em estufa com esteira de movimentação contínua à temperatura de 200° C. Dimensões aproximadas: 1230x345x1035mm (LxPxA).

ITEM 38

Armário auxiliar em MDF com tampo superior e base inferior revestidos em carvalho imbuia com espessura total aproximada de 40mm. Dotada de 02 gavetões, com corrediças telescópicas de 400mm. Possui também 02 portas de abrir com 01 prateleira interna. No centro do armário possui vão vazado com 02 prateleiras de vidro. Laterais e frente das gavetas e das portas em lacca preta ou branca. Dimensões aproximadas 2400x450x510mm.

ITEM 39

Bancada de apoio com tampo e pés confeccionado em MDF, selecionadas de pinus e eucalipto reflorestados, aglutinadas com resina sintética termo fixa que se consolidam sob a ação conjunta de calor e pressão. A parte inferior do tampo possui dois chanfros que cada um iniciando em uma lateral do móvel, os quais se encontram exatamente no meio da superfície inferior do tampo. Os pés são dotados de três chanfros cada, o chanfro se estende da base até o tampo de modo que a formar três triângulos. A base possui formato triangular e são dotadas de sapatas. **Dimensões 2000x500x770mm.**

ITEM 40

Conjunto Executivo. Superfície de trabalho angular com a frente e a lateral arqueadas em formato peninsular, em tampo duplo, com 43 a 45 mm de espessuras, composta por duas camadas sobrepostas com espessuras mínimas de 18 mm (parte inferior, inteiriça) e 25 mm (partes superiores componíveis, exceto a parte central anterior revestida). Camada inferior inteiriça e camada superior componível em 05 partes, sendo: tampo central anterior revestida, tampo central posterior, tampo peninsular, tampo da lateral e tampo do vértice. Os tampos da camada superior deverão se encaixar perfeitamente sem que as peças se sobressaiam entre si ou formem relevos. Os módulos deverão se acoplar perfeitamente para formar uma superfície de trabalho ergonômica. O Tampo central anterior é recortado com a curvatura simétrica ao conjunto, e deve ter espessura máxima até 15 mm para ser revestido e acoplado no tampo central posterior. Esta peça recebe revestimento em couro ecológico (sintético) de dupla camada resistente, na cor Preto ou Grafite. O revestimento é dobrado nas bordas arqueadas e fixado na face inferior através de cola e grampos, formando um bivar de contato ergonômico. Tampos constituídos com chapas em MDF ou MDP revestidos em ambas as faces e bordas com lâminas de madeira natural pré composta padrão linheiro ou catedral, com acabamentos com lixamentos e fundos que mantenham a padronização das texturas, finalizado com pintura das superfícies e bordas em verniz ecológico a base d'água, exceto os tampos peninsular, do vértice e o tampo inferior inteiriço, que receberão revestimento melamínico ou pintura matizada na superfície e bordas nas cores Preto ou Grafite, ou revestimento em couro ecológico (sintético) de dupla camada resistente, também nas cores Preto ou Grafite. As bordas aparentes devem receber o mesmo acabamento das superfícies, garantindo um arremate ergonômico nas áreas e perímetro de contato. A tolerância de espessura se deve a aplicação de demãos de verniz, considerando acréscimo de até 2 mm quando finalizados. Os topos das bordas de contato com o usuário deverão atender a norma técnica NBR 13966/2008, sem quinas vivas. O Tampo lateral contém um recorte para instalação de uma caixa de tomadas eletrificável, na parte lateral posterior, com moldura retangular e tampa basculante com abertura não inferior a 90 graus. Fixada ao tampo, na parte posterior, por meio de parafusos ocultos. Tampa confeccionada em alumínio com alta resistência a impactos, que deverá ser encaixada precisamente no recorte do tampo. Com compartimento retangular embutido, com espelho de terminais internos para instalação de 04 tomadas elétricas padrão ABNT, 02 terminais para instalação de Keystone RJ-45 Fêmea (Para Cabos de Rede e/ou Telefonia), 02 terminais para instalação conectores USB e 02 terminais para instalação conectores HDMI. Espelho de terminais internos confeccionado em chapa de aço dobrada com fixação sob o tampo. Deverá possuir blindagem evitando contato externo de usuários, porém com aberturas laterais e inferiores para acesso do cabeamento e calhas, facilitando eventuais manutenções. Próximo da caixa de tomadas deve conter uma perfuração circular com diâmetro de 60 mm para a passagem de cabeamento com acabamento em aro de material rígido de poli cloreto de vinil, polímero injetado ou similar. Possuem tampas removíveis com abertura para passagem dos cabos. O tampo duplo é fixado nas estruturas e painéis por meio parafusos de rosca métrica M6 em buchas metálicas com roscas internas e externas (ou porca garras) inseridas na face inferior, evitando a necessidade de refazer furações ou

marcações durante na montagem, desmontagem, remontagens, trocas e remanejamentos dos tampos e estruturas com maior precisão e agilidade, prevenindo ainda avarias por perfurações ou despadronização das peças. Painéis frontais de privacidade, para fechamento da base até o tampo de trabalho (02, um frontal e um lateral), confeccionados em chapa de aço SAE 1010/1020 com espessura mínima de 1,2 mm, calandrados em simetria com a curvatura do tampo e conjunto. As chapas e tubos de aço deverão ser soldados entre si por processos MIG ou similar. **Dimensões aproximadas 2600x1800x740mm.** Estruturas metálicas com formato elíptico (03 peças), sendo 02 nas extremidades laterais med. aprox. 600 x 150 x 715 mm e 01 na parte central med. aprox. 500 x 100 x 715 mm, autoportantes, com calhas internas para passagem vertical de cabeamento, desenvolvidas em chapas de aço SAE 1006/1008 com espessura mínima de 1,5 mm, com faces calandradas (arqueadas) componíveis, com suportes superior e inferior em chapa de aço SAE 1010/1020 com espessura mínima de 3 mm. As chapas e tubos de aço deverão ser soldados entre si por processos MIG ou similar. As estruturas deverão conter duto interno para passagem vertical de cabeamento (tipo shaft), com aberturas oblongas ou semicirculares na base e no topo (lateral interno) para entrada e saída dos cabos. As faces aparentes dos pés e painéis frontais receberão revestimento em couro ecológico (sintético) de dupla camada resistente nas cores Preto ou Grafite. Nas extremidades inferiores da base deverão ser instaladas sapatas antiderrapantes em nylon ou material similar, que permitem regulagens de altura das estruturas e obter nivelamento de todo o conjunto de maneira ágil e precisa. O conjunto de estruturas com os painéis e calhas deverá ser autoportante, permitindo a instalação do cabeamento antes (e depois) da fixação do tampo. Todas as peças metálicas deverão receber tratamento de proteção à corrosão em fosfatização orgânica. Com pintura eletrostática com textura lisa e fosca, em epóxi pó híbrida de alto desempenho polimerizada em estufa.

ITEM 41

Gaveteiro Executivo. Tampo duplo, com 43 a 45 mm de espessuras, composta por duas camadas sobrepostas com espessuras mínimas de 18 mm (parte inferior inteiriça) e 25 mm (parte superior inteiriça), constituídos com chapas em MDF ou MDP revestidos nas faces externas e bordas com lâminas de madeira natural pré-composta padrão linheiro, com acabamentos com lixamentos e fundos que mantenham a padronização das texturas, finalizado com pintura das superfícies e bordas em verniz ecológico a base d'água, exceto o tampo inferior inteiriço, que recebe revestimento melamínico ou pintura matizada na superfície e bordas nas cores Preto ou Grafite. As bordas de contatos recebem o mesmo acabamento das superfícies, com 2,5mm de espessura mínima, com arestas arredondadas com raio de 2,5mm, garantindo um arremate ergonômico nas áreas e perímetro de contato. A tolerância de espessura se deve a aplicação de demãos de verniz, considerando acréscimo de até 2 mm quando finalizados. Os topos das bordas de contato com o usuário deverão atender a norma técnica NBR 13966/2008, sem quinas vivas. Número de gavetas conforme alternativa do Contratante entre 04 gavetas médias ou 02 gavetas médias e 01 gavetão para pastas suspensas. Corpo do gaveteiro composto por 01 par de Laterais, 01 Fundo e 01 tampo inferior (base), constituídos com chapas em MDF ou MDP com espessura mínima de 18mm, com revestimento das superfícies em laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces. Todas as bordas aparentes são encabeçadas com fita de poli cloreto de vinil ou poliestireno de 1,0 mm de espessura mínima com alta resistência a impactos, coladas termicamente por processo automatizado com temperatura e pressão padronizadas, com a mesma cor do laminado da superfície. A lateral direita do gaveteiro com rasgo na vertical para acoplamento de uma haste metálica de travamento simultâneo. Sistema de travamento simultâneo das gavetas através de haste metálica resistente a tração, com acionamento através de fechadura frontal alojada em uma frente fixa acima das gavetas, ou na frente superior das gavetas. Acompanham com 02 chaves (01 cópia reserva) de alma interna com capa plástica externa de proteção em polietileno injetado e sistema escamoteável (dobrável) para adaptar-se ao móvel caso não seja retirada, e minimizar choques acidentais ao usuário. Frentes das gavetas confeccionadas em MDF ou MDP com 18 mm de espessura mínima, revestidos nas faces externas e bordas com lâminas de madeira natural pré-composta padrão linheiro, com acabamentos com lixamentos e fundos que mantenham a padronização das texturas, finalizado com pintura das superfícies e bordas em verniz ecológico a base d'água. Gavetas médias, com altura mínima de 60 mm, constituídas de chapas aço SAE 1010/1020, dobrada com espessura mínima de 0,45 mm, soldadas entre si com soldas por processo MIG ou similar, com tratamento de proteção à corrosão em fosfatização orgânica e com pintura eletrostática a pó híbrida na cor a definir com textura lisa e fosca. Gaveta para pasta Suspensas constituída de chapas aço SAE 1010/1020, dobrada com espessura mínima de 0,45 mm, soldadas entre si com soldas por processo MIG ou similar, com tratamento de proteção à corrosão em fosfatização orgânica e com pintura eletrostática a pó híbrida na cor a definir com textura lisa e fosca. Deslizamento das gavetas através de par de corredeiras telescópicas de 02 estágios, com deslizamento por esferas de aço de alta resistência. Apoiada lateralmente entre os trilhos, com deslizamento auto travante no final do curso quando aberta. As gavetas devem ser padronizadas com sistema de fácil retirada e reposição entre os trilhos, podendo ser reposicionadas manualmente. Abertura das gavetas através de cavidades laterais, com abas batentes de apoio vertical em material de poli cloreto de vinil ou similar, anti impacto, acoplado no vão entre as bordas frontais das laterais do corpo, e/ou com as frentes dotadas de puxadores de fixação dupla, modelo alça ou barra de aproximadamente 220 mm em alumínio acetinado. A fixação do tampo e do corpo deve ser feita por meio de acessórios internos, como cavilhas, buchas e parafusos ocultos modelo minifix, possibilitando a montagem e desmontagem do móvel sem danificá-lo. O tampo inferior e o

gavetão recebem a fixação de 05 rodízios de duplo giro, em polipropileno e/ou PU, sendo 4 rodízios para apoio do gaveteiro e o quinto rodízio gira junto com o deslizamento da gaveta inferior (maior), impedindo o tombamento do conjunto mesmo toda carregada de pastas ou objetos. **Dimensões aproximadas 400x470x630mm (LxPxA).** Todas as peças metálicas deverão receber tratamento de proteção à corrosão em fosfatização orgânica. Com pintura eletrostática com textura lisa e fosca, em epóxi pó híbrida de alto desempenho polimerizada em estufa.

LOTE 02

ITEM 42

Poltrona giratória alta. Assento medindo 460mm de profundidade e 490mm de largura, com inserto confeccionado em madeira compensada multilaminada proveniente de reflorestamento (pinus e eucalipto) intercaladas entre si, coladas com resina a base de ureia-formol com baixa emissão de formaldeído, conformado anatomicamente, prensadas a quente, com 10,5mm de espessura final. Estofamento realizado em espuma de poliuretano injetada com formato retangular e quinas arredondadas em suas extremidades, isenta de CFC, com alta resiliência, alta resistência à propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade controlada de 54kg/m³ e espessura de 60mm. Revestimento do assento em material micro perfurado composto por polímeros a base de PVC com gramatura de 700 a 780 g/m², espessura 0,90mm, aditivado contra raios UV e com aditivos antichama. Encosto em estrutura tubular com formato retangular, medindo 689mm de altura, e largura iniciando com 494mm na parte inferior e finalizando com 418mm na parte superior, curvado anatomicamente, confeccionado com tubo redondo de 16x2mm, reforçado na parte inferior com chapa de aço estampada de espessura de 0,9mm e perfil de aço de 45x6mm horizontalmente. Revestimento em tela 100% poliéster, 384g/m, de alta resistência. Acabamentos laterais em tubo redondo cromado com diâmetro de 18x1,5mm, que seguem o formato da estrutura do encosto. Apoio lombar em polietileno injetado fixado na tela e com ajuste em 9 posições distintas, perfazendo um curso total de 50mm. Braços com componentes estruturais manufaturados em poliamida 6 com 30% de fibra de vidro, injetados sob pressão, montado em apoia-braço de poliuretano sobre injetado em alma de poliamida 6 com 30% de fibra de vidro; sistema de regulagem de altura com 7 posições, através de botão localizado na parte superior frontal, na posição mínima o braço possui 272mm de altura, na posição máxima possui 357mm de altura (curso de 85 mm), contado à partir da face de apoio no assento; possui sistema de fixação no assento, através de 03 parafusos (BSW ¼" ou M6) distanciados padrão 55 x 55, com curso de deslocamento de 15 mm; o apoio de braço possui sistema de regulagem com movimentos em torno do eixo central e movimento no sentido frontal. Mecanismo em corpo de aço estampado com placa de fixação ao assento fabricada em chapa de aço estampada com 2,5mm de espessura. Placa de fixação ao encosto estampada com 3,5 mm espessura e 3 furos com diâmetro de 8,5mm para fixação da lâmina do encosto. Mecanismo sincronizado de inclinação entre encosto e assento com acionamento através de alavanca com botão de desbloqueio de movimento. Este movimento permite que o apoio lombar da poltrona mantenha contato com a região lombar do usuário no movimento de reclinção, pois o deslocamento do encosto e assento é realizado na proporção 2:1 respectivamente. Regulagem de inclinação do encosto com 5 estágios e sistema de livre flutuação. Regulagem de tensão do movimento de reclinção realizada através de manipulo localizada sob o assento. Sistema anti-impacto que impede o choque do encosto com o usuário ao desbloquear o mesmo. Dotado de alavanca sob o assento, que permite a regulagem de profundidade do assento em até 45mm. Base giratória em alumínio polido. Estrutura confeccionada em liga de alumínio SAE 306, moldada pelo processo de injeção sob alta pressão, com furação central de diâmetro 50mm na face superior e conicidade. Permite junção de rodízios ou sapatas plásticas deslizantes por meio de pino de encaixe de 11mm de diâmetro. Coluna giratória com regulagem de altura por acionamento a gás com curso de 120mm, confeccionado em aço tubular SAE 1008/1010 -, com diâmetro externo de 28 mm, com conificação inferior e superior. Bucha guia do sistema giratório com regulagem de 120 mm de altura, injetada em POM (Poli Oxi Metileno - Poliacetal Copolímero), com ajuste H7 (0,02 mm), material este de alta resistência ao desgaste e com lubrificação própria permitindo maior facilidade na regulagem de altura e suavidade no movimento giratório; Pistão a gás provido de corpo metálico em tubo de aço Ø28mm, usinado em retífica cilíndrica com tratamento cromado, haste em aço cilíndrico com rolamento em aço e amortecedor em PVC, acoplada a coluna através de anel elástico. Pistões a gás para regulagem de altura em conformidade com a norma DIN 4550, classe 3, fixados ao tubo central através de porca rápida. Rodízios com roldana e capa incorporadora injetada em nylon poliamida 6 na cor preta, com ótima resistência à abrasão, de duplo giro, as roldanas possuem 65mm de diâmetro, com pista injetada em poliuretano na cor grafite, com haste hga confeccionado em aço BTC de 11 mm, dotado de anel elástico em aço SAE 1050 com diâmetro de 11,4mm, que possibilita acoplamento fácil e seguro à base, com tratamento superficial zincado branco. Possui eixo em aço BTC 1003/1005 horizontal de ligação entre as rodas. As partes metálicas submetidas à pintura recebem tratamento de fosfatização a base de zinco, através de processo eletrostático com tinta epóxi em pó texturizada, polimerizada em estufa a 200°C, com película de no mínimo 70 microns.

ITEM 43

Poltrona giratória de espaldar alto com apoio de cabeça. Assento medindo 460mm de profundidade e 490mm de largura, com inserto confeccionado em madeira compensada multilaminada proveniente de reflorestamento (pinus e eucalipto) intercaladas entre si, coladas com resina a base de ureia-formol com baixa emissão de formaldeído, conformado anatomicamente, prensadas a quente, com 10,5mm de espessura final. Estofamento realizado em espuma de poliuretano injetada com formato retangular e quinas arredondadas em suas extremidades, isenta de CFC, com alta resiliência, alta resistência à propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade controlada de 54 kg/m³ e espessura de 60mm. Revestimento do assento em material micro perfurado composto por polímeros a base de PVC com gramatura de 700 a 780 g/m², espessura 0,90mm, aditivado contra raios UV e com aditivos antichama. Encosto em estrutura tubular com formato retangular, medindo 689mm de altura, e largura iniciando com 494mm na parte inferior e finalizando com 418mm na parte superior, curvado anatomicamente, confeccionado com tubo redondo de 16x2mm, reforçado na parte inferior com chapa de aço estampada de espessura de 0,9mm e perfil de aço de 45x6mm horizontalmente. Revestimento em tela 100% poliéster, 384g/m, de alta resistência. Acabamentos laterais em tubo redondo cromado com diâmetro de 18x1,5mm, que seguem o formato da estrutura do encosto. Apoio lombar em polietileno injetado fixado na tela e com ajuste em 9 posições distintas, perfazendo um curso total de 50mm. Sobre a tela, conta com cobertura acolchoada de espuma de poliuretano, isenta de CFC, com alta resiliência, alta resistência a propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade controlada e espessura de 30mm, costurado a tela na parte superior e ajustado ao encosto através de fixador têxtil com sistema de gancho e argola com largura de 2 polegadas. Cobertura sobre a tela revestida em material micro perfurado composto por polímeros a base de PVC com gramatura de 700 a 780 g /m², espessura 0,90mm, aditivado contra raios UV e com aditivos antichamas. Apoio para cabeça em formato retangular na posição horizontal, medindo 380mm de largura na parte inferior e 332mm na parte superior com 183mm de altura, conformado anatomicamente em poliuretano pele integral skin, na cor preta, injetado a frio, sem a utilização de CFC, sobre inserto metálico confeccionado em aço trefilado de 10mm nas laterais, soldado em haste metálica de 30x4mm, fixado ao encosto através de buchas metálicas aparentes, soldados ao inserto do apoio, com acabamento cromado. Braços com componentes estruturais manufaturados em poliamida 6 com 30% de fibra de vidro, injetados sob pressão, montado em apoia-braço de poliuretano sobre injetado em alma de poliamida 6 com 30% de fibra de vidro; sistema de regulagem de altura com 7 posições, através de botão localizado na parte superior frontal, na posição mínima o braço possui 272mm de altura, na posição máxima possui 357mm de altura (curso de 85 mm), contado à partir da face de apoio no assento; possui sistema de fixação no assento, através de 03 parafusos (BSW ¼" ou M6) distanciados padrão 55 x 55, com curso de deslocamento de 15 mm; o apoio de braço possui sistema de regulagem com movimentos em torno do eixo central e movimento no sentido frontal. Mecanismo em corpo de aço estampado com placa de fixação ao assento fabricada em chapa de aço estampada com 2,5mm de espessura. Placa de fixação ao encosto estampada com 3,5 mm espessura e 3 furos com diâmetro de 8,5mm para fixação da lâmina do encosto. Mecanismo sincronizado de inclinação entre encosto e assento com acionamento através de alavanca com botão de desbloqueio de movimento. Este movimento permite que o apoio lombar da poltrona mantenha contato com a região lombar do usuário no movimento de reclinção, pois o deslocamento do encosto e assento é realizado na proporção 2:1 respectivamente. Regulagem de inclinação do encosto com 5 estágios e sistema de livre flutuação. Regulagem de tensão do movimento de reclinção realizada através de manipulo localizada sob o assento. Sistema anti-impacto que impede o choque do encosto com o usuário ao desbloquear o mesmo. Dotado de alavanca sob o assento, que permite a regulagem de profundidade do assento em até 45mm. Base giratória em alumínio polido. Estrutura confeccionada em liga de alumínio SAE 306, moldada pelo processo de injeção sob alta pressão, com furação central de diâmetro 50mm na face superior e conicidade. Permite junção de rodízios ou sapatas plásticas deslizantes por meio de pino de encaixe de 11mm de diâmetro. Coluna giratória com regulagem de altura por acionamento a gás com curso de 120mm, confeccionado em aço tubular SAE 1008/1010 -, com diâmetro externo de 28 mm, com conificação inferior e superior. Bucha guia do sistema giratório com regulagem de 120 mm de altura, injetada em POM (Poli Oxi Metileno - Poliacetal Copolímero), com ajuste H7 (0,02 mm), material este de alta resistência ao desgaste e com lubrificação própria permitindo maior facilidade na regulagem de altura e suavidade no movimento giratório; Pistão a gás provido de corpo metálico em tubo de aço Ø28mm, usinado em retífica cilíndrica com tratamento cromado, haste em aço cilíndrico com rolamento em aço e amortecedor em PVC, acoplada a coluna através de anel elástico. Pistões a gás para regulagem de altura em conformidade com a norma DIN 4550, classe 3, fixados ao tubo central através de porca rápida. Rodízios com roldana e capa incorporadora injetada em nylon poliamida 6 na cor preta, com ótima resistência à abrasão, de duplo giro, as roldanas possuem 65mm de diâmetro, com pista injetada em poliuretano na cor grafite, com haste hga confeccionado em aço BTC de 11 mm, dotado de anel elástico em aço SAE 1050 com diâmetro de 11,4mm, que possibilita acoplamento fácil e seguro à base, com tratamento superficial zincado branco. Possui eixo em aço BTC 1003/1005 horizontal de ligação entre as rodas. As partes metálicas submetidas à pintura recebem tratamento de fosfatização a base de zinco, através de processo eletrostático com tinta epóxi em pó texturizada, polimerizada em estufa a 200°C, com película de no mínimo 70 microns.

ITEM 44

Cadeira fixa universitária com prancheta removível. Encosto injetado em polipropileno copolímero de alta resistência, com cor padronizada por pigmentos especiais. Possui curvatura anatômica, de forma a permitir a acomodação das regiões dorsal e lombar, se adaptando melhor à coluna vertebral. Pega mão para auxiliar em movimentações e transporte. Furos de aeração em desenho elíptico. A fixação do encosto no tubo de suporte do encosto é feita por sistema de encaixe e fixado por pino injetado, do mesmo material do encosto, inserido em furo no tubo de suporte do encosto. Assento injetado em polipropileno copolímero de alta resistência, com cor padronizada por pigmentos especiais. Possui curvatura na parte frontal do assento para evitar o estrangulamento na corrente sanguínea. Nervuras na parte inferior e furos de aeração em desenho elíptico. A fixação do assento na estrutura metálica é feita com parafusos Philips especial para plástico. Prancheta fabricada em MDF com 18 mm de espessura, acabamento lateral com fita de borda, sendo montada do lado direito ou esquerdo conforme necessidade indicando a quantidade de cada uma no momento da compra. A fixação da prancheta no braço de suporte é feita por parafuso Philips autoatarraxante cabeça flangeada com 4,5 mm de diâmetro. Estrutura formada por tubo de aço SAE 1010/1020 oblongo com 16x30 mm e 1,20 mm de espessura de parede, curvada à frio, executado e calibrado por máquina CNC. Suporte do encosto fabricado em tubo de aço SAE 1010/1020 oblongo 16x30 mm e 1,50 mm de espessura de parede curvado à frio, executado e calibrado por máquina CNC. Travessa de união fabricado em tubo de aço SAE 1010/1020 redondo com 19,05 mm de diâmetro e 1,20 mm de espessura de parede. Grade fabricada em barra de aço trefilado SAE 1020 redonda com 4,76 mm de diâmetro, sustentadas por bordas fabricadas em tubo de aço SAE 1010/1020 redondo com 15,87 mm de diâmetro e 1,06 mm de espessura. A união da grade e do tubo de suporte do encosto na estrutura da cadeira é feita por processo de solda do tipo MIG em célula robotizada formando uma estrutura única para posterior montagem. Braços de suporte da prancheta fabricados em tubo de aço SAE 1010/1020 redondo com 15,87 mm de diâmetro e 1,50 mm de espessura de parede, curvada à frio, executado e calibrado por máquina CNC. Porta bolsa fabricado em barra de aço trefilado SAE 1020 redonda com 6,35 mm de diâmetro. Elemento de fixação da prancheta fabricado em chapa de aço SAE 1010/1020 com 1,9 mm de espessura média. A união do porta bolsa e dos elementos de fixação da prancheta nos braços de suporte de fixação da prancheta é feita por processo de solda do tipo MIG em célula robotizada formando uma estrutura única para posterior montagem na estrutura da cadeira. Assento fixo com inclinação fixa entre -2° e -7°. Sapatas e ponteiras em polipropileno copolímero injetado na cor preta. Os componentes metálicos pintados possuem tratamento de superfície através de banho nano cerâmico bimetálico por spray, executado em linha contínua automática, sem uso de produtos clorados para desengraxe, e com posterior tratamento de efluentes, de acordo com as normas ambientais vigentes, proporcionando melhor proteção contra corrosão e excelente ancoragem da tinta. A tinta utilizada para a pintura é em pó, do tipo híbrida (poliéster - epóxi), garantindo resistência a radiação e resistência química, W-eco, atendendo norma Europeia RoHS, isenta de metais pesados, nas cores disponíveis para linha, com camada média de 60 microns de espessura. Todas as peças são curadas em estufa com esteira de movimentação contínua à temperatura de 200° C. Dimensões aproximadas: Altura Total da Cadeira: 810 mm // Largura da Cadeira com Prancheta: 630 mm // Profundidade Cadeira com Prancheta: 705 mm // Extensão Vertical do Encosto: 265 mm // Largura do Encosto: 460 mm // Profundidade da Superfície do Assento: 395 mm // Largura do Assento: 465 mm // Altura do Assento: 450 mm // Profundidade Total da Prancheta: 472 mm // Largura Total da Prancheta: 392 mm.

ITEM 45

Poltrona giratória alta. Assento com formato retangular medindo 500mm de largura e 470mm profundidade, com quinas arredondadas em suas extremidades. Inserto do assento confeccionado em madeira compensada multilaminada, com lâminas de madeira provenientes de reflorestamento (pinus e eucalipto) intercaladas entre si, coladas com resina a base de ureia-formol com baixa emissão de formaldeído, conformado anatomicamente, prensada a quente, com 10,5mm de espessura final. Estofamento em espuma de poliuretano injetada isenta de CFC, com alta resiliência, alta resistência a propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade controlada de 54kg/m³, indeformável com espessura de 45 mm. Encosto em formato anatômico com apoio lombar regulável, medindo 590mm de altura, iniciando com 480mm na parte inferior e finalizando com 400mm na parte superior. Inserto do encosto em formato retangular, confeccionado em madeira compensada multilaminada, com lâminas de madeira proveniente de reflorestamento (pinus e eucalipto) intercalada entre si, coladas com resina a base de ureia-formol com baixa emissão de formaldeído, prensada a quente, com 10,5mm de espessura final. Estofamento realizado em espuma de poliuretano injetada isenta de CFC, com alta resiliência, alta resistência a propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade controlada de 54kg/m³, indeformável com espessura de 45 mm. O suporte lombar e os botões ajustáveis de acionamento são feitos de polipropileno na cor preta, com curso de 100 mm, com acabamento em zíper. Revestimento em material micro perfurado composto por polímeros a base de PVC com gramatura de 700 a 780 g/m², espessura 0,90mm, aditivado contra raios UV e com aditivos antichamas. Braços com componentes estruturais manufaturados em poliamida 6 com 30% de fibra de vidro, injetados sob pressão, montado em apoia-braço de poliuretano sobre injetado em alma de poliamida 6 com 30% de fibra de vidro; sistema de regulação de altura com 7 posições, através de botão localizado na parte superior frontal, na posição mínima o braço possui 272mm de altura, na posição máxima possui 357mm de altura (curso de 85 mm), contado à partir da face de apoio no assento; possui sistema de fixação no

assento, através de 03 parafusos (BSW ¼" ou M6) distanciados padrão 55 x 55, com curso de deslocamento de 15 mm; o apoio de braço possui sistema de regulagem com movimentos em torno do eixo central e movimento no sentido frontal. Mecanismo em corpo de aço estampado com placa de fixação ao assento fabricada em chapa de aço estampada com 2,5mm de espessura. Placa de fixação ao encosto estampada com 3,5 mm espessura e 3 furos com diâmetro de 8,5mm para fixação da lâmina do encosto. Mecanismo sincronizado de inclinação entre encosto e assento com acionamento através de alavanca com botão de desbloqueio de movimento. Este movimento permite que o apoio lombar da poltrona mantenha contato com a região lombar do usuário no movimento de reclinção, pois o deslocamento do encosto e assento é realizado na proporção 2:1 respectivamente. Regulagem de inclinação do encosto com 5 estágios e sistema de livre flutuação. Regulagem de tensão do movimento de reclinção realizada através de manipulo localizada sob o assento. Sistema anti-impacto que impede o choque do encosto com o usuário ao desbloquear o mesmo. Coluna giratória com regulagem de altura por acionamento a gás com curso de 120mm, confeccionado em aço tubular SAE 1008/1010 -, com diâmetro externo de 28 mm, com conificação inferior e superior. Bucha guia do sistema giratório com regulagem de 120 mm de altura, injetada em POM (Poli Oxi Metileno - Poliacetal Copolímero), com ajuste H7 (0,02 mm), material este de alta resistência ao desgaste e com lubrificação própria permitindo maior facilidade na regulagem de altura e suavidade no movimento giratório; Pistão a gás provido de corpo metálico em tubo de aço Ø28mm, usinado em retífica cilíndrica com tratamento cromado, haste em aço cilíndrico com rolamento em aço e amortecedor em PVC, acoplada a coluna através de anel elástico. Pistões a gás para regulagem de altura em conformidade com a norma DIN 4550, classe 3, fixados ao tubo central através de porca rápida. Base com acabamento texturizado, fabricada por processo de injeção em poliamida 6 com 30% de fibra de vidro, proporcionando maior resistência. Com sistema de acoplamento a coluna central através de cone morse padrão, injetado sobre anel de aço ABNT 1006/1010. Cinco hastes em formato piramidal, que permite junção de rodízios ou sapatas plásticas deslizantes por meio de pino de encaixe com 11mm de diâmetro. Rodízios com roldana e capa incorporadora injetada em nylon poliamida 6 na cor preta, com ótima resistência à abrasão, de duplo giro, as roldanas possuem 65mm de diâmetro, com pista injetada em poliuretano na cor grafite, com haste hga confeccionado em aço BTC de 11 mm, dotado de anel elástico em aço SAE 1050 com diâmetro de 11,4mm, que possibilita acoplamento fácil e seguro à base, com tratamento superficial zincado branco. Possui eixo em aço BTC 1003/1005 horizontal de ligação entre as rodas. As partes metálicas submetidas à pintura recebem tratamento de fosfatização a base de zinco, através de processo eletrostático com tinta epóxi em pó texturizada, polimerizada em estufa a 200°C, com película de no mínimo 70 microns.

ITEM 46

Poltrona em concha única, com assento, encosto e apoia braços confeccionados em inserto metálico de perfis de aço com diversas dimensões, soldados pelo processo MIG, em formato anatômico, com matrizes especiais, e espuma injetada em poliuretano expandido, indeformável, isenta de CFC, alta resiliência, alta resistência à propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente, processada com retardante de chamas Levagard PP (Lanxess), com densidade mínima de 50 kg/m³. Encosto medindo 43 cm de largura em sua extremidade inferior e 35 cm de largura em sua extremidade superior. A altura útil do encosto deverá ser de 40 cm. Apoio de braços com profundidade útil de 20 cm e altura de 21 cm. A largura útil da poltrona, internamente entre os braços, deverá ser de 52 cm. Revestimento em material micro perfurado composto por polímeros a base de PVC com gramatura de 700 a 780 g/m², espessura 0,90mm, aditivado contra raios UV e com aditivos antichamas. Base em chapa de aço estampado com 0,5 cm de espessura e 49 cm de diâmetro, com revestimento superior em chapa de inox de espessura de 0,1 cm e 50 cm de diâmetro, suporte giratório confeccionado em aço tubular de diâmetro de 5 cm e espessura de 0,2 cm de parede, fixados através de bucha cônica e fixadores roscados do tipo Allen na parte inferior, com sapatas fixas deslizantes. Flange giratória confeccionada em alumínio fundido sob o assento com cone central para acoplagem no suporte giratório.

ITEM 47

Poltrona giratória para pessoas com sobrepeso. Encosto fabricado em compensado multilaminado resinado, moldado anatomicamente a quente com 20 mm de espessura média. Espuma expandida/laminada em poliuretano flexível microcelular, isento de CFC, com densidade de 33 Kg/m³ e 60 mm de espessura média. Suporte do encosto fabricado em chapa de aço estrutural ASTM A36 com 76,20 mm de largura e 6,35 mm de espessura curvada e nervurada à frio para aumentar a resistência. Revestimento em material composto por polímeros a base de PVC ou em tecido poliéster, fixado por grampos com acabamento zincado. Acabamento das bordas com perfil de PVC fixado por grampos com acabamento zincado. Contracapa do encosto em Napa preta fixado por grampos com acabamento zincado. A fixação da mola no encosto é feita com parafusos sextavados Grau 5 SAE J429 do tipo flangeado com trava mecânica no flange, na bitola ¼"x 20 fpp e porcas de garra encravadas e rebitadas na madeira do encosto. A fixação do conjunto encosto e mola no assento é feita com parafusos sextavados Grau 5 SAE J429 do tipo flangeado com trava mecânica no flange, na bitola ¼"x 20 fpp e porcas de garra encravadas e rebitadas na madeira do assento. Assento fabricado em compensado multilaminado resinado, moldado anatomicamente a quente com 20 mm de espessura média. Espuma expandida/laminada em poliuretano flexível microcelular, isento de CFC, com

densidade de 33 Kg/m³ e 60 mm de espessura média. Revestimento em material composto por polímeros a base de PVC ou em tecido poliéster, fixado por grampos com acabamento zincado. Acabamento das bordas com perfil de PVC fixado por grampos com acabamento zincado. Contracapa do assento em TNT fixado por grampos com acabamento zincado. A fixação do assento no mecanismo é feita com parafusos sextavados Grau 5 SAE J429 tipo flangeado com trava mecânica no flange, na bitola ¼"x 20 fpp e porcas de garra encravadas e rebitadas na madeira. Apoia braços e corpo do braço em polipropileno copolímero injetado texturizado na cor preta, com estrutura vertical em formato de "L" fabricada em chapa de aço estrutural ASTM A36 com 50,50 mm de largura e 6,35 mm de espessura, pintada, com 7 posições de regulagem de altura feita por botão injetado em Poliamida 6, totalizando 85 mm de curso. A estrutura vertical em formato de "L" possui 2 furos oblongos, permitindo regulagem horizontal por manípulo com curso de 30 mm em cada braço. A fixação do braço no assento é feita com parafusos sextavados Grau 5 SAE J429 do tipo flangeado com trava mecânica no flange e manípulo para regulagem lateral, na bitola ¼"x 20 fpp fixadas em furo roscado no suporte de reforço e fixação do braço, na bitola ¼"x 20 fpp e na madeira do assento por porca de garra encravada e rebitada. Mecanismo do tipo relax, com sistema de travamento na posição de trabalho ou em livre flutuação, com ajuste de tensão da mola através de manípulo frontal. A regulagem de altura da cadeira e o acionamento da trava do relax são feitos por alavancas independentes fabricadas em chapa de aço SAE 1010/1020 com 3,00 mm de espessura. Sistema de regulagem de altura da cadeira por coluna de mola a gás acionado por alavanca. Flange superior fabricado em chapa de aço com 3,00 mm de espessura estampado a frio. Flange e cone inferior fabricado em chapa de aço com 3,00 mm de espessura estampado a frio e tubo de giro fabricado em aço SAE 1010/1020 redondo com 19,05 mm de diâmetro e 1,90 mm de espessura da parede. Os componentes são unidos por solda do tipo MIG formando um conjunto para posterior montagem no flange inferior com pino de giro em aço trefilado SAE 1213 maciço com 10 mm de diâmetro, mancalizado em buchas injetadas em Poliacetal formando um conjunto único para posterior montagem por parafusos. Assento com inclinação fixa entre 0° e -5° e furos com distância entre centro de 160x200mm. Possui sistema de encaixe da coluna através de cone Morse. Coluna central desmontável fixada por encaixe cônico, com rolamento axial de giro, possuindo arruelas de aço temperado de alta resistência, sistema de regulagem da altura da cadeira com mola a gás reforçada por tubo duplo e válvula especial (exclusiva), bucha mancal de giro injetada em POM recalibrada na montagem. Sistema de regulagem de altura da cadeira por coluna de mola a gás com acionamento por alavanca. Capa telescópica injetada em polipropileno copolímero texturizado na cor preta, dividido em 3 partes encaixadas, usados para proteger a coluna. Possui sistema de montagem na base e no mecanismo por encaixe cone Morse. Base giratória desmontável com aranha estampada de 5 hastes fabricada em chapa de aço com 2,65 mm de espessura, soldadas em cone central fabricado em tubo aço SAE 1010/1020 redondo com 57,15 mm de diâmetro e 2,25 mm de espessura de parede. Pino do rodízio fabricado de barra de aço trefilado SAE 1213 redondo com 10 mm de diâmetro soldado na extremidade da haste, evitando que se soltem. Possui sistema de acoplamento plástico entre cone da aranha e a coluna injetado em polipropileno copolímero na cor preta, apoiada sobre 5 rodízios de duplo giro e duplo rolamento com 50 mm de diâmetro em nylon com capa, esfera metálica inserida na estrutura, banda de rolagem em poliuretano. Montagem do rodízio na base é feito diretamente sobre o pino soldado na aranha sem utilização de buchas de adaptação. Possui sistema de montagem da coluna na base por encaixe cone Morse. Os componentes metálicos pintados possuem tratamento de superfície através de banho nano cerâmico bimetálico por spray, executado em linha contínua automática, sem uso de produtos clorados para desengraxe, e com posterior tratamento de efluentes, de acordo com as normas ambientais vigentes, proporcionando melhor proteção contra corrosão e excelente ancoragem da tinta. A tinta utilizada para a pintura é em pó, do tipo híbrida (poliéster - epóxi), garantindo resistência a radiação e resistência química, W-eco, atendendo norma Europeia RoHS, isenta de metais pesados, nas cores disponíveis para linha, com camada média de 60 microns de espessura. Todas as peças são curadas em estufa com esteira de movimentação contínua à temperatura de 200° C. Suporta um usuário de até 140 kg, sob condições normais de uso e seguindo as recomendações de Uso e Conservação do produto contido em seu manual.

ITEM 48

Banqueta alta sem braços. Encosto em estrutura plástica injetada em polipropileno copolímero de alta resistência. Possui curvatura anatômica de forma a permitir a acomodação das regiões dorsal e lombar, se adaptando melhor à coluna vertebral. Estrutura de suporte do encosto fabricado em barra de aço trefilado SAE 1020 redondo com 12,70 mm de diâmetro. Acabamento lateral do encosto injetado em polipropileno copolímero de alta resistência montada por encaixe no encosto. A fixação do encosto no suporte do encosto é feita através do encaixe da estrutura metálica no acabamento lateral e no encosto da cadeira. Assento em estrutura plástica injetada em polipropileno copolímero de alta resistência com canaleta interna de suporte ao sistema de encaixe do estofamento. Possui curvatura na parte frontal do assento para evitar o estrangulamento na corrente sanguínea. Contra assento injetado em polipropileno copolímero de alta resistência auxiliando na fixação da estrutura. A união do contra assento no assento e na estrutura de suporte do assento é feita por 16 parafusos Philips cabeça chata para plástico. Estrutura única em formato arco confeccionada em barra de aço trefilado SAE 1020 redondo com 12,70 mm de diâmetro. Travessas de suporte do assento e de união fabricadas em barra de aço trefilado SAE 1020 redonda com 12.70 mm de diâmetro. Apoio de pés confeccionado em barra de aço trefilado SAE 1020 redondo com 12,70 mm de diâmetro. A união das

travessas, apoio de pés na estrutura da cadeira é feito por processo de solda do tipo MIG em célula robotizada formando uma estrutura única para posterior montagem. Sapatas em polímero de engenharia injetado na cor translúcida. Os componentes metálicos cromados possuem a superfície preparada através de decapagem química e polimento, recebendo posteriormente dupla camada de níquel e banho de cromo decorativo trivalente. Dimensões aproximadas: Altura Total da Cadeira: 1100 mm; Profundidade Total da Cadeira: 590 mm; Largura Total da Cadeira: 565 mm; Extensão Vertical do Encosto: 305 mm; Largura do Encosto: 440 mm; Profundidade da Superfície do Assento: 445 mm; Largura do Assento: 465 mm; e Altura da Superfície do Assento: 735 mm.

ITEM 49

Poltrona de espera com assento e encosto em peça única (monobloco) formato oval com assento medindo 450 mm profundidade e 520 mm de largura e Encosto medindo 520mm largura e 350mm de altura. Estrutura interna em inserto metálico confeccionado em perfis de aço de diversas dimensões, soldados pelo processo MIG, em formato peça única, espuma de poliuretano injetado em molde especial, de densidade mínima de 54 kg/m³ indeformável, isenta de CFC, alta resiliência, alta resistência à propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente, processada com retardante de chamas Levagard PP (Lanxess). Revestimento em material micro perfurado composto por polímeros a base de PVC com gramatura de 700 a 780 g /m², espessura 0,90mm, aditivado contra raios UV e com aditivos antichamas. Estrutura fabricada em aço especial com pés em perfis conificados, acabamento cromado e sapatas niveladores.

ITEM 50

Conjunto assento / encosto em peça única (monobloco) com três módulos medindo individualmente no assento 560 mm largura e profundidade 470 com espessura de 130mm. Encosto medindo individualmente 560mm largura e 450mm altura espessura de 140mm. Estrutura interna em inserto metálico confeccionado em perfis de aço de diversas dimensões, soldados pelo processo MIG, em formato peça única, com matrizes especiais, e percintas elásticas fixadas através de ganchos, espuma de poliuretano injetado em molde especial, de densidade mínima de 54 kg/m³ indeformável, isenta de CFC, alta resiliência, alta resistência à propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente, processada com retardante de chamas Levegard PP (Lanxess). Revestimento do assento e encosto em material micro perfurado composto por polímeros a base de PVC com gramatura de 700 a 780 g/m², espessura 0,90mm, aditivado contra raios UV e com aditivos antichama Estrutura autoportante, sendo a base dos pés confeccionada em chapa de aço SAE1010/1020, de espessura 2,5 mm, cortada a laser e conformada em seção transversal triangular equilátera de 60mm, com alojamento preciso para coluna confeccionada em aço tubular de seção transversal elíptica de dimensões 72 x 26 e espessura de 2mm soldado a base pelo processo MIG, a coluna possui um dispositivo para a fixação confeccionado em chapa de aço SAE 1010/1020 de espessura de 3/16" do tipo "U" soldado através do processo MIG horizontalmente na coluna, proporcionando alojamento preciso na barra portante com fixação através de fixadores do tipo Allen M8x16mm, a barra portante é confeccionada em aço tubular de dimensões 80 x 40 e espessura de 2 mm, contendo suportes soldados pelo processo MIG na barra, para fixação dos assentos em perfil de chapa de aço estampada, de 3 mm de espessura, de conformação exclusiva tipo "mão francesa", totalmente fixados por meio de fixadores do tipo Allen M8x16mm ao assento. Todo o conjunto possui ponteiras de acabamento confeccionadas em polipropileno bem como sapatas niveladores deslizantes. Todas as partes metálicas recebem tratamento de fosfatização a base de zinco (lavagem, decapagem, fosfatização) e pintura eletrostática em tinta epóxi em pó texturizada, na cor prata, polimerizada em estufa a 200°C, com película de aproximadamente 70 microns.

ITEM 51

Longarina de 03 lugares com braços intercalados. Encosto fabricado em compensado multilaminado resinado em concha única, moldada anatomicamente a quente com 15 mm de espessura. Possui curvatura anatômica no encosto de forma a permitir a acomodação das regiões dorsal e lombar, adaptando-se melhor à coluna vertebral. Espuma expandida/laminada AP, flexível microcelular de alta resistência, isento de CFC, com densidade controlada de 33 a 37 Kg/m³ com 45 mm de espessura média. Revestimento do encosto e da contracapa do encosto em material composto por polímeros a base de PVC ou tecido poliéster, fixado por grampos com acabamento zincado. A fixação do encosto na estrutura metálica é feita com parafusos Philips. Assento fabricado em compensado multilaminado resinado em concha única, moldada anatomicamente a quente com 15 mm de espessura. Possui curvatura na parte frontal do assento para evitar o estrangulamento na corrente sanguínea. Espuma expandida /laminada AP, flexível microcelular de alta resistência, isento de CFC, com densidade controlada de 33 a 37 Kg/m³ com 45 mm de espessura média. Revestimento do assento em material composto por polímeros a base de PVC ou tecido poliéster, fixado por grampos com acabamento zincado. Contracapa do assento em TNT fixado por grampos com acabamento zincado. A fixação do conjunto encosto/assento na estrutura é feita com parafusos sextavados Grau 5 SAE J429 do tipo flangeado com trava mecânica no flange, na bitola ¼"x 20 fpp e porcas de garra encravadas e rebitadas na madeira. Apoia braços "Z", confeccionado em tubo de aço SAE 1010/1020 redondo com 22,22 mm de diâmetro (7/8") e 1,90 mm de espessura de parede. Acabamento superior do braço em polipropileno

copolímero injetado. Ponteiras em polipropileno copolímero injetado na cor preta. A fixação dos braços no assento é feita com parafusos sextavados Grau 5 SAE J429 do tipo flangeado com trava mecânica no flange, na bitola ¼"x 20 fpp e porcas de garra encravadas e rebitas na madeira. Estrutura da longarina fabricada em tubo de aço industrial SAE 1010/1020 quadrado 50x50 mm e 1,50 mm de espessura da parede na estrutura horizontal, travessas fabricadas em chapa de aço SAE 1020 FQD com 4,76 mm de espessura. Encaixe cônico fabricado em chapa de aço SAE 1010/1020 FQD com 2,25mm de espessura. Os componentes são unidos por solda do tipo MIG em célula robotizada, formando um conjunto para posterior montagem por encaixe cônico e com acabamento na cor preta. Pé lateral fabricado em tubo de aço industrial SAE 1010/1020 redondo com 31,75mm de diâmetro e 1,50mm de espessura de parede. Encaixe cônico fabricado em tubo de aço industrial SAE 1010/1020 retangular 30x70mm com espessura da parede de 1,20 mm unidos por solda do tipo MIG em célula robotizada, formando um conjunto para posterior montagem por encaixe cônico na estrutura da longarina. Sapata fixa na parte frontal do pé e acabamentos da longarina injetados em polipropileno copolímero na cor preta, com cantos arredondados. Sapata niveladora injetada em polipropileno copolímero com parafuso interno 3/8" x 22 mm fixada em ponteira injetada em nylon 6.6 com reforço de 30% de fibra de vidro, montada na parte traseira do pé da longarina, permitindo 8mm de curso máximo de regulagem. Os componentes metálicos pintados possuem tratamento de superfície através de banho nano cerâmico bimetálico por spray, executado em linha contínua automática, sem uso de produtos clorados para desengraxe, e com posterior tratamento de efluentes, de acordo com as normas ambientais vigentes, proporcionando melhor proteção contra corrosão e excelente ancoragem da tinta. A tinta utilizada para a pintura é em pó, do tipo híbrida (poliéster - epóxi) garantindo resistência a radiação e resistência química, W-eco, atendendo norma Europeia RoHS, isenta de metais pesados, nas cores disponíveis para linha, com camada média de 60 microns de espessura. Todas as peças são curadas em estufa com esteira de movimentação contínua à temperatura de 200° C. Dimensões aproximadas: Altura Total da Longarina: 880 mm; Profundidade da Longarina: 600 mm; Extensão Vertical do Encosto: 380 mm; Largura do Encosto: 465 mm; Profundidade da Superfície do Assento: 425 mm; Largura do Assento: 465 mm; Altura do assento até o piso: 470 mm; Largura da Longarina 2L: 1105 mm; e Largura da Longarina: 1660 mm.

ITEM 52

Sofá executivo de espera para 3 pessoas. Estrutura interna executada em madeira maciça com as partes planas em madeira prensada termo fundida e tratamento contra fungos e insetos. As peças são fixadas através de grampos resinados e dispositivos roscados. Percintas elásticas entrelaçadas sob o assento, de 5 cm de largura. Estofamento em espuma de poliuretano flexível, isenta de CFC, com alta resiliência e alta resistência à propagação de rasgo, com alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade controlada e diferenciada de 28 a 35kg/m³. Assento e encosto com revestimento em material micro perfurado composto por polímeros a base de PVC com gramatura de 700 a 780 g/m², espessura 0,90mm, aditivado contra raios UV e com aditivos antichama, com botões. Braços e exterior com revestimento liso no mesmo material, cor preta. Quadro da base em tubo quadrado de 1"x1", em aço cromado. Quatro pés em tubo quadrado de 1"x1", em aço cromado. Sapatas em polipropileno. Dimensões aproximadas: prof.: 80 cm larg.: 214 cm alt.: 81 cm.

ITEM 53

Sofá de 03 Lugares medindo 2100mm de largura, 930mm de profundidade e 900mm de altura. Almofadas do assento (03) em espuma de poliuretano flexível medindo 670 mm profundidade x 590 mm de largura com espessura de 190 mm e densidade de 28kg/m³, isenta de CFC, alta resiliência, alta resistência à propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente. Contém percintas elásticas sob a almofada do assento, de 5cm de largura, entrelaçadas entre si, o que proporciona maior conforto. Almofadas do encosto (03) em espuma de poliuretano flexível medindo 440 mm altura x 590 mm de largura com espessura de 140 mm e densidade de 28kg/m³, chanfradas proporcionando perfeito acoplamento entre as espumas, isenta de CFC, alta resiliência, alta resistência à propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente. Braços medindo 150mm de largura, 930mm de profundidade e 560mm de altura. Confeccionados em espuma de poliuretano flexível com 30mm de espessura e densidade de 45kg/m³, isenta de CFC, com alta resiliência, alta resistência à propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente. Revestimento em material micro perfurado composto por polímeros a base de PVC com gramatura de 700 a 780 g/m², espessura 0,90mm, aditivado contra raios UV e com aditivos antichamas. Estrutura interna construída em madeira maciça proveniente de reflorestamento, com as partes planas em madeira prensada termo fundida, com tratamento contra fungos e insetos, fixadas umas às outras através de grampos resinados e dispositivos de fixação. Pés confeccionados em madeira envernizada em forma de "L", medindo 230x190mm.

ITEM 54

Sofá executivo de espera para 2 pessoas. Estrutura interna executada em madeira maciça com as partes planas em madeira prensada termo fundida e tratamento contra fungos e insetos. As peças são fixadas através de grampos

resinados e dispositivos roscados. Percintas elásticas entrelaçadas sob o assento, de 5 cm de largura. Estofamento em espuma de poliuretano flexível, isenta de CFC, com alta resiliência e alta resistência à propagação de rasgo, com alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade controlada e diferenciada de 28 a 35kg/m³. Assento e encosto com revestimento em material micro perfurado composto por polímeros a base de PVC com gramatura de 700 a 780 g/m², espessura 0,90mm, aditivado contra raios UV e com aditivos antichama, com botões. Braços e exterior com revestimento liso no mesmo material, cor preta. Quadro da base em tubo quadrado de 1"x1", em aço cromado. Quatro pés em tubo quadrado de 1"x1", em aço cromado. Sapatas em polipropileno. Dimensões aproximadas: prof.: 80 cm larg.: 148 cm alt.: 81 cm.

ITEM 55

Sofá de 02 Lugares medindo 1500mm de largura, 930mm de profundidade e 900mm de altura. Almofadas do assento (02) em espuma de poliuretano flexível medindo 670 mm profundidade x 590 mm de largura com espessura de 190 mm e densidade de 28kg/m³, isenta de CFC, alta resiliência, alta resistência à propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente. Contém percintas elásticas sob a almofada do assento, de 5cm de largura, entrelaçadas entre si, o que proporciona maior conforto. Almofadas do encosto (02) em espuma de poliuretano flexível medindo 440 mm altura x 590 mm de largura com espessura de 140 mm e densidade de 28kg/m³, chanfradas proporcionando perfeito acoplamento entre as espumas, isenta de CFC, alta resiliência, alta resistência à propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente. Braços medindo 150mm de largura, 930mm de profundidade e 560mm de altura. Confeccionados em espuma de poliuretano flexível com 30mm de espessura e densidade de 45kg/m³, isenta de CFC, com alta resiliência, alta resistência à propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente. Revestimento em material micro perfurado composto por polímeros a base de PVC com gramatura de 700 a 780 g/m², espessura 0,90mm, aditivado contra raios UV e com aditivos antichamas. Estrutura interna construída em madeira maciça proveniente de reflorestamento, com as partes planas em madeira prensada termo fundida, com tratamento contra fungos e insetos, fixadas umas às outras através de grampos resinados e dispositivos de fixação. Pés confeccionados em madeira envernizada em forma de "L", medindo 230x190mm.

ITEM 56

Sofá executivo de espera para 1 pessoa. Estrutura interna executada em madeira maciça com as partes planas em madeira prensada termo fundida e tratamento contra fungos e insetos. As peças são fixadas através de grampos resinados e dispositivos roscados. Percintas elásticas entrelaçadas sob o assento, de 5 cm de largura. Estofamento em espuma de poliuretano flexível, isenta de CFC, com alta resiliência e alta resistência à propagação de rasgo, com alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade controlada e diferenciada de 28 a 35kg/m³. Assento e encosto com revestimento em material micro perfurado composto por polímeros a base de PVC com gramatura de 700 a 780 g/m², espessura 0,90mm, aditivado contra raios UV e com aditivos antichama, com botões. Braços e exterior com revestimento liso no mesmo material, cor preta. Quadro da base em tubo quadrado de 1"x1", em aço cromado. Quatro pés em tubo quadrado de 1"x1", em aço cromado. Sapatas em polipropileno. Dimensões aproximadas: prof.: 80 cm larg.: 82 cm alt.: 81 cm.

ITEM 57

Sofá de 01 Lugar medindo 900mm de largura, 930mm de profundidade e 900mm de altura. Almofadas do assento em espuma de poliuretano flexível medindo 670 mm profundidade x 590 mm de largura com espessura de 190 mm e densidade de 28kg/m³, isenta de CFC, alta resiliência, alta resistência à propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente. Contém percintas elásticas sob a almofada do assento, de 5cm de largura, entrelaçadas entre si, o que proporciona maior conforto. Almofadas do encosto em espuma de poliuretano flexível medindo 440 mm altura x 590 mm de largura com espessura de 140 mm e densidade de 28kg/m³, chanfradas proporcionando perfeito acoplamento entre as espumas, isenta de CFC, alta resiliência, alta resistência à propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente. Braços medindo 150mm de largura, 930mm de profundidade e 560mm de altura. Confeccionados em espuma de poliuretano flexível com 30mm de espessura e densidade de 45kg/m³, isenta de CFC, com alta resiliência, alta resistência à propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente. Revestimento em material micro perfurado composto por polímeros a base de PVC com gramatura de 700 a 780 g/m², espessura 0,90mm, aditivado contra raios UV e com aditivos antichamas. Estrutura interna construída em madeira maciça proveniente de reflorestamento, com as partes planas em madeira prensada termo fundida, com tratamento contra fungos e insetos, fixadas umas às outras através de grampos resinados e dispositivos de fixação. Pés confeccionados em madeira envernizada em forma de "L", medindo 230x190mm.

ITEM 58

Poltrona em concha única, com assento, encosto e apoia braços confeccionados em inserto metálico de perfis de aço com diversas dimensões, soldados pelo processo MIG, em formato anatômico, com matrizes especiais, e espuma injetada em poliuretano expandido, indeformável, isenta de CFC, alta resiliência, alta resistência à propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente, processada com retardante de chamas Levagard PP (Lanxess), com densidade mínima de 50 kg/m³. Encosto medindo 43 cm de largura em sua extremidade inferior e 35 cm de largura em sua extremidade superior. A altura útil do encosto deverá ser de 40 cm. Apoio de braços com profundidade útil de 20 cm e altura de 21 cm. A largura útil da poltrona, internamente entre os braços, deverá ser de 52 cm. Revestimento em material micro perfurado composto por polímeros a base de PVC com gramatura de 700 a 780 g/m², espessura 0,90mm, aditivado contra raios UV e com aditivos antichamas. Base em chapa de aço estampado com 0,5 cm de espessura e 49 cm de diâmetro, com revestimento superior em chapa de inox de espessura de 0,1 cm e 50 cm de diâmetro, suporte giratório confeccionado em aço tubular de diâmetro de 5 cm e espessura de 0,2 cm de parede, fixados através de bucha cônica e fixadores roscados do tipo Allen na parte inferior, com sapatas fixas deslizantes. Flange giratória confeccionada em alumínio fundido sob o assento com cone central para acoplagem no suporte giratório.

ITEM 59

Poltrona multiuso dobrável. Assento medindo 420mm de profundidade e 450mm de largura, estrutura interna confeccionada em aço tubular de secção transversal redonda, de diâmetro equivalente a 5/8" com parede de 1,20 mm de espessura e perfis maciços de aço de secção transversal retangular 3/8" x 1/8". Fixação por parafuso tipo Allen, cabeça abaulada m8x25 fixado a um perfil de aço maciço de secção transversal retangular de 5/8" x 1/4", devidamente soldado pelo processo MIG. Estofamento em espuma injetada de poliuretano expandido, isenta de CFC, com alta resiliência, alta resistência à propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente, processada com retardante de chamas Levagard PP (Lanxess), com densidade média de 54kg/m³, conformado anatomicamente. Basculamento do assento executado através de parafuso do tipo Allen, devidamente alojado em mancais laterais compostos por buchas metálicas SAE1020 soldado ao conjunto do encosto. Sustentação do assento executada por ganchos laterais tipo "macho" para encaixe aos dispositivos de fixação do tipo "fêmea" alojados sobre moldura de polipropileno, instalados junto às laterais (braços), ambos com acabamento niquelado, fixados por meio de parafusos tipo Allen, cabeça chata m5x14 mm. Encosto medindo 450mm de altura e 600 mm de largura. Estrutura conjugada formando único conjunto, constituída de tubos de aço de secção transversal quadrada 30x30, retangular de dimensões 40x20 e redonda de diâmetro 5/8", todos com espessura de 1,20mm e ainda por perfilado chato com dimensões 1 1/4" x 1/8", devidamente soldados pelo processo MIG. Estofamento em espuma injetada de poliuretano expandido, isenta de CFC, com alta resiliência, alta resistência à propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente, processada com retardante de chamas Levagard PP (Lanxess), com densidade média de 54g/m³, conformado anatomicamente. Braços com 600mm de altura e 380mm de profundidade. Estruturas internas das laterais (braços) constituídas em tubos de aço de secção transversal quadrada 30x30 com parede de 1,20mm de espessura, redonda de diâmetro 5/8" e espessura de 1,2 mm e perfilados chatos de 2"x3/16" e 5/8"x1/8" e redondo de diâmetro 1/4", devidamente soldados pelo processo MIG. Apoia braços em polipropileno injetado. Estofamento em espuma injetada em poliuretano expandido, isenta de CFC, processada com retardante de chamas Levagard PP (Lanxess), com densidade média de 54kg/m³, conformado anatomicamente. As laterais são dotadas de buchas metálicas com rosca interna M12 e M10 para a pré-disposição da fixação alternativa de gancho de alinhamento nas superfícies externas de cada lateral (quando houver). As laterais são fixadas à estrutura do encosto através de dobradiças especiais, fabricadas em aço estampado com espessura de 2 mm, por meio de fixadores do tipo rebite, cada uma, permitindo seu efetivo dobramento, contendo ainda dispositivos de encaixe tipo fêmea" para a sustentação do assento, quando na posição de uso. Quando fechada a dimensão da profundidade da poltrona não ultrapassa 17 cm. Revestimento em material micro perfurado composto por polímeros a base de PVC com gramatura de 700 a 780 g/m², espessura 0,90mm, aditivado contra raios UV e com aditivos antichamas. Pés: sapata niveladora regulável (04 unidades), confeccionada em nylon na cor preta, com base semiesférica Ø60 x h20 mm, tendo em seu centro pino de aço zincado branco com rosca M10 x 61 mm. O pino de aço da sapata é arrematado com cilindro de nylon na cor preta, Ø25 x 42 mm, com extremidade conificada, vedando as partes aparentes da rosca. A fixação da sapata na poltrona é efetuada por meio de bucha metálica M10, cravada nas quatro extremidades laterais da mesma, garantindo total estabilidade do produto, e contornando eventuais desníveis de piso de até 12 mm.

ITEM 60

Prancheta tipo anti pânico e escamotéavel, alojada no braço quando fora de uso, confeccionada em HPL preto de espessura de 8mm com bordas arredondadas, com três porcas recartilhas com rosca M5 para fixação ao suporte através de fixadores roscados do tipo rosca métrica m5x12mm, o suporte de prancheta é confeccionado em chapa de aço estampada com espessura de 2,5mm, soldado através do processo MIG ao pino de sustentação confeccionado em aço trefilado com diâmetro de 16mm, com rebaixo na extremidade para 12mm para perfeito

alojamento no compartimento interno do mecanismo de rebatimento que é confeccionado em chapa de aço cortada a laser com espessura de 2,65mm, composto internamente por molas e buchas confeccionadas em latão que proporcionam o perfeito funcionamento da prancheta.

ITEM 61

Cadeira de aproximação empilhável. Encosto em estrutura plástica injetada em polipropileno copolímero de alta resistência, possui curvatura anatômica de forma a permitir a acomodação das regiões dorsal e lombar, se adaptando melhor à coluna vertebral. Estofamento removível com costura losango ou aleatória, em espuma expandida/laminada, isenta de CFC, de 7 mm de espessura média e densidade 23 kg/m³ com revestimento em material composto por polímeros a base de PVC ou tecido poliéster, fixado no encosto através de sistema de encaixe exclusivo. Suporte do encosto fabricado em barra de aço trefilado SAE 1020 redondo com 12,70 mm de diâmetro. Acabamento lateral do encosto injetado em polipropileno copolímero de alta resistência montada por encaixe no encosto. A fixação do encosto no suporte é feita através do encaixe da estrutura metálica no acabamento lateral e no encosto da cadeira. Assento em estrutura plástica injetada em polipropileno copolímero de alta resistência com canaleta interna de suporte ao sistema de encaixe do estofamento, possui curvatura na parte frontal do assento para evitar o estrangulamento na corrente sanguínea. Estofamento removível com costura losango ou aleatória, retirando-se o contra assento, com base em espuma expandida/laminada, isenta de CFC, de 7 mm de espessura média e densidade 23 Kg/m³, revestimento em material composto por polímeros a base de PVC ou tecido poliéster, fixado no assento através de sistema de encaixe exclusivo. Contra assento injetado em polipropileno copolímero de alta resistência para proteção no empilhamento e auxílio na fixação da estrutura. A união do contra assento no assento e na estrutura de suporte do assento é feita por parafusos Philips cabeça chata para plástico. Estrutura única em formato arco confeccionada em barra de aço trefilado SAE 1020 redondo com 12,70 mm de diâmetro. Travessas de suporte do assento e de união fabricadas em barra de aço trefilado SAE 1020 redondo com 12.70 mm de diâmetro. A união da estrutura de suporte do encosto, das travessas e das barras de união na estrutura da cadeira é feito por processo de solda tipo MIG em célula robotizada formando uma estrutura única para posterior montagem. Sapatas em polímero de engenharia injetado na cor translúcida. Os componentes metálicos pintados possuem tratamento de superfície através de banho nano cerâmico bimetálico por spray, executado em linha contínua automática, sem uso de produtos clorados para desengraxe, e com posterior tratamento de efluentes, de acordo com as normas ambientais vigentes, proporcionando melhor proteção contra corrosão e excelente ancoragem da tinta. A tinta utilizada para a pintura é em pó, do tipo híbrida (poliéster - epóxi), garantindo resistência a radiação e resistência química, W-eco, atendendo norma Europeia RoHS, isenta de metais pesados, nas cores disponíveis para linha, com camada média de 60 microns de espessura. Todas as peças são curadas em estufa com esteira de movimentação contínua à temperatura de 200° C. Os componentes metálicos cromados possuem a superfície preparada através de decapagem química e polimento, recebendo posteriormente dupla camada de níquel e banho de cromo decorativo trivalente. Dimensões aproximadas: Altura Total da Cadeira: 830 mm; Profundidade Total da Cadeira: 525 mm; Largura Total da Cadeira: 540 mm; Extensão Vertical do Encosto: 305 mm; Largura do Encosto: 440 mm; Profundidade da Superfície do Assento: 445 mm; Largura do Assento: 465 mm; e altura do Assento: 485 mm.

ITEM 62

Poltrona fixa com braços. Assento e encosto estruturados em concha plástica única injetada em polipropileno copolímero de alta resistência com bordas arredondadas. Concha plástica estofada na parte frontal com manta de espuma expandida/laminada em poliuretano flexível microcelular de alta resistência, isenta de CFC, com densidade controlada de 28 Kg/m³ com 15 mm de espessura média. Na parte posterior da concha plástica é estofada com manta de espuma expandida/laminada em poliuretano flexível microcelular de alta resistência, isenta de CFC, com densidade controlada de 28 Kg/m³ com 10 mm de espessura média. Sobre assento plástico injetada em polipropileno copolímero de alta resistência, fixados na concha plástica com parafusos Philips cabeça flangeada para plástico. Sobre assento estofado com espuma expandida/laminada em poliuretano flexível microcelular de alta resistência, isenta de CFC, com densidade controlada de 33 Kg/m³ com 15 mm de espessura média. Revestimento da concha e sobre assento em material composto por polímeros a base de PVC ou tecido poliéster, fixado por grampos com acabamento zincado. Fixação sobre assento no assento é feita por parafusos Philips para plástico. A fixação do assento/encosto na estrutura de madeira é feita por parafusos Philips para plástico. Braços com estrutura fabricada em madeira de reflorestamento com possibilidade de haver nós, manchas naturais, diferenças de tonalidade e desenhos diferentes dos veios de madeira, características deste tipo de matéria-prima. Madeira com acabamento em verniz. Os componentes metálicos pintados possuem tratamento de superfície através de banho nano cerâmico por spray, executado - Os componentes metálicos pintados possuem tratamento de superfície através de banho nano cerâmico bimetálico por spray, executado em linha contínua automática, sem uso de produtos clorados para desengraxe, e com posterior tratamento de efluentes, de acordo com as normas ambientais vigentes, proporcionando melhor proteção contra corrosão e excelente ancoragem da tinta. A tinta utilizada para a pintura é em pó, do tipo híbrida (poliéster - epóxi), garantindo resistência a radiação e resistência química, W-eco,

atendendo norma Europeia RoHS, isenta de metais pesados, nas cores disponíveis para linha, com camada média de 60 microns de espessura. Todas as peças são curadas em estufa com esteira de movimentação contínua à temperatura de 200° C. **Dimensões aproximadas:** Altura Total da Cadeira: 785 mm; Largura Total da Cadeira: 570 mm; Profundidade Total da Cadeira: 565 mm; Extensão Vertical do Encosto: 365 mm; Largura do Encosto: 440 mm; Profundidade da Superfície do Assento: 460 mm; Largura do Assento: 470 mm; e Altura do Assento: 460 mm.

ITEM 63

Poltrona de espera com braços. Assento e encosto estofados e revestidos em tecido. Estrutura em madeira maciça tonalizada ou laca. **Dimensões aproximadas 720x620x730mm.**

DA NECESSIDADE DAS AMOSTRAS

Realizar a solicitação de amostras de móveis, estofados e catálogos é um procedimento fundamental para garantir a satisfação do Ministério e assegurar a perfeita integração dos produtos ao ambiente. Esta prática possibilita uma avaliação visual metódica, permitindo verificar a harmonia entre texturas, padrões e cores com a decoração existente.

Portanto, a análise tátil das amostras permite que o MME avalie a qualidade e a durabilidade dos materiais, algo que prezamos na administração pública, o que se torna especialmente relevante para peças destinadas a uso frequente. A capacidade de comparar opções palpáveis torna a decisão mais informada, reduzindo, assim, as probabilidades de insatisfação com a escolha final.

DOCUMENTAÇÕES OBRIGATÓRIAS

Apresentar catálogo técnico original ou extraído do site oficial do fabricante, devendo constar as informações mínimas exigidas como fotos do produto ofertado, constando a linha e modelo ofertado de acordo com os informados na proposta, dando condições de identificar qual produto ofertado;

Apresentar declaração constando razão social, endereço, telefone, CNPJ, da(s) empresa(s) que instalará(ão) e dará(ão) assistência técnica ao mobiliário, sediada(s) no DF, ficando responsável(eis) por toda manutenção/substituição e remanejamento dos móveis que se fizerem necessárias durante a sua garantia;

Apresentar Termo de Garantia, de 03 (cinco) anos, inclusos os 90 (noventa) dias de garantia legal, contra defeitos de fabricação e, declarar ainda que atende as especificações e se compromete a não entregar ou tentar entregar, móvel diferente do especificado (assinado pelo responsável da empresa, com prova de investidura), sob pena de ser multado, e/ou suspenso de licitar com esse Órgão, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 155 da Lei 14.133.21. Essa garantia tem o objetivo de assegurar a instituição que não seja entregue objetos distintos aos adquiridos.

Será exigida a apresentação de certificados para assegurar que os produtos ofereçam durabilidade, robustez e conforto, incluindo:

- Apresentar Certificado ou Declaração de conformidade com as normas ABNT NBR 8910/2016, determinação da resistência à compressão de espumas flexíveis de poliuretano e apresentar Certificado ou Declaração de conformidade com as normas ABNT NBR 13962:2018 Móveis para escritório – Cadeiras.
- Apresentar Certificado ou Declaração NR-17 comprovando que o material ofertado está em conformidade com os parâmetros exigidos na NR 17 para cadeiras, poltronas e estofados e Certificado ou Declaração de conformidade com as normas NBR 16031:2006 Móveis – Assentos Múltiplos – Requisitos e métodos para resistência e durabilidade para as Longarinas.
- Apresentar Certificado ou Declaração de conformidade com as normas ABNT NBR 8910/2016, determinação da resistência à compressão de espumas flexíveis de poliuretano para Estofados.
- Apresentar para armários NBR 13961/2010 e NBR 13966:2008 para mesas. Todos os normativos estão descritos no Item 5 deste ETP.

A certificados das Normas Reguladoras - NR são fundamentais para garantir que os produtos de mobiliário atendam aos requisitos de segurança, qualidade, e desempenho, oferecendo benefícios tanto para os consumidores quanto para os fabricantes.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades a serem eventualmente contratadas foi elaborada em resposta à demanda de remodelamento dos espaços ocupados por diversas Secretarias. Essas unidades administrativas passaram por modificações significativas e, portanto, precisam de novos layouts para acomodar adequadamente seu corpo técnico. Esta renovação é necessária para substituir itens cuja manutenção se tornou antieconômica ou que sofreram desgaste inevitável ao longo do tempo. Além disso, é importante destacar o longo período sem aquisições para áreas comuns, o que acentua a urgência dessa renovação.

Dessa forma, o Ministério de Minas e Energia (MME) realizou um levantamento estimativo, tendo como base essas perspectivas, como ilustrado nos quadros a seguir:

LOTE 1 (Armários, Mesas e Gaveteiros)

ITEM	RESUMO	QUANT. MÍNIMO	UNIDADE	QUANT. MÁXIMO
1	Mesa Angular 1500(600) x 1500(600) x 740mm.	90	Und	300
2	Mesa Angular 1350(600) x 1350(600) x 740mm.	30	Und	100
3	Mesa Angular 1500(600) x 1200(600) x 740mm.	30	Und	100
4	Mesa reunião executiva 4000x1200x740mm	6	Und	20
5	Mesa reunião 3000x1100x740mm	3	Und	10
6	Mesa reunião 2500x1100x740mm	7	Und	25
7	Plataforma de trabalho 2 lugares frente/verso 1400x1400x740mm	15	Und	50
8	Plataforma de trabalho 4 lugares frente/verso 2800x1400x740mm	15	Und	50
9	Mesa retangular 1500x600x740mm com gavetas	6	Und	20
10	Mesa retangular 1200x600x740mm.	6	Und	20
11	Mesa retangular 800x600x740mm.	6	Und	20
12	Mesa redonda 1200x740mm	9	Und	30
13	Painel divisor suspenso 1500mm	48	Und	160

14	Painel divisor suspenso 1350mm	48	Und	160
15	Conjunto de trabalho executivo	5	Und	15
16	Painel divisório 750x70x1100mm	24	Und	80
17	Painel divisório 600x70x1100mm	24	Und	80
18	Tubo conector para painel divisório	6	Und	20
19	Módulo extensor de tampo	18	Und.	60
20	(M2) Módulos complementares sob medida	60	M2	200
21	Módulo Call Center /teleatendimento	15	Und.	50
22	Plataforma multiuso basculante	9	Und	30
23	Módulos componíveis	4	Und	16
24	Armário alto 800x500x1600mm	12	Und	40
25	Armário médio 800x500x1100mm	12	Und	40
26	Armário baixo 800x500x740mm	15	Und	50
27	Mesa bistrô	3	Und	10
28	Armário Credenza	3	Und	10
29	Gaveteiro volante 2 Gavetas + 1 gavetão	66	Und	220
30	Armário baixo lateral 400x600x740mm	15	Und	50
31	Armário baixo lateral 800x600x740mm	18	Und	60
32	Mesa lateral	9	Und	30
33	Mesa de centro	3	Und	10
34	Aparador	1	Und	6
35	Carro-suporte transporte material	3	Und	10
36	Mesa de aproximação	6	Und	20
37	Mesa de apoio	3	Und	10
38	Armário auxiliar	3	Und	10
39	Bancada de apoio	3	Und	10
40	Conjunto Executivo	1	Und	5
41	Gaveteiro Executivo	3	Und	10

LOTE 2 (Cadeiras e Poltronas)

--	--	--	--	--

42	Poltrona Giratória com braços	75	Und	250
43	Poltrona giratória, executiva, espaldar alto com apoio de cabeça.	15	Und	50
44	Cadeira fixa com prancheta e grade porta-livros	15	Und	50
45	Poltrona giratória, espaldar alto, com braços.	105	Und	350
46	Poltrona giratória, concha inteiriça	9	Und	30
47	Poltrona giratória para pessoas com sobrepeso.	3	Und	10
48	Banqueta alta multiuso	9	Und	30
49	Poltrona de espera mod. 1	6	Und	20
50	Longarina 3 lugares	1	Und	5
51	Longarina 3 lugares com braços	1	Und	5
52	Conjunto estofado 03 lugares - Estrutura cromada	4	Und	15
53	Sofá 03 lugares	6	Und	20
54	Conjunto estofado 02 lugares - Estrutura cromada	9	Und	30
55	Sofá 02 lugares	12	Und	40
56	Conjunto estofado de 01 lugar - Estrutura cromada	9	Und	30
57	Sofá 01 lugar	12	Und	40
58	Poltrona multiuso	3	Und	10
59	Poltrona multiuso dobrável	4	Und	15
60	Prancheta para poltrona multiuso	6	Und	20
61	Cadeira de aproximação empilhável	12	Und.	40

62	Poltrona fixa com braços	3	Und	10
63	Poltrona de espera mod. 2	3	Und	10

Para facilitar a compreensão das estimativas necessárias para aquisição pelo Ministério, anexamos as imagens dos layouts antigos e novos dos andares neste ETP, com a estrutura física previamente aprovada para cada andar, justificando a aquisição de diversos mobiliários. Além deste estudo, estão incluídas as memórias de cálculo e os documentos que o fundamentam, levando em consideração a interdependência com outras contratações para alcançar economia de escala.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 4.532.929,73

Com base nas especificações fornecidas, o método adotado para a estimativa de preços, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelos normativos do Poder Executivo e do Tribunal de Contas da União (TCU), consistiu na obtenção de preços públicos em contratações realizadas por outros órgãos, na cotação em sítios eletrônicos especializados e na consulta a fornecedores.

VALOR TOTAL - LOTE 1 (Armários, Mesas e Gaveteiros)	R\$ 2.849.771,34
VALOR TOTAL - LOTE 2 (Cadeiras e Poltronas)	R\$ 1.683.158,39
VALOR TOTAL DA COMPRA	R\$ 4.532.929,73

Vale ressaltar que esta pesquisa é preliminar, visando a obtenção de informações prévias sobre os custos, e poderá ser aprimorada durante a elaboração do Termo de Referência. Desse modo, os valores estimados para a licitação, os quais constam nos anexos deste Estudo, representam uma estimativa inicial e poderão ser refinados posteriormente. A estimativa dos valores compreende preços unitários referenciais, bem como as memórias de cálculo e os documentos que fundamentam essa estimativa.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Considerando a ideia de uma padronização de mobiliário para o MME, priorizando sempre o interesse público, objetiva-se manter um padrão estético e funcional, seja por motivos de economicidade (de necessidade de trocar o mobiliário), seja por motivo de praticidade/eficiência (facilidade de manutenção).

Recomenda-se a reunião em grupos, que assim busca dar máxima eficiência às aquisições pretendidas, agrupando bens de características semelhantes e de mesma natureza, buscando assim a padronização de cores, acabamento, qualidade, economicidade do material utilizado e assistência técnica a ser prestada no pós-venda. Cabe lembrar que o agrupamento de itens torna o preço mais atraente e compensatório em termos logísticos ao fornecedor, fomenta a disputa e amplia o número de interessados na licitação; e, finalmente, considerando que este procedimento atende aos princípios que norteiam as aquisições públicas de bens e serviços. Essa prática visa adquirir o melhor preço, dentro de uma possível e maior aproximação da padronização, de garantia e manutenção.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há a necessidade de outras contratações correlatas.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Considerando o Planejamento Estratégico do MME 2024, tal demanda está vinculada nos Objetivos descritos na tabela e conforme citado na descrição da necessidade - Item 2, há uma necessidade da troca dos móveis atuais do MME, do qual estão desgastados e ultrapassados e avaliando as possibilidades, a melhor estratégia para esta aquisição será através do Registro de Preços.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Através desta compra, podemos visualizar benefícios para os servidores e terceirizados no Ministério, como:

ASPECTOS TÉCNICOS: A estruturação dos ambientes de trabalho com mobiliário adequado, em bom estado e conforme as normas de engenharia de trabalho e ergonomia, é essencial para garantir a prestação adequada dos serviços públicos pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Este cuidado visa a evitar eventuais acidentes de trabalho entre o quadro de pessoal do MME, reforçando a importância do Programa de Qualidade de Vida instituído pela instituição.

ASPECTOS ECONÔMICOS: A renovação do acervo patrimonial de mobiliário é crucial do ponto de vista econômico. Isso envolve a substituição de materiais cuja manutenção se tornou antieconômica ou que tenham sofrido desgaste inevitável ao longo do tempo. Este processo de renovação não apenas contribui para a eficiência financeira, mas também para a segurança e o bem-estar dos colaboradores do MME, garantindo ambientes de trabalho adequados e produtivos.

A adoção do Sistema de Registro de Preços proporciona vantagens efetivas e práticas, permitindo ampla concorrência, agilidade na hora da aquisição dos produtos, atendimento de demandas imprevisíveis, redução dos custos da licitação e maior transparência das aquisições. A adoção do Sistema de Registro de Preços promove, assim, o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

A especificação dos objetos a serem adquiridos foi realizada tendo por princípio a busca da melhor solução mantendo o equilíbrio do binômio preço-qualidade, visando o atendimento das necessidades e maior economia para a Administração Pública.

O julgamento deverá ocorrer segundo critério de menor preço, desde que sob a estrita obediência dos requisitos e condições estabelecidos no Termo de Referência.

13. Providências a serem Adotadas

Deverá ser previamente designada Comissão Gestora de Contrato com função de fiscalizar, reduzir riscos e aumentar lucratividade e capacitação de servidores ou funcionários para a fiscalização e gestão contratual, ou à adequação do ambiente organizacional.

Embora possa haver a necessidade de ajustes na infraestrutura física em algumas localidades, como alterações de layout, tais mudanças devem ser pontuais. Isso se deve ao fato de os bens serem similares aos já utilizados pelo Ministério por vários anos, sendo que as modificações serão parte integrante do processo contínuo de melhoria das condições de trabalho dos colaboradores.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A aquisição destes materiais pode acarretar impactos negativos na cadeia de fornecimento de móveis com selo de sustentabilidade. A falta de responsabilidade no ciclo de vida dos insumos pode resultar em danos ambientais significativos, como a contaminação do solo e da água por metais pesados e outros compostos químicos presentes nos produtos quando descartados em aterros sanitários. Além disso, muitos componentes possuem um tempo de decomposição extremamente lento, o que prejudica a fauna e a flora do planeta.

Considerando que os produtos eventualmente adquiridos são classificados como material permanente, e em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabelecida pela Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, bem como os normativos do Poder Judiciário, a Administração se compromete a obedecer às disposições da legislação específica que regulamenta o descarte de bens da Administração Pública após o término de sua vida útil, mediante o devido processo administrativo.

Crítérios e práticas de sustentabilidade:

Exigir nas contratações, requisitos de sustentabilidade, fazem parte da rotina de contratação e da Política de Governança do MME. A Política de Governança do MME, foi instituída pela Portaria nº 779/GM/MME, de 6 de maio de 2024, com a finalidade de estabelecer diretrizes e princípios norteadores para a gestão pública, visando à otimização dos recursos, à promoção da transparência das ações e a melhoria contínua dos resultados alcançados.

Essa Política contempla um eixo específico para a Sustentabilidade Ambiental, e será executada por programas que contém planos de ação, sendo que entre esses planos está a elaboração do novo modelo de Plano de Logística Sustentável até 31/12/2024. A figura abaixo representa a política de governança do MME e seus programas:

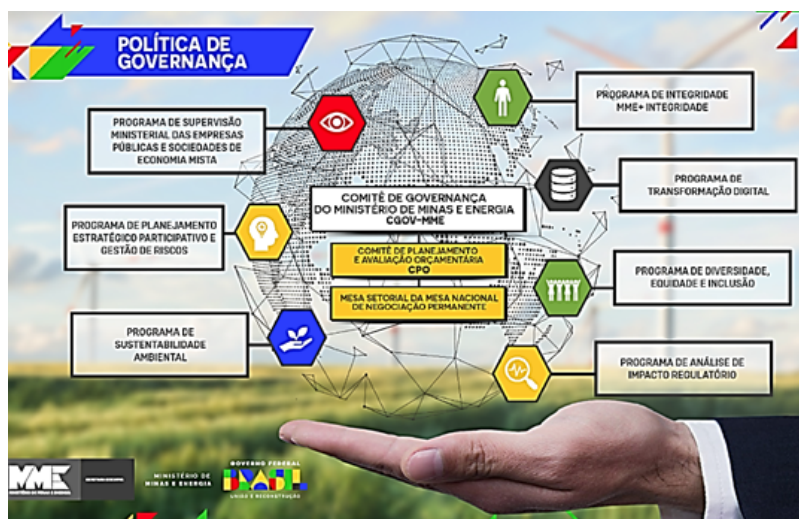


Imagem 1 - Política de Governança (Fonte: Site MME)

Esta aquisição de mobiliário deve verificar o ciclo de vida do bem, com foco na sustentabilidade da aquisição, e envolve os três pilares fundamentais: econômico, ecológico e social.

Na sustentabilidade, para a aquisição de mobiliários, são verificados se os mesmos são fabricados com materiais que respeitam os critérios ambientais e sociais, e não impactam negativamente o meio ambiente.

Alguns requisitos de sustentabilidade para móveis são:

- Materiais reciclados ou de fontes sustentáveis
- Madeira certificada, ou seja, com origem e ciclo de produção conhecidos
- Madeira de refugo que seria destinada ao lixo
- Produtos repaginados
- Materiais de origem local
- Menor geração de resíduos
- Menor custo de manutenção
- Maior vida útil
- Uso de inovações que reduzam a pressão sobre os recursos naturais
- Preservação, poupança de energia, redução da contaminação do ar e controle do consumo de matérias-primas

A demanda de mobiliário para o Ministério advém da necessidade de garantir, aos nossos servidores e colaboradores, saúde e qualidade de vida na execução das atividades diárias, oferecendo móveis com ergonomia e funcionalidade, substituindo o mobiliário com mais de 20 anos, desgastado pelo tempo e fora dos padrões atuais de segurança. Outro aspecto importante é que as novas aquisições devem ter certificação de procedência da matéria-prima, conforme especificado no item 2, "Descrição da Necessidade", deste ETP. Esta aquisição está prevista no

Plano de Contratações Anual (PAC), do ano de 2024, que contém todas as contratações, sendo que o PAC/2024 do MME está alinhado com o novo Planejamento Estratégico 2024/2027, conforme detalhado no item 4, "Descrição dos Requisitos da Contratação".

No que tange a rotina de contratações, cabe destacar que o novo Plano de Logística Sustentável (PLS), está sendo elaborado, segundo o modelo de referência estabelecido pela Secretaria de Gestão e Inovação (Seges), por meio do Caderno de Logística, conforme instrui a Portaria nº 5.376/2023 da Seges.

A Portaria Seges/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, que dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito da Administração Federal, definiu que o Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) deve ser um Instrumento de governança, vinculado ao planejamento estratégico do órgão, que estabelece a estratégia das contratações e da logística no âmbito do órgão. Este instrumento deve considerar objetivos e ações referentes a critérios e práticas de sustentabilidade nas dimensões econômica, social, ambiental e cultura, além de analisar o ciclo da contratação, desde o planejamento, a seleção do fornecedor, a execução e fiscalização do contrato até a destinação final dos rejeitos e resíduos.

Todo mobiliário, a ser adquirido, também deve estar em conformidade com as normas técnicas da ABNT, comprovada pela apresentação de relatório de ensaio emitido por laboratório detentor de Certificado de Acreditação junto ao Inmetro, com escopo de acreditação específica para ensaios mecânicos com base nas normas requeridas.

O Relatório de Ensaio deve vir acompanhado de documentação gráfica (desenho ou fotos) e memorial descritivo com informações necessárias e suficientes para a perfeita identificação do modelo ou da linha contendo o modelo do produto.

É atribuição da Administração Pública primar pela responsabilidade ambiental e o atendimento aos critérios de sustentabilidade em suas contratações, de forma a contribuir para o equilíbrio dos ecossistemas e sua capacidade de absorção e

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação dos materiais mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: PORTARIA Nº 460/SPOA/SE/MME, DE 10 DE JUNHO DE 2024

TERENCIO TONHA BRANDAO JUNIOR

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 09/10/2024 às 14:40:29.

Despacho: PORTARIA Nº 460/SPOA/SE/MME, DE 10 DE JUNHO DE 2024

FABIANA FEIJO DE OLIVEIRA BAPTISTUCCI

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 09/10/2024 às 14:13:39.

Despacho: PORTARIA Nº 460/SPOA/SE/MME, DE 10 DE JUNHO DE 2024

REGINA BASILIO BACARIAS

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 09/10/2024 às 14:05:44.

Despacho: PORTARIA Nº 460/SPOA/SE/MME, DE 10 DE JUNHO DE 2024

JOELMA MENDES DE MELLO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 09/10/2024 às 16:32:10.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - LAYOUT MME.pdf (23.81 MB)
- Anexo II - Ibama-IN-IBAMA-21-24-12-2014-SINAFLOR-DOF-.pdf (375.15 KB)

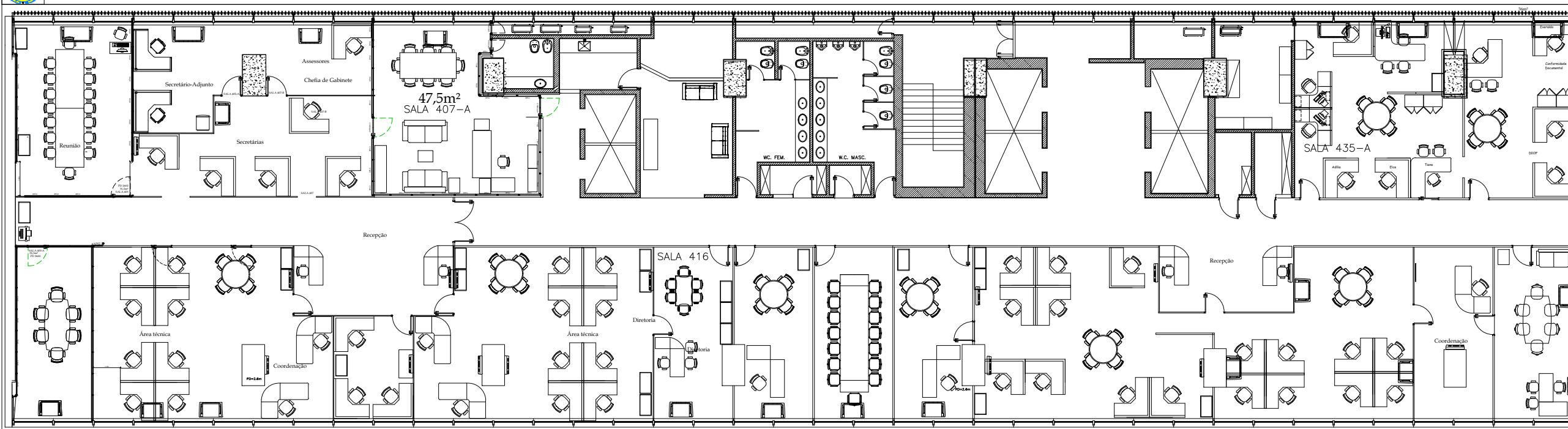
Anexo I - LAYOUT MME.pdf



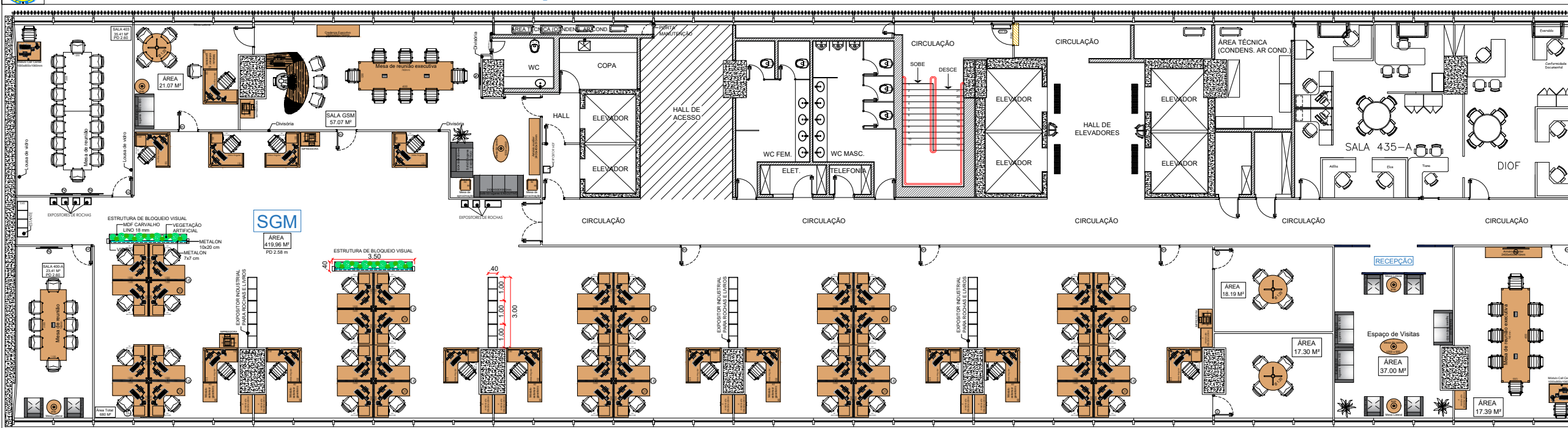
Secretaria Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral SNGM – MME 4º andar



4º Andar - LAYOUT SGM - Atual



4º Andar - NOVO LAYOUT – SNGM Proposta 26/08/2024



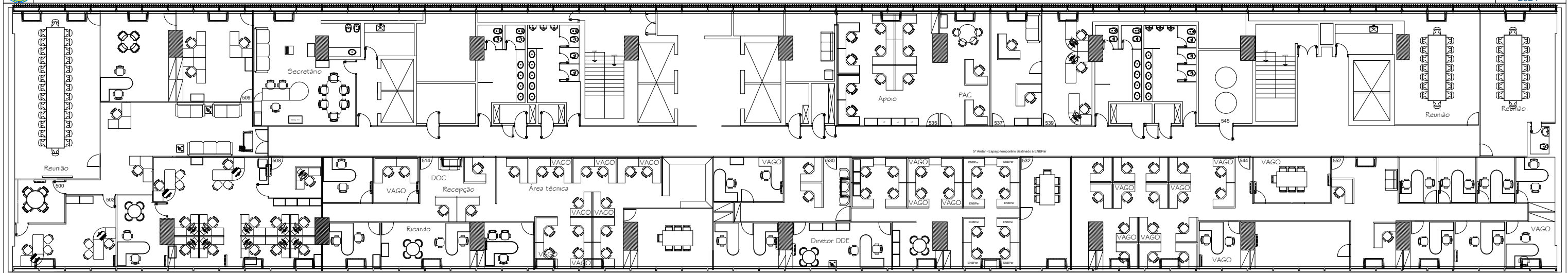
Coordenação de Atividades Gerais - COAGE
Divisão de Obras e Serviços de Engenharia - DIOBE
Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL
Ministério de Minas e Energia - MME



Secretaria Nacional de Transição Energética e Planejamento - SNTEP MME 5º Andar

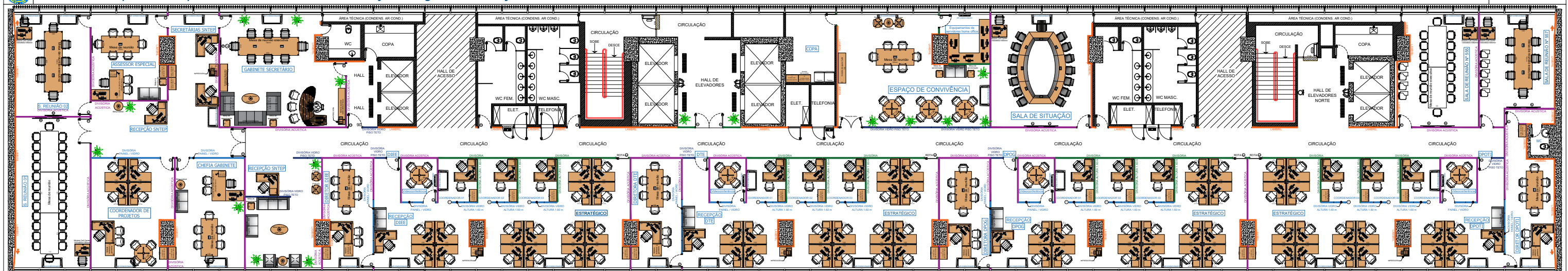
5º Andar - Layout Atual Secretaria Nacional de Transição Energética e Planejamento SNTEP - MME.

Layout Atual
2024



5º Andar - Proposta de Layout Secretaria Nacional de Transição Energética e Planejamento SNTEP - MME.

Proposta Layout nº 04
Julho 2024



Coordenação de Atividades Gerais - COAGE
Divisão de Obras e Serviços de Engenharia - DIOBE
Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL
Ministério de Minas e Energia - MME

SNTEP Gabinete

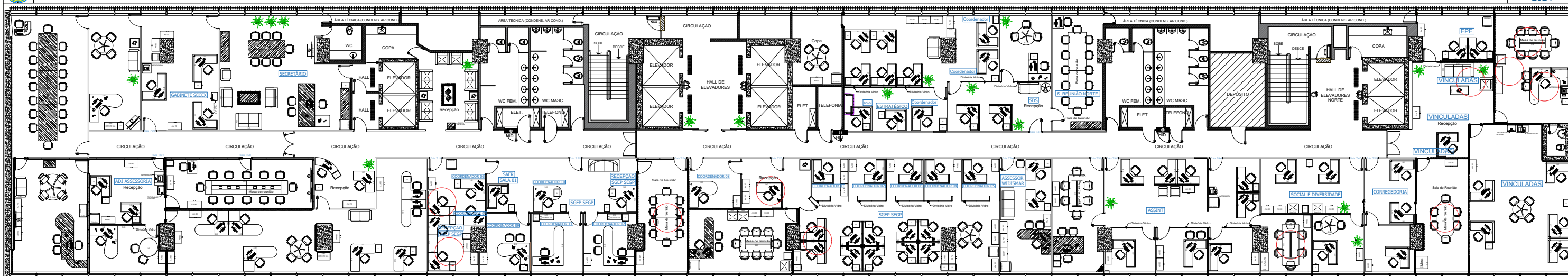
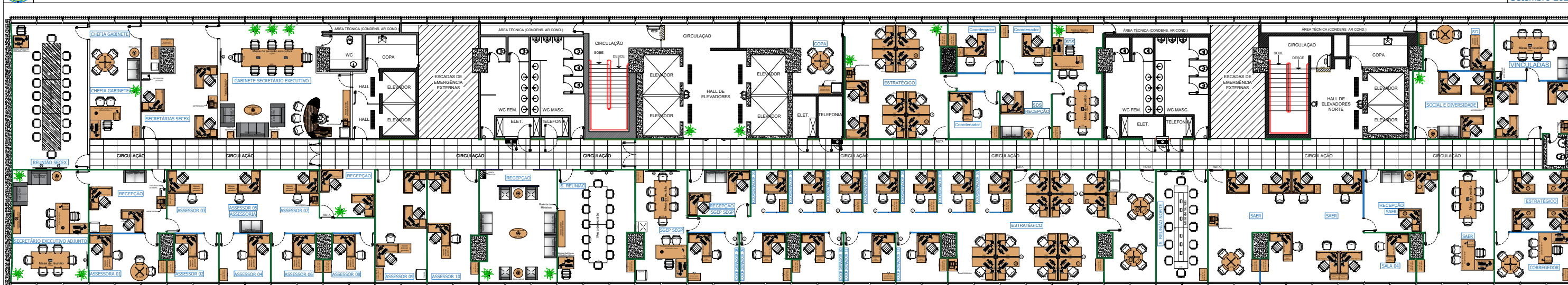
DIEE Departamento de Informações,
Estudos e Eficiência Energética

DTE Departamento de Transição
Energética

DPOG Departamento de Planejamento e
Outorgas de Geração de Energia Elétrica

DPOTI Departamento de Planejamento e Outorgas
de Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica e
Interligações Internacionais



Layout Atual
2024MOBILIÁRIO
Setembro 2011

Coordenação de Atividades Gerais - COAGE
Divisão de Obras e Serviços de Engenharia - DIO
Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CG
Ministério de Minas e Energia - MME



**Anexo II - Ibama-IN-IBAMA-21-24-12-2014-SINAFLOR-
DOF-.pdf**



Ministério do Meio Ambiente

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 21, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2014

Publicada no DOU de 27/12/2014, Seção 1, páginas 102 a 107

Alterada pelas Instruções Normativas nº 9, de 12 de dezembro de 2016 (publicada no DOU de 13/12/2016, Seção 1, páginas 63 a 65) e nº 13, de 18/12/2017 (publicada no DOU de 20/12/2017, Seção 1, página 114)

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA, nomeado por Decreto de 16 de maio, publicado no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 22 do Anexo I do Decreto nº 6.099, de 26 de abril de 2007, que aprovou a Estrutura Regimental do Ibama, publicado no Diário Oficial da União de 27 de abril de 2007, e art. 111 do Regimento Interno aprovado pela Portaria nº GM/MMA nº 341, de 31 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia subsequente;

Considerando que as atividades utilizadoras de recursos naturais estão sujeitas ao registro no Cadastro Técnico Federal, conforme Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981;

Considerando o disposto nos arts. 35 e 36 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que preveem que “o controle da origem da madeira, do carvão e de outros produtos ou subprodutos florestais incluirá sistema nacional que integre os dados dos diferentes entes federativos, coordenado, fiscalizado e regulamentado pelo órgão federal competente do Sisnama”, e que “o transporte, por qualquer meio, e o armazenamento de madeira, lenha, carvão e outros produtos ou subprodutos florestais oriundos de florestas de espécies nativas, para fins comerciais ou industriais, requerem licença do órgão competente do Sisnama”;

Considerando a necessidade de aprimorar e sistematizar os procedimentos relativos ao controle da exploração, comercialização, exportação e uso dos produtos ou subprodutos florestais em todo território nacional;

Considerando que o inciso II do art. 4º da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, prevê como instrumento de cooperação, entre outros, a celebração de acordos de cooperação técnica entre os entes federativos para operacionalização de suas atribuições;

Considerando o disposto na Instrução Normativa Ibama nº 10, de 7 de dezembro de 2012, que regula os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, a imposição das sanções, a defesa ou impugnação, o sistema recursal e a cobrança de multa e sua conversão em prestação de serviços de recuperação, preservação e melhoria da qualidade ambiental no âmbito do Ibama;

Considerando o que consta nos Processos Administrativos Ibama nº 02001.010375/2009-40 e nº 02001.002625/2014-35, resolve:

TÍTULO I

DO SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DA ORIGEM DOS PRODUTOS FLORESTAIS – SINAFLOR

Art. 1º Instituir o Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais – Sinaflor, em observância ao disposto no art. 35 da Lei nº 12.651, de 2012, com a finalidade de controlar a origem da madeira, do carvão e de outros produtos e subprodutos florestais e integrar os respectivos dados dos diferentes entes federativos.

Parágrafo único. Serão integrados ao Sinaflor dados e informações de imóveis rurais oriundos do Sistema de Cadastro Ambiental Rural – SICAR, do Ato Declaratório Ambiental – ADA, do transporte e armazenamento dos produtos florestais do Documento de Origem Florestal – DOF, do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP e do Cadastro Técnico Federal de Instrumentos de Defesa Ambiental – CTF/AIDA.

Art. 2º A coordenação, fiscalização e regulamentação dos procedimentos operacionais do Sinaflor caberá ao IBAMA.

Art. 3º O IBAMA disponibilizará sem ônus o Sinaflor aos órgãos estaduais competentes integrantes do SISNAMA, mediante celebração de acordo de cooperação técnica, atendendo ao estabelecido no art. 35 da Lei nº 12.651, de 2012.

TÍTULO II DISPOSIÇÕES GERAIS REFERENTES AO IMÓVEL RURAL

Art. 4º Os imóveis rurais onde serão executadas as atividades ou empreendimentos florestais deverão estar previamente inscritos no Cadastro Ambiental Rural – CAR de que trata o art. 29 da Lei nº 12.651, de 2012, e cadastrados no Sistema de Cadastro Ambiental Rural – SICAR, conforme disposto nos arts. 3º e 4º do Decreto nº 7.830, de 2012.

Parágrafo único. A atividade ou empreendimento florestal que venha a ser exercido em imóvel rural de terceiro dependerá de prévia e expressa autorização do proprietário ou detentor da posse.

Art. 5º O Ato Declaratório Ambiental – ADA é o documento de cadastro das áreas do imóvel rural junto ao IBAMA e das áreas de interesse ambiental, definido pela Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000, para fins de identificação da área tributável pelo Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, nos termos do art. 10 da Lei nº 9.393, de 19 de novembro de 1996.

§ 1º O ADA deve ser preenchido no formulário eletrônico denominado ADAWeb, disponível no sítio eletrônico do Ibama, sem prejuízo da obrigação de apresentação da Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – DIAT à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 2º O acesso ao formulário ADAWeb para fins de preenchimento e transmissão poderá ser efetuado por intermédio do Módulo ADA, disponibilizado no Sinaflor.

§ 3º Os procedimentos para apresentação do ADA ao IBAMA respeitarão o previsto pela Instrução Normativa Ibama nº 05, de 25 de março de 2009.

TÍTULO III DA ESTRUTURA DO SINAFLOR

CAPÍTULO I DO CADASTRAMENTO DO EMPREENDIMENTO

Art. 6º As atividades florestais a serem exercidas por pessoa física ou jurídica que, por norma específica, necessitem de licença ou autorização do órgão ambiental competente deverão ser cadastradas e homologadas no Sinaflor.

§ 1º Para efeito desta Instrução Normativa, as atividades a que se refere o *caput* deverão ser cadastradas no Sinaflor como empreendimento.

§ 2º Nos casos em que houver a necessidade de criação de um segundo empreendimento, o cadastramento deverá ocorrer a partir do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ específico de filial, nos termos da legislação específica, salvo em caráter excepcional e temporário e devidamente justificado junto ao órgão ambiental competente.

§ 3º No cadastramento de empreendimentos é obrigatória a vinculação da empresa filial à sua matriz, quando couber, devendo as mesmas estarem regularizadas no Cadastro Técnico Federal do IBAMA – CTF/APP.

§ 4º O usuário deverá cadastrar seu empreendimento, conforme o ramo de atividade dentro do segmento produtivo, obedecendo aos critérios estabelecidos nesta Instrução Normativa.

Art. 7º Para efeito do cadastramento das atividades do empreendimento, entende-se por:

I - exploração: atividade voltada à exploração de florestas nativas e formações sucessoras, mediante Plano de Manejo Florestal Sustentável e outras atividades que envolvam exploração florestal, como as supressões de vegetação para uso alternativo do solo e obras sujeitas ao Licenciamento Ambiental Federal, Estadual e Municipal;

II - coleta: atividade de extrativismo de produtos oriundos da exploração florestal ou que envolva a coleta de folhas, flores, frutos, sementes, cascas, raízes, mudas, óleos, palmito, látex, resinas, gomas, cipós, essências, e outras;

III - produção: atividade destinada ao florestamento e/ou reflorestamento com espécies nativas ou exóticas, com fins de obtenção de produtos e subprodutos florestais madeireiros e não madeireiros;

IV - desdobro: atividade de desdobro de toras, de qualquer natureza;

V - laminação: atividades de laminação ou faqueamento de toras, de qualquer natureza;

VI - industrialização: atividade de transformação de produtos e subprodutos florestais de essências nativas em produtos para o uso final, tais como fabricação de casas de madeira pré-fabricadas, fabricação de moveis com predominância de madeira, manufatura de artigos de látex, de borracha e derivados de outros produtos não madeireiros;

VII - carvoejamento: atividade de transformação de produtos e subprodutos florestais em carvão;

VIII - comércio: atividade de compra e venda, atacadista e varejista, de produtos e subprodutos florestais oriundos da exploração, coleta, produção, desdobro e laminação;

IX - armazenamento: atividade que se destina à estocagem de produtos e subprodutos florestais;

X - consumo: atividade que se destinam à aquisição e uso final de produtos e subprodutos florestais oriundos da exploração, coleta, produção, desdobro, laminação e industrialização;

XI - recuperação: atividade que envolva ações para restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada ou alterada a uma condição não degradada, que pode ser distinta da original.

§ 1º As atividades de exploração e coleta poderão ser cadastradas entre si como um empreendimento único.

§ 2º As atividades de desdobro, laminação, industrialização, comércio e armazenamento poderão ser cadastradas entre si como um empreendimento único.

§ 3º O IBAMA, a qualquer tempo, poderá estabelecer novas atividades específicas e as regras para seu cadastramento.

Art. 8º A localização georreferenciada do empreendimento deverá ser informada em módulo específico do sistema, de acordo com as ferramentas disponíveis para este fim.

Art. 9º Os empreendimentos cujas atividades requeiram prévia análise do órgão ambiental deverão vincular responsável técnico homologado no Sinaflor conforme o disposto nos arts. 12, 13 e 14 desta Instrução Normativa.

Art. 10. O empreendimento deve ser cadastrado pelo usuário e homologado pelo órgão ambiental da respectiva jurisdição.

§ 1º O órgão ambiental competente definirá os procedimentos e documentos necessários à homologação de que trata o caput.

§ 2º O empreendedor deverá apresentar ao órgão ambiental competente cópia dos documentos necessários à homologação.

§ 3º O órgão ambiental competente poderá, a qualquer tempo, vistoriar o empreendimento, com a finalidade de conferência das informações prestadas.

§ 4º A não apresentação da documentação/informações faltantes em um prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da ciência do interessado implicará o cancelamento automático do pedido de cadastro.

Art. 11. Qualquer alteração ou mudança nos instrumentos constitutivos do empreendimento que implique alteração dos dados cadastrais ou de titularidade do empreendimento deverá ser comunicada ao órgão ambiental competente no prazo de 30 (trinta) dias.

CAPÍTULO II DO CADASTRAMENTO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Art. 12. O registro no cadastro do Responsável Técnico no Sinaflor é obrigatório à pessoa física responsável por atividade, projeto técnico ou empreendimento.

Parágrafo único. A pessoa física responsável deverá estar previamente registrada no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental – CTF/AIDA, em categoria pertinente, conforme o disposto na Instrução Normativa Ibama nº 10, de 27 de maio de 2013.

Art. 13. O órgão ambiental competente efetuará a homologação do cadastro do responsável técnico no Sinaflor, uma vez aprovada sua documentação.

Parágrafo único. O Responsável Técnico somente poderá ser vinculado ao empreendimento após a homologação de seu cadastro no Sinaflor pelo órgão ambiental competente.

Art. 14. As atividades ou projetos técnicos que dependem de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART específica não poderão ser executados sem o seu respectivo Responsável Técnico, nos termos de legislação específica.

§ 1º A vinculação do responsável técnico à atividade ou ao projeto técnico somente será efetivada com o seu prévio aceite no Sinaflor e dependerá da inserção de informações da ART específica.

§ 2º Para efeito de sua desvinculação da atividade ou do projeto técnico no Sinaflor, cabe ao responsável técnico registrar a baixa da respectiva ART no sistema.

§ 3º Poderá o empreendedor proceder à imediata substituição do responsável técnico mediante a comunicação de baixa da respectiva ART.

§ 4º A atividade do empreendimento permanecerá suspensa no Sinaflor até a conclusão da substituição do responsável técnico.

CAPÍTULO III DO LICENCIAMENTO DA EXPLORAÇÃO FLORESTAL

Art. 15. O projeto técnico de exploração florestal do empreendimento deverá ser cadastrado no Sinaflor e submetido à análise pelo órgão ambiental competente.

§ 1º Para efeito de elaboração do projeto técnico, caberá ao empreendedor ou responsável técnico, no mínimo, atender ao seguinte:

I - vincular o(s) imóvel(is) rural(is);

II - indicar a atividade florestal que será exercida no imóvel rural ou no polígono do empreendimento;

III - vincular o(s) responsável(is) técnico(s) pela elaboração e execução do projeto técnico;

IV - apresentar dados georreferenciados da atividade florestal;

V - apresentar cronograma de exploração e, quando couber, volumetria a ser explorada durante o período de validade da autorização;

VI - apresentar inventário florestal, quando couber;

VII - prestar informações técnicas da atividade florestal que será exercida, de acordo com normas federais, estaduais e municipais.

§ 2º Os dados georreferenciados deverão basear-se no sistema de referência de coordenadas geográficas DATUM Sirgas 2000 (código EPSG 4674).

§ 3º Para cálculo da área de supressão da vegetação serão aceitas diferenças de, no máximo, 5% (cinco por cento).

§ 4º Informações suplementares, como imagens, mapas, documentos e planilhas, eletrônicas poderão ser anexadas ao projeto técnico.

§ 5º O Sinaflor possibilitará ao órgão ambiental competente estabelecer requisitos complementares relativos ao que trata o inciso VII do § 1º, conforme legislação específica.

Art. 16. O plantio ou reflorestamento com espécies nativas deverá ser previamente cadastrado no Sinaflor e a exploração ser previamente declarada nele para fins de controle de origem.

Art. 17. Após análise e aprovação do projeto técnico o órgão ambiental competente poderá emitir, sem prejuízo da inclusão de outros tipos, as seguintes autorizações:

I - Autorização de Exploração de Planos de Manejo Florestal – PMFS;

II - Autorização de Exploração de Plano Operacional Anual – POA;

III - Autorização de Supressão de Vegetação – ASV;

IV - Uso Alternativo do Solo – AUS;

V - Autorização de Corte de Árvores Isoladas – CAI; e

VI - Autorização para Utilização de Matéria Prima Florestal – AUMPF.

Parágrafo único. Na hipótese de necessidade de reconhecimento de estoques de produtos florestais em situações extraordinárias, que não envolvam o corte e cujos procedimentos não se enquadrem nos tipos previstos nos incisos I a VI deste art., o interessado poderá requerer ao órgão ambiental competente a emissão de Autorização Especial, na qual serão detalhados os tipos de produtos e respectivos volumes, com a inserção dos créditos referentes diretamente no Módulo de Utilização de Recursos Florestais do Sinaflor.

Art. 18. No caso de emissão de ASV sem a discriminação da volumetria do respectivo produto florestal, o órgão ambiental competente deverá emitir previamente a correspondente AUMPF.

Parágrafo único. O aproveitamento do produto florestal no interior da área do empreendimento ou do imóvel rural é isento de prévia emissão de AUMPF.

Art. 19. A validade das autorizações no Sinaflor será de 1 (um) ano, renovável por igual período, ressalvada a salvo quando estabelecido período distinto pelo ente federativo competente.

Art. 20. Para efeitos de emissão do DOF, o empreendedor deverá inserir a declaração de corte no Sinaflor, informando, após conferência, o volume e produtos efetivamente explorados.

§ 1º A declaração de corte a que se refere o caput deverá estar de acordo com o cronograma da volumetria a ser explorada, inserido no Sinaflor pelo responsável técnico e aprovado pelo órgão ambiental competente.

§ 2º Qualquer alteração no cronograma da volumetria a ser explorada deverá ser previamente comunicada pelo empreendedor ao órgão ambiental competente.

Art. 21. O empreendedor poderá consignar a terceiro os créditos de produtos florestais gerados nas autorizações de exploração.

§ 1º O consignatário se responsabilizará pela exploração da floresta a ele vinculada e respeitará o cronograma de exploração aprovado pelo órgão ambiental competente.

§ 2º A consignação de créditos de produtos florestais não exime o detentor da autorização por quaisquer danos causados à floresta durante a exploração.

§ 3º Caberá ao consignatário emitir a declaração de corte no Sinaflor, informando o volume e produtos efetivamente explorados.

CAPÍTULO IV DO ACOMPANHAMENTO

Art. 22. Compete ao órgão ambiental competente analisar, em módulo específico do Sinaflor, o projeto técnico encaminhado pelo empreendedor ou responsável técnico.

Parágrafo único. Para a análise de que trata o *caput*, o órgão ambiental competente poderá realizar, a qualquer tempo, vistoria na área que se dará a exploração florestal.

Art. 23. As pendências do projeto técnico e da vistoria deverão ser sanadas pelo empreendedor ou responsável técnico no prazo estipulado pelo órgão ambiental competente.

§ 1º Em caso de vencimento do prazo mencionado no *caput*, este poderá ser estendido, por uma única vez, pelo órgão ambiental competente.

§2º Em caso de inobservância do prazo de que trata o parágrafo anterior, o projeto técnico será arquivado.

Art. 24. As ações e atividades de natureza administrativa ou judicial inerentes ao projeto deverão ser informadas em módulo específico no Sinaflor e, quando for o caso, a respectiva documentação deverá ser inserida no sistema.

Art. 25. Após a sua análise e aprovação, o projeto técnico deverá ser homologado no Sinaflor pelo órgão ambiental competente.

Parágrafo único. A emissão da autorização ocorrerá apenas após a homologação a que se refere o *caput*.

Art. 26. A autorização original será emitida em 2 (duas) vias, uma para inserção no processo administrativo e outra a ser destinada ao empreendedor.

Parágrafo único. A autorização original somente poderá ser impressa uma única vez pelo empreendedor.

Art. 27. Será disponibilizado ao empreendedor e ao responsável técnico módulo específico no Sinaflor para acompanhamento da tramitação do respectivo projeto técnico no órgão ambiental.

CAPÍTULO V

DO PROJETO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS OU ALTERADAS - PRAD

Art. 28. O Projeto de Recuperação de áreas Degradadas ou Alteradas - PRAD deverá reunir informações, diagnósticos, levantamentos e estudos que permitam a avaliação da degradação ou alteração e a consequente definição de medidas adequadas à recuperação da área.

§ 1º No PRAD deve ser focada a recuperação de áreas de interesse ambiental degradadas ou alteradas, principalmente as áreas de preservação permanente, áreas de reserva legal e de uso restrito.

§ 2º O PRAD deverá informar os métodos e técnicas a serem empregados de acordo com as peculiaridades de cada área, devendo ser utilizados de forma isolada ou conjunta, preferencialmente aqueles de eficácia já comprovada.

Art. 29. Os PRAD, para fins de cumprimento da legislação ambiental, serão cadastrados no Sinaflor pelo responsável técnico.

§ 1º O cadastramento dos cronogramas físico e financeiro, assim como a apresentação dos relatórios de monitoramento e de avaliação do PRAD, pelo interessado, também serão efetuados por intermédio do Módulo PRAD, disponibilizado no Sinaflor.

§ 2º Por ocasião do cadastramento, deverá ser anexado arquivo do PRAD proposto em formato '.pdf'.

Art. 30. Os PRAD originados de autos de infração lavrados pelo IBAMA deverão ser a ele apresentados, sem prejuízo de adoção da pactuação de instrumentos de delegação ou apoio subsidiário com os demais entes do SISNAMA.

§ 1º O cadastro do PRAD originado de ações de controle e fiscalização desenvolvidas pelo IBAMA respeitará o previsto na Instrução Normativa Ibama nº 4, de 13 de abril de 2011.

§ 2º No cadastro de PRAD originado de sanções aplicadas pelo IBAMA decorrentes de infrações cometidas antes de 22 de julho de 2008, relativas à supressão irregular de vegetação em áreas de preservação permanente, de reserva legal e de uso restrito, de autuado que tenha aderido à Programa de Regularização Ambiental – PRA, de que trata o art. 59 da Lei nº 12.651, de 2012, e firmado termo de compromisso de que trata o Decreto nº 8.235, de 5 de maio de 2014, será considerada a proposta de recomposição, recuperação, regeneração ou compensação das referidas áreas aprovada pelo órgão ambiental competente.

CAPÍTULO VI
DO TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO DOS PRODUTOS FLORESTAIS
SUBCAPÍTULO I
DO DOCUMENTO DE ORIGEM FLORESTAL – DOF

Art. 31. O Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria MMA nº 253, de 18 de agosto de 2006, constitui licença obrigatória para o transporte e armazenamento de produtos florestais de origem nativa, inclusive o carvão vegetal nativo, contendo as informações sobre a procedência desses produtos, nos termos do art. 36 da Lei nº 12.651, de 2012. *(Redação dada pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)*

§ 1º O DOF deverá ser emitido conforme modelo contido no Anexo I desta Instrução Normativa.

§ 2º O controle de emissão e utilização do DOF, assim como dos estoques mantidos pelos usuários e atividades de beneficiamento e consumo dos produtos, dar-se-á por meio do Módulo de Utilização de Recursos Florestais do Sinaflor disponibilizado no endereço eletrônico do Ibama na rede mundial de computadores. *(Redação dada pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)*

Art. 32. Para os efeitos desta Instrução Normativa, entende-se por produto florestal a matéria-prima proveniente da exploração de florestas ou outras formas de vegetação, classificado da seguinte forma:

I - produto florestal bruto: aquele que se encontra no seu estado bruto ou *in natura*, nas formas abaixo:

- a) madeira em tora;
- b) torete;
- c) poste não imunizado;
- d) escoramento;
- e) estaca e mourão;
- f) acha e lasca nas fases de extração/fornecimento;
- g) *(Revogado pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)*
- h) *(Revogado pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)*
- i) lenha;
- j) palmito;
- k) xaxim;
- l) *(Revogado pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)*

II - produto florestal processado: aquele que, tendo passado por atividade de processamento, obteve a seguinte forma:

a) madeira serrada devidamente classificada conforme Glossário do Anexo III desta Instrução Normativa;

b) piso, forro (lambрил) e porta lisa feitos de madeira maciça conforme Glossário do Anexo III desta Instrução Normativa;

c) rodapé, portal ou batente, alisar, tacos e decking feitos de madeira maciça e de perfil reto, e madeiras aplainadas em 2 ou 4 faces (S2S e S4S) conforme Glossário do Anexo III desta Instrução Normativa; *(Redação dada pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)*

d) lâmina torneada e lâmina faqueada;

e) madeira serrada curta classificada conforme Glossário do Anexo III desta Instrução Normativa, obtida por meio do aproveitamento de resíduos provenientes do processamento de peças de madeira categorizadas na alínea “a”;

f) resíduos da indústria madeireira para fins energéticos ou para fins de aproveitamento industrial conforme Glossário do Anexo III desta Instrução Normativa, exceto serragem; *(Redação dada pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)*

g) dormentes;

h) carvão de resíduos da indústria madeireira;

i) carvão vegetal nativo, inclusive o empacotado na fase de saída do local da exploração florestal e/ou produção; *(Redação dada pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)*

j) artefatos de xaxim na fase de saída da indústria;

k) cavacos em geral;

l) bolacha de madeira. *(Incluído pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)*

Parágrafo único. Considera-se também produto florestal, para os fins do controle a que se refere o art. 31, as plantas vivas coletadas na natureza e os óleos essenciais da flora nativa brasileira, constantes em lista federal de espécies ameaçadas de extinção ou nos Anexos da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção – Cites. *(Redação dada pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)*

Art. 33. O acesso ao Módulo de Utilização de Recursos Florestais do Sinaflor será disponibilizado à pessoa física ou jurídica cadastrada na categoria pertinente junto ao Cadastro Técnico Federal – CTF e em situação regular perante o Ibama.

§ 1º A regularidade perante o Ibama será verificada por meio do Certificado de Regularidade no CTF.

§ 2º Os usuários de que trata o *caput* poderão delegar o acesso de seus empreendimentos a uma ou mais pessoas físicas que o representem.

§ 3º Na hipótese de delegação de acesso à pessoa física prevista no parágrafo anterior, esta deverá registrar-se no sistema como Responsável Operacional para habilitação da possibilidade de vínculo a um ou mais empreendimentos

§ 4º O detentor do empreendimento deverá vincular o Responsável Operacional por meio de mecanismo disponível no sistema, mediante a indicação de período de vigência do vínculo, sem prejuízo de revogação antecipada do acesso, em caso de necessidade.

§ 5º Em caso de impossibilidade de acesso do detentor, o órgão ambiental competente poderá efetuar a vinculação, mediante requerimento formal do interessado.

SUBCAPÍTULO II

DA EMISSÃO DO DOCUMENTO DE ORIGEM FLORESTAL

Art. 34. O DOF será emitido eletronicamente e impresso pelo usuário, com base no saldo de produtos florestais, via acesso ao Módulo de Utilização de Recursos Florestais do Sinaflor, disponível na rede mundial de computadores no endereço eletrônico *www.ibama.gov.br*.

Art. 35. Para sua emissão e impressão em única via, o DOF deverá ser obrigatoriamente preenchido pelo usuário, conforme instruções disponíveis na interface do sistema.

§ 1º A via impressa do DOF acompanhará obrigatoriamente o produto florestal nativo, da origem ao destino nele consignados, por meio de transporte individual nas modalidades rodoviário, aéreo, ferroviário, fluvial, marítimo ou conjugado nessas modalidades.

§ 2º O DOF deverá ser utilizado uma única vez para acobertar o transporte e o armazenamento do produto florestal nele consignado, sendo considerada infração ambiental a sua reutilização, nos termos da legislação vigente.

§ 3º O preenchimento do campo relativo ao documento fiscal é obrigatório sempre que houver normatização no âmbito fazendário estadual ou federal e, em caso de isenção fiscal, deve ser declarado no campo correspondente com a expressão “isento”.

§ 4º Deverá ser emitido um DOF para cada nota fiscal referente à carga a ser transportada.

§ 5º O DOF somente será emitido pela pessoa física ou jurídica quando esta estiver em situação regular com relação à obrigação de cumprimento da reposição florestal, nas hipóteses em que esta for exigível.

§ 6º Nas hipóteses de estoque de produto florestal objeto de Autorização Especial, conforme previsto no parágrafo único do art. 17, o documento hábil para acompanhamento do transporte será o DOF Especial, que seguirá o modelo contido no Anexo I desta Instrução Normativa e que será emitido a partir da respectiva Autorização Especial.

§ 7º O DOF Especial poderá ser emitido pelo órgão ambiental competente, em nome do interessado e mediante requerimento formal em que constem todas as informações necessárias ao preenchimento.

Art. 36. A emissão do DOF para o transporte de produto florestal dar-se-á após aceitação da oferta e a indicação do pátio de destino no Módulo de Utilização de Recursos Florestais do Sinaflor pelo usuário recebedor.

Art. 37. Para fins de transporte a partir do local de exploração do produto, o DOF será emitido pelo detentor da autorização previamente concedida, ou pessoa por ele anteriormente indicada no sistema, com base no volume autorizado, que será liberado conforme declaração no sistema das etapas de transporte previstas para o empreendimento.

§ 1º Em se tratando de exploração de Plano de Manejo Florestal Sustentável – PMFS, o DOF será emitido exclusivamente pelo detentor da autorização, na condição de responsável por todas as etapas de execução do projeto.

§ 2º A emissão do DOF poderá ocorrer até 90 (noventa dias) após o fim da vigência da autorização de PMFS, desde que não implique operações de exploração, nos termos de legislação específica. *(Redação dada pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)*

Art. 38. O DOF oriundo da indústria ou empreendimento comercial será emitido com base nos estoques de pátio devidamente contabilizados no Sistema.

Parágrafo único. A transferência de produtos florestais entre pátios da mesma empresa deve ser acompanhada do DOF correspondente.

Art. 39. Ficam dispensados de emissão de DOF e inclusão do saldo correspondente no

sistema os produtos florestais oriundos de corte ou exploração de espécies nativas em imóveis particulares e áreas de supressão de vegetação inseridas no âmbito do licenciamento ambiental federal ou concessão florestal federal cuja utilização seja integralmente dentro da mesma propriedade ou da área objeto da licença ambiental. *(Redação dada pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)*

§ 1º O disposto no caput não desobriga o interessado do cumprimento das exigências legais referentes à autorização de corte ou exploração dos produtos florestais. *(Incluído pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)*

§ 2º No caso de licenciamento ambiental federal deverão ser observadas as exigências estabelecidas quanto ao transporte dos produtos dentro dos limites do empreendimento. *(Incluído pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)*

SUBCAPÍTULO III DO LOCAL DE ARMAZENAMENTO DOS PRODUTOS FLORESTAIS

Art. 40. Para efeito desta Instrução Normativa, denomina-se pátio o local de armazenamento dos produtos florestais do empreendimento.

§ 1º O pátio deve ser cadastrado pelo usuário e homologado pelo órgão ambiental competente.

§ 2º Cada usuário deve possuir apenas um pátio cadastrado, correspondente à sua unidade industrial ou comercial devidamente inscrita no Cadastro Nacional de da Pessoa Jurídica (CNPJ). *(Redação dada pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)*

§ 3º Poderá ser permitida a homologação de mais de um pátio para um mesmo usuário quando se referir a um único empreendimento, nos termos do § 2º do art. 6º desta Instrução Normativa, ou quando a atuação da entidade comercial estiver desobrigada ao cadastro de CNPJ de filial por força de legislação específica, ou em situações de caráter excepcional ou temporário. *(Redação dada pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)*

§ 4º É obrigatória a indicação do endereço completo, tamanho da área, descrição de acesso e coordenadas geográficas dos pátios.

§ 5º No caso de concessão de florestas públicas, os pátios dos concessionários destinados a receber produtos provenientes das concessões serão cadastrados no Módulo de Utilização de Recursos Florestais do Sinaflor sob a denominação específica de “Pátio Concessão”.

§ 6º No caso de Licenciamento Ambiental Federal - LAF, os pátios dos detentores de autorização de supressão de vegetação destinados a receber produtos provenientes das áreas exploradas serão cadastrados no Módulo de Utilização de Recursos Florestais do Sinaflor sob a denominação específica de “Pátio LAF”. *(Redação dada pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)*

§ 7º O uso do Pátio Concessão e do Pátio LAF será permitido unicamente para o recebimento de produtos provenientes das áreas sob concessão florestal e sob licenciamento ambiental federal, respectivamente. *(Incluído pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)*

Art. 41. O saldo volumétrico dos produtos florestais contabilizados no Pátio do sistema deve ser uma representação fiel do saldo físico existente no local de armazenamento, devendo o usuário realizar o controle e manter atualizado os seus estoques mediante o lançamento das operações pertinentes no Sistema.

§ 1º O saldo volumétrico dos produtos deverá respeitar a taxonomia e a nomenclatura

em conformidade com o Glossário do Anexo III da presente Instrução Normativa, inclusive quanto à madeira serrada e à madeira serrada curta.

§ 2º Será admitida variação de até 10% (dez por cento) nas dimensões das peças de madeira serrada, incluindo subclassificações previstas no § 3º do art. 9º da Resolução Conama nº 411, de 6 de maio de 2009, desde que não ultrapasse 10% (dez por cento) do volume total em estoque ou em carga. *(Redação dada pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)*

Art. 42. Eventuais divergências contábeis, inclusive provenientes de perdas residuais em transporte ou armazenagem, incêndios, intempéries e outras, deverão ser imediatamente informadas ao órgão ambiental competente que, mediante análise do mérito, promoverá os devidos ajustes administrativos, sem prejuízo de eventuais sanções administrativas cabíveis, em caso de comprovada conduta irregular por parte do usuário.

Parágrafo único. Como condição para a realização do ajuste mencionado no *caput*, os produtos florestais existentes no pátio deverão estar organizados por tipo, espécie taxonômica e dimensões, de modo a permitir a identificação e mensuração de todos os itens.

SUBCAPÍTULO IV DO TRANSPORTE

Art. 43. É obrigatório o preenchimento dos campos relativos ao meio de transporte, à(s) placa(s) ou registro do(s) veículo(s) ou da(s) embarcação(ões) a ser(em) utilizada(s), assim como a descrição completa da rota de transporte para cada trecho a ser percorrido.

§ 1º Na hipótese de produtos florestais transportados em comboio, por mais de uma unidade de transporte e um único documento fiscal, deve ser emitido um DOF específico para cada unidade, acompanhado do respectivo documento fiscal em um veículo e cópia do mesmo nos demais.

§ 2º Os veículos a serem utilizados no transporte de produto florestal devem ser previamente cadastrados no Módulo de Utilização de Recursos Florestais do Sinaflor, a partir do CTF do respectivo proprietário.

§ 3º Se constatada irregularidade no uso do veículo, o órgão ambiental poderá desabilitá-lo para futuras emissões de DOF.

§ 4º Em caso de perda total ou indisponibilidade permanente do veículo para o transporte de produtos florestais, o proprietário deverá realizar sua baixa definitiva no sistema ou requerê-la ao órgão ambiental competente.

Art. 44. No caso de transbordo, em que o trânsito de uma mesma carga requeira diferentes modalidades de transporte, deve ser emitido um único DOF, com o detalhamento de cada modalidade utilizada, especificação das placas ou registros de veículos ou embarcações e descrição do itinerário a ser percorrido em cada trecho integrante do percurso total da viagem.

Parágrafo único. Quando não for conhecida, no momento da emissão do DOF, a placa do veículo a ser utilizado em trecho posterior ao inicial, a mesma deverá ser informada no sistema antes de se iniciar o percurso do respectivo trecho, sem o qual o transporte passa a ser considerado irregular nos termos da legislação em vigor.

Art. 45. O prazo de validade para o transporte, entendido como o tempo necessário para a concretização do percurso total a ser percorrido, será informado pelo usuário no ato de emissão do DOF, respeitados os seguintes limites:

- I - quatro dias para o transporte terrestre intraestadual;
- II - sete dias para o transporte terrestre interestadual;

III - quinze dias para o transporte fluvial ou marítimo;

IV - quatro dias para o transporte ferroviário; e

V - um dia para o trecho aéreo de transporte.

§ 1º O prazo de validade informado pelo usuário deve coincidir com o tempo previsto para o efetivo percurso conforme o meio de transporte e a distância entre a origem e o destino, observando-se o disposto no art. 35, § 2º da presente Instrução Normativa.

§ 2º O Ibama poderá fixar limites de validade diferenciados considerando os locais de origem e o destino.

Art. 46. Se, por motivo de caso fortuito ou força maior, houver necessidade de suspensão ou da extensão do prazo de validade do DOF, o interessado deverá requerê-la ao órgão ambiental competente apresentando documentação que comprove os motivos da solicitação e, se for o caso, boletim de ocorrência lavrado junto à autoridade policial. *(Redação dada pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)*

§ 1º O DOF suspenso poderá ser reativado, mediante requerimento do interessado, quando sanada a condição adversa que motivou a suspensão e desde que as todas as condições inicialmente consignadas no DOF permaneçam inalteradas.

§ 2º No ato da reativação do DOF poderá ser concedida pelo órgão ambiental competente uma nova data de validade para permitir a conclusão do transporte, respeitados os limites previstos no art. 45.

§ 3º Na hipótese de extensão de validade ou de atribuição de nova validade a um DOF reativado, será obrigatória a emissão da nova via do DOF com o dado atualizado, que passará a constar na consulta pública online.

Art. 47. A validade para transporte poderá ter início até cinco dias após a emissão do DOF, conforme data indicada pelo emitente.

§ 1º Na hipótese prevista no *caput* deste artigo, o transporte da carga deverá ser efetuado somente a partir do início da validade do DOF, sendo considerado irregular o tráfego da carga em data anterior à indicada.

§ 2º No caso em que o início da validade ocorrer na mesma data de emissão do DOF, e na ocorrência de impedimento do transporte, o usuário poderá proceder ao cancelamento do documento no prazo de até duas horas a contar do horário de emissão do DOF.

§ 3º Ultrapassado o prazo estabelecido no § 2º deste artigo e persistindo a impossibilidade do transporte, o interessado deverá solicitar o estorno do DOF ao órgão ambiental competente, com justificativa dos motivos que determinaram o cancelamento da remessa, assim como a nota fiscal devidamente cancelada, se for o caso, junto ao órgão fazendário estadual.

Art. 48. O Documento de Origem Florestal será considerado inválido para todos os efeitos quando forem verificadas quaisquer das situações abaixo, entre outras, durante o transporte:

I - quantidade/volume ou espécie de produto transportado diferente do autorizado/declarado, quando excedidos os limites previstos no § 2º do art. 41 e no art. 53; *(Redação dada pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)*

II - utilização de percurso diferente do autorizado/declarado;

III - transporte realizado em veículo(s) diferente(s) do autorizado/declarado;

IV - cancelado ou fora do prazo de validade;

V - apresentação do produto diferente do autorizado/declarado, observadas as definições do Anexo III desta Instrução Normativa;

VI - rasura, omissão ou inconsistência em quaisquer de seus campos.

VII - origem do produto diferente do endereço informado no documento de transporte.
(Incluído pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)

Parágrafo único. A divergência entre quaisquer informações do DOF e do documento fiscal, e destes com a carga transportada, também sujeita os infratores às sanções previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e no Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008.

Art. 49. Conforme previsto no § 5º do art. 36 da Lei nº 12.651, de 2012, consideram-se fora do escopo do controle de fluxo florestal e, portanto, dispensados da emissão de DOF para transporte, salvo legislação mais restritiva no âmbito estadual ou municipal, os casos de:

I - material lenhoso proveniente de erradicação de culturas, pomares ou de poda de arborização urbana;

II - produtos que, por sua natureza, já se apresentam acabados, embalados, manufaturados e para consumo final, tais como: porta almofadada ou compensada; janela; móveis; pisos compostos industrializados; cabos de madeira para diversos fins e caixas; chapas aglomeradas, prensadas, compensadas e de fibras; ou outros objetos similares com denominações regionais;

III - celulose, goma-resina e demais pastas de madeira;

IV - serragem, paletes e briquetes de madeira, folhas de essências plantadas, folhas, palhas e fibras de palmáceas, casca e carvão produzido da casca de coco, moinha e briquetes de carvão vegetal, madeira usada em geral e reaproveitamento de madeira de cercas, currais e casas, exceto de espécies constantes dos Anexos da Cites;

V - carvão vegetal empacotado, exceto na fase de saída do local da exploração florestal e/ou produção; (Redação dada pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)

VI - bambu (*Bambusa vulgares*) e espécies afins;

VII - vegetação arbustiva de origem plantada para qualquer finalidade;

VIII - plantas vivas e produtos florestais não madeireiros da flora nativa brasileira não constantes em lista federal de espécies ameaçadas de extinção e nem nos Anexos da Cites; e

IX - exsiccata para pesquisa científica.

Art. 50. Para o transporte de produtos florestais destinados à pessoa física ou jurídica, cuja atividade não exija o cadastro no CTF em categoria pertinente ao controle florestal, será emitido DOF para Consumidor Isento de CTF. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)

§ 1º Fica vedada a emissão de DOF para Consumidor Isento de CTF para destinatário sujeito ao cadastro no CTF e que exerça atividade econômica pertinente ao controle florestal. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)

§ 2º Não haverá isenção do uso do DOF independentemente da quantidade comercializada.

SUBCAPÍTULO V DO RECEBIMENTO DE PRODUTOS FLORESTAIS

Art. 51. O recebimento do DOF ou documento estadual de controle deverá ser informado no Módulo de Utilização de Recursos Florestais do Sinaflor pelo destinatário, por meio do código de controle, no ato do recebimento da carga, para fins de lançamento contábil do respectivo crédito no pátio de destino.

Parágrafo único. O não atendimento ao disposto no *caput* deste artigo até o dia subsequente à data final de validade do documento de transporte implicará ao destinatário a suspensão automática de emissão e recebimento de novos documentos de transporte florestal.

Art. 52. Na eventual recusa do recebimento de carga, o interessado não deverá registrar o recebimento do DOF, mas solicitar a suspensão do DOF ao órgão ambiental competente, cabendo ao remetente requerer o lançamento de Autorização Especial com o saldo do DOF recusado visando ao remanejamento da carga para novo destinatário. *(Redação dada pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)*

Art. 53. O consumidor de produtos florestais, inclusive carvão vegetal nativo, que verificar divergência maior que 10% (dez por cento) entre os volumes reais da carga e os contidos no DOF e na nota fiscal, considerando a classificação por espécie e produto, deverá recusar a carga e comunicar a unidade do órgão ambiental competente para adoção das providências cabíveis nos termos do art. 47 do Decreto nº 6.514/2008, e demais disposições legais.

Parágrafo único. Havendo divergência menor que 10% (dez por cento), o destinatário deverá solicitar ao órgão ambiental competente o devido ajuste administrativo conforme o volume verificado.

SUBCAPÍTULO VI DA CONVERSÃO E DESTINAÇÃO FINAL

Art. 54. A conversão de produtos florestais por meio do processamento industrial ou processo semimecanizado deve ser informada no Módulo de Utilização de Recursos Florestais do Sinaflor, respeitando os limites máximos de coeficiente de rendimento volumétrico dispostos no Anexo II desta Instrução Normativa.

§ 1º A conversão de produtos, inclusive quando ocorrer na área de exploração, será permitida somente para empreendedores devidamente licenciados para essa atividade, nos termos da legislação específica.

§ 2º A conversão deve ser indicada até o dia subsequente à transformação ou beneficiamento de produto florestal, para efeito de atualização contábil junto ao sistema, estando o usuário sujeito às sanções previstas na legislação ambiental em caso de desconformidade entre os saldos contabilizados e as quantidades dos estoques físicos existentes.

§ 3º O saldo de resíduo madeireiro gerado na conversão de produtos brutos para produtos processados, conforme dispostos no Art. 32, terá redução de, no mínimo, 10% (dez por cento), referente a perdas na forma de serragem e pó de serra.

§ 4º Eventuais perdas decorrentes da conversão entre produtos processados deverão ser informadas no sistema conforme o volume obtido da operação.

§ 5º Para coeficiente de rendimento volumétrico superior ao previsto no Anexo II desta Instrução Normativa, o usuário deverá apresentar estudo técnico conforme descrito nos parágrafos 4º ao 7º do art. 6º da Resolução Conama nº 411, de 6 de maio de 2009. *(Redação dada pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)*

§ 6º No caso de não apresentação dos estudos específicos quanto ao rendimento volumétrico de que trata o parágrafo 5º, os usuários ficarão sujeitos às sanções previstas na legislação ambiental, caso coeficientes distintos sejam constatados por ocasião de inspeção industrial ou ação fiscalizatória.

§ 7º Peças de madeira serrada com comprimento inferior a 80 cm (oitenta centímetros) não serão consideradas curtas quando produzidas a partir de desdobro principal ou seccionamento

de madeira serrada de dimensões superiores, ou seja, quando não provenientes do processamento de resíduos da indústria madeireira a que se refere o art. 55. *(Redação dada pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)*

§ 8º Os coeficientes de rendimento volumétrico em conversões a partir dos produtos brutos “Tora” e “Torete” para peças de madeira serrada, dispostos no Anexo II desta Instrução Normativa, serão ajustados conforme o que determina o art. 7º da Resolução Conama nº 474, de 6 de abril de 2016, devendo ser observados os procedimentos estabelecidos nos seus parágrafos. *(Incluído pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)*

Art. 55. Resíduos da indústria madeireira poderão gerar peças de madeira serrada curta, conforme descritos no art. 32, inc. II, “e”, desta Instrução Normativa.

§ 1º A transformação mencionada no *caput* fica condicionada à apresentação de um laudo técnico, contendo estudos de coeficiente de rendimento volumétrico, relatório fotográfico e ART específica.

§ 2º A partir da publicação da Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 26 de dezembro de 2013, o material até então contabilizado no sistema como “Resíduo de Serraria” passou a ser reclassificado como “Resíduos da Indústria Madeireira para Fins Energéticos”.

Art. 56. A operação contábil denominada “Destinação Final” refere-se às operações que resultam na saída do produto florestal do fluxo de controle, mediante a sua utilização ou aplicação final, ou pela transformação em produto acabado, nos termos dos incisos II e V do art. 49 desta Instrução Normativa e em conformidade com as atividades informadas pelo usuário junto ao CTF.

Parágrafo único. A destinação final deve ser informada no Módulo de Utilização de Recursos Florestais do Sinaflor até o dia subsequente à operação referida no *caput*, estando o usuário sujeito às sanções previstas na legislação ambiental em caso de desconformidade entre os saldos contabilizados e as quantidades dos estoques físicos existentes.

Art. 57. Por ocasião de inspeção industrial ou ação fiscalizatória, o usuário deverá realizar, em prazo determinado pela autoridade competente, a atualização dos procedimentos de recebimento, conversão e destinação pendentes no Sistema.

SUBCAPÍTULO VII DA EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO

Art. 58. Para o produto florestal de origem nativa objeto de operações de comércio exterior, será obrigatoriamente emitido DOF específico para essa finalidade, denominado DOF de Exportação ou de Importação, respectivamente, para o acobertamento de transporte realizado até o terminal alfandegado de internacionalização da carga ou a partir do ponto de nacionalização.

§ 1º A emissão do DOF de Exportação ou de Importação será disponibilizada apenas à pessoa física ou jurídica cadastrada na categoria pertinente junto ao CTF.

§ 2º O disposto no *caput* deste artigo aplica-se igualmente aos casos em que o estado receptor ou exportador da carga utilize sistema próprio de controle florestal.

§ 3º O atendimento das normas de que trata este subcapítulo dar-se-á sem prejuízo da observância, quando for o caso, das normas de que trata a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização.

Art. 59. Quando da importação de produtos florestais, o usuário deverá cadastrar os dados da respectiva Declaração de Importação – DI no Sistema, indicando o terminal alfandegado de

entrada do produto no país onde se processará o desembaraço aduaneiro de importação.

§ 1º Entende-se por Declaração de Importação – DI o documento emitido pelo Sistema Integrado de Comércio Exterior – Siscomex, mediante o recolhimento dos impostos pertinentes, junto à Secretaria da Receita Federal.

§ 2º A DI original deve ser apresentada para conferência por parte da autoridade competente e posterior homologação e lançamento dos respectivos créditos no Sistema.

§ 3º Os créditos para emissão do DOF de Importação serão proporcionalmente liberados após o lançamento no Sistema dos dados de Manifesto Internacional de Carga Rodoviária/Declaração de Trânsito Aduaneiro – MIC/DTA, por parte do usuário.

Art. 60. O DOF de Importação será obrigatoriamente emitido, nos termos da presente Instrução Normativa, para o transporte dos produtos florestais importados a partir do recinto de sua nacionalização, obedecidos os demais procedimentos, prazos e critérios gerais da legislação em vigor.

§ 1º Os produtos florestais devem ser escoados, a partir do ponto de nacionalização, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, contado da data de homologação da respectiva DI. *(Redação dada pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)*

§ 2º Findo o prazo estabelecido no parágrafo anterior, eventuais saldos remanescentes serão cancelados.

Art. 61. Os produtos florestais nativos destinados à exportação deverão estar acompanhados de DOF de Exportação desde o pátio de origem até o terminal alfandegado onde será processado o despacho aduaneiro de exportação.

§ 1º No ato da emissão, deverá ser indicado o terminal alfandegado de internacionalização e embarque, assim como o endereço completo do importador no país de destino da carga.

§ 2º O DOF de Exportação ou documento estadual de transporte similar será emitido pelo detentor do produto florestal sem necessidade de cadastro de oferta, nem de homologação de pátio específico no local de internacionalização.

§ 3º A chegada da carga no terminal alfandegado, ou no armazém de retaguarda integrado a este, deve ser informada no sistema DOF, por meio do código de controle do documento, inclusive nas unidades da federação que utilizam sistema próprio de controle de fluxo florestal.

§ 4º Após o efetivo desembaraço aduaneiro e embarque internacional da carga, o exportador deverá registrar a exportação do produto em transação específica do Módulo de Utilização de Recursos Florestais do Sinaflor, mediante informação do número e data do Despacho de Exportação da Receita Federal (DE), no prazo de 10 (dez) dias a contar do informe de chegada da carga ao terminal alfandegado a que se refere o § 3º deste art., sob pena de bloqueio da emissão de novo DOF de Exportação enquanto persistir a pendência. *(Redação dada pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)*

§ 5º A exportação, com finalidade comercial, de plantas vivas e produtos florestais não madeireiros da flora nativa brasileira constantes em lista nacional de espécies ameaçadas de extinção somente será permitida quando:

I - provenientes de propagação ou de multiplicação controlada pelo homem; ou

II - coleta ou manejo de ecossistemas naturais aprovados pelo órgão ambiental competente.

Art. 61-A Em complemento ao art. 60, quando houver previsão de utilização de armazém de retaguarda no qual a carga permanecerá por período superior à validade do DOF de Exportação, o exportador deverá informar nome e endereço do armazém no ato da emissão do referido documento de transporte e seguir os procedimentos dispostos nos parágrafos seguintes.

§ 1º Admitindo-se que haverá transbordo da carga a partir da saída do armazém de retaguarda, a emissão do DOF Exportação deverá ser feita conforme o disposto do art. 44, com posterior preenchimento da placa do veículo que efetuará o transporte do armazém ao porto ou terminal alfandegado, nos termos do parágrafo único do mesmo art.

§ 2º Caso a identificação do veículo que fará o transporte a partir do armazém não seja conhecida no ato da emissão do documento de transporte, o campo referente deverá ser deixado em branco, devendo ser preenchido posteriormente.

§ 3º A chegada da carga ao armazém de retaguarda deverá ser informada no sistema pelo exportador, por meio do código de controle do DOF de Exportação, e nesse ato a validade do documento será automaticamente suspensa.

§ 4º No momento de saída do armazém de retaguarda com destino ao local de exportação, o DOF de Exportação deverá ser reativado pelo exportador por meio de opção específica do sistema e mediante identificação do veículo que efetuará o transporte nesse trecho, conforme §§ 1º e 2º deste art.

§ 5º Ao concluir a operação descrita no parágrafo anterior, a validade do documento prosseguirá do ponto em que foi interrompida pelo ato previsto no § 3º, e o exportador deverá cumprir os procedimentos dispostos nos §§ 3º e 4º do art. 60. *(Incluído pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)*

Art. 62. No eventual cancelamento parcial ou total da exportação, em vez de registrar a exportação do produto, o emissor deverá solicitar o estorno do saldo não exportado junto à unidade do IBAMA de jurisdição no terminal alfandegado.

§ 1º Após análise e deferimento da solicitação por parte do Ibama, os créditos remanescentes, vinculados ao DOF de exportação, serão disponibilizados em origem específica denominada “Saldo Não Exportado”, a partir do qual o usuário poderá emitir DOF para retorno da carga à origem, para outro destino do mercado interno, ou novo DOF exportação.

§ 2º Os volumes de produto florestal inseridos no “Saldo Não Exportado” deverão ser remanejados conforme as opções dispostas no § 1º deste art. dentro do prazo de 72 (setenta e duas) horas, após o qual o usuário ficará impedido de emitir novo DOF de Exportação para qualquer porto ou terminal alfandegado. *(Redação dada pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)*

CAPÍTULO VII DA REPOSIÇÃO FLORESTAL

Art. 63. A geração do crédito de reposição florestal ocorrerá mediante o cadastro pelo usuário de levantamento circunstanciado ou de projeto de florestamento ou reflorestamento e a respectiva análise pelo órgão ambiental competente. *(Redação dada pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)*

§ 1º Para efeito desta Instrução Normativa, entende-se por:

I - projeto de florestamento ou reflorestamento: projeto técnico de introdução e desenvolvimento de povoamento florestal (em fase de plantio ou em estágio de desenvolvimento inicial); e

II - levantamento circunstanciado: levantamento efetuado em povoamento florestal com desenvolvimento vegetativo consolidado.

§ 2º Para fins de aprovação do levantamento circunstanciado e do projeto de florestamento ou reflorestamento, serão considerados, durante a análise e vistoria, aspectos técnicos do povoamento.

§ 3º Para efeito de cadastramento do levantamento circunstanciado e do projeto de florestamento ou reflorestamento, o usuário deverá, previamente, estar inscrito no CTF/APP e possuir empreendimento específico inserido no Sinaflor.

§ 4º Os imóveis rurais objeto de levantamento circunstanciado ou de projeto de florestamento ou reflorestamento deverão estar previamente inscritos no CAR de que trata o art. 29 da Lei nº 12.651, de 2012, com documentação objeto de prévia análise pelo órgão ambiental competente.

Art. 64. O usuário poderá transferir a terceiro, em parte ou no todo, o crédito de reposição florestal concedido pelo órgão ambiental competente.

§ 1º A transferência de que trata o *caput* se dará uma única vez.

§ 2º O detentor dos créditos de reposição florestal, após aprovação do projeto, poderá disponibilizá-los em ambiente público no Sinaflor, com a finalidade de tornar pública sua intenção de transferência do crédito a outros usuários do sistema.

§ 3º A transferência do crédito de reposição florestal por quaisquer meios não exime o detentor do povoamento de sua condução e manutenção.

§ 4º A transferência ou comercialização dos créditos de reposição florestal não transfere o domínio do produto florestal a ser extraído.

TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 65. O órgão ambiental competente realizará, a qualquer tempo, vistorias e atos de fiscalização para verificar o cumprimento das disposições contidas nesta Instrução Normativa, solicitando ao usuário a apresentação dos documentos fiscais e informações complementares para conferência com as informações existentes no Sinaflor.

Art. 66. Constatada irregularidade na execução de autorização de exploração ou de utilização de matéria-prima, no estoque ou nas movimentações realizadas no Sinaflor, o órgão ambiental competente suspenderá as operações de pessoa física ou jurídica nos sistemas e efetuará os devidos ajustes nos saldos contabilizados.

§ 1º A adoção da medida de que trata o *caput* deste artigo, seja de natureza sancionatória ou acautelatória, será acompanhada da lavratura de termo próprio em que conste justificativa demonstrando a necessidade da medida e relatório das providências adotadas ou necessárias no caso concreto.

§ 2º Na hipótese de necessidade ou determinação da liberação das operações do usuário no Sinaflor, somente poderá efetuar a liberação o órgão ambiental responsável pela suspensão anteriormente imposta.

Art. 67. O acesso ao Sinaflor disponibilizado às pessoas físicas e jurídicas será realizado por meio de certificação digital, cabendo a esses providenciar seus próprios certificados, conforme especificações a serem fornecidas pelo Ibama.

§ 1º O IBAMA poderá obstar o acesso ao sistema de que trata o *caput* do empresário individual ou da sociedade em comum que não possuam inscrição no CNPJ, nos termos das legislações civil e tributária, quando entendida como obrigatória a referida inscrição em vista da atividade econômica desempenhada pelo usuário.

§ 2º Na hipótese prevista no parágrafo anterior, o usuário deverá providenciar sua inscrição no CNPJ e cadastrar-se no CTF/APP com essa identificação, para fins de acesso ao Sinaflor.

Art. 68. Os usuários com acesso ao ambiente interno do Sinaflor, no âmbito de suas competências, ficam obrigados a realizá-lo por meio de certificado digital.

Parágrafo único. A partir de 2 de março de 2015, somente será admitido o uso de certificado digital do tipo A3 para acesso dos usuários mencionados no caput deste artigo e no *caput* do art. 67.

Art. 69. O sistema Sinaflor será disponibilizado em âmbito nacional a partir de 1º de janeiro de 2017. *(Redação dada pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)*

Art. 70. A partir de 2 de maio de 2018, todas as atividades florestais, empreendimentos de base florestal e processos correlatos sujeitos ao controle por parte dos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama serão efetuadas necessariamente por meio do Sinaflor ou por sistema estadual a ele integrado. *(Redação dada pela Instrução Normativa nº 13, de 18/12/2017)*

Art. 71. As disposições contidas no Parágrafo Único do Artigo 17, no § 3º do Art. 33 e nos §§ 6º e 7º do Art. 35 serão disponibilizadas a partir da data indicada no Art. 69.

Art. 72 O IBAMA disponibilizará, na sua página oficial na rede mundial de computadores, dados do Sinaflor para consulta pública, com os fins de atender ao disposto no §4º do art. 35 da Lei nº 12.651/2012.

Art. 73 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.


Art. 74 Ficam revogadas as Instruções Normativas IBAMA nºs 1, de 23 de abril de 2003; 177, de 18 de junho de 2008; 11, de 29 de setembro de 2011; 21, de 26 de dezembro de 2013; 10, de 25 de junho de 2014; e 16, de 31 de outubro de 2014.

VOLNEY ZANARDI JÚNIOR

Presidente do Ibama

Este texto não substitui os publicados no DOU de 27/12/2014, 13/12/2016 e 20/12/2017.

ANEXO I
MODELO DO DOF

				
1 – Emissor			2 – Ibama/CTF	
3 – Endereço				
4 – Bairro		5 – Município		
6 – Origem			7 – Coordenadas	
8 – Endereço				
9 – Bairro		10 – Município		
11 – Roteiro de Acesso				
12 – Autorização		13 – Tipo		
14 – Produto / Espécie		15 Qtd	16 Un.	17 – Valor
18 – Interessado			19 – Ibama/CTF	
20 – Endereço				
21 – Bairro			22 – Município	
23 – Destino			24 – Coordenadas	
25 – Endereço				
26 – Bairro		27 – Município		
28 – Roteiro de Acesso				
29 – Meio de Transporte	30 – Placa/Registro	35 – Para uso da fiscalização do _____, repartições fiscais e outras		
31 – N° Doc. Fiscal	32 – Validade			
33 – Rota do Transporte				
34 – Código de controle				
Código de Barra				

ANEXO II

COEFICIENTES DE RENDIMENTO VOLUMÉTRICO

(Redação dada pela Instrução Normativa nº 13, de 18/12/2017)

Item a processar	Produto processado	Índice (%)
Bloco, Quadrado ou Filé (m³)	Alisar (m³)	50
	Decking (m³)	50
	Forro (Lambril) (m³)	50
	Lâmina Faqueada (m³)	50
	Madeira Serrada (Caibro) (m³)	50
	Madeira Serrada (Prancha) (m³)	50
	Madeira Serrada (Pranchão) (m³)	50
	Madeira Serrada (Tábua) (m³)	50
	Madeira Serrada (Vareta) (m³)	50
	Madeira Serrada (Viga) (m³)	50
	Madeira Serrada (Vigota) (m³)	50
	Pisos e assoalhos (m³)	50
	Porta Lisa Maciça (m³)	50
	Portal ou Batente (m³)	50
	Ripa (m³)	50
	Rodapé (m³)	50
	Sarrafo (m³)	50
	Tacos (m³)	50
Lenha (st)	Carvão Vegetal (mdc)	33,33
	Cavacos (m³)	100
Lenha de Espécies Exóticas (st)	Carvão Vegetal de Espécies Exóticas (mdc)	33,33
Madeira Serrada (Caibro) (m³) * <i>(Incluído pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)</i>	Alisar (m³)	82
	Decking (m³)	82
	Forro (Lambril) (m³)	82
	Madeira Aplainada 2 faces (S2S) *	85 *
	Madeira Aplainada 2 faces (S4S) *	82 *
	Pisos e Assoalhos (m³)	82
	Porta Lisa Maciça (m³)	82

Item a processar	Produto processado	Índice (%)
	Portal ou Batente (m³)	82
	Ripa (m³)	94
	Rodapé (m³)	82
	Sarrafo (m³)	94
	Tacos (m³)	82
Madeira Serrada (Prancha) (m³) <i>* (Incluído pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)</i>	Alisar (m³)	82
	Decking (m³)	82
	Forro (Lambril) (m³)	82
	Madeira Aplainada 2 faces (S2S) *	85 *
	Madeira Aplainada 2 faces (S4S) *	82 *
	Madeira Serrada (Caibro) (m³)	94
	Madeira Serrada (Tábua) (m³)	94
	Madeira Serrada (Vareta) (m³)	94
	Madeira Serrada (Viga) (m³)	94
	Madeira Serrada (Vigota) (m³)	94
	Pisos e Assoalhos (m³)	82
	Porta Lisa Maciça (m³)	82
	Portal ou Batente (m³)	82
	Ripa (m³)	94
	Rodapé (m³)	82
	Sarrafo (m³)	94
	Tacos (m³)	82
Madeira Serrada (Pranchão) (m³) <i>* (Incluído pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)</i>	Alisar (m³)	82
	Decking (m³)	82
	Forro (Lambril) (m³)	82
	Madeira Aplainada 2 faces (S2S) *	85 *
	Madeira Aplainada 2 faces (S4S) *	82 *
	Madeira Serrada (Caibro) (m³)	94
	Madeira Serrada (Tábua) (m³)	94
	Madeira Serrada (Vareta) (m³)	94
	Madeira Serrada (Viga) (m³)	94
	Madeira Serrada (Vigota) (m³)	94

Item a processar	Produto processado	Índice (%)
	Pisos e Assoalhos (m³)	82
	Porta Lisa Maciça (m³)	82
	Portal ou Batente (m³)	82
	Ripa (m³)	94
	Rodapé (m³)	82
	Sarrafo (m³)	94
	Tacos (m³)	82
Madeira Serrada (Tábua) (m³) <i>* (Incluído pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)</i>	Alisar (m³)	82
	Decking (m³)	82
	Forro (Lambril) (m³)	82
	Madeira Aplainada 2 faces (S2S) *	85 *
	Madeira Aplainada 2 faces (S4S) *	82 *
	Pisos e Assoalhos (m³)	82
	Porta Lisa Maciça (m³)	82
	Portal ou Batente (m³)	82
	Ripa (m³)	94
	Rodapé (m³)	82
	Sarrafo (m³)	94
	Tacos (m³)	82
Madeira Serrada (Viga) (m³) <i>* (Incluído pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)</i>	Alisar (m³)	82
	Decking (m³)	82
	Forro (Lambril) (m³)	82
	Madeira Aplainada 2 faces (S2S) *	85 *
	Madeira Aplainada 2 faces (S4S) *	82 *
	Lascas (m³)	100
	Madeira Serrada (Caibro) (m³)	94
	Madeira Serrada (Tábua) (m³)	94
	Madeira Serrada (Vareta) (m³)	94
	Madeira Serrada (Vigota) (m³)	94
	Pisos e Assoalhos (m³)	82
	Porta Lisa Maciça (m³)	82
	Portal ou Batente (m³)	82

Item a processar	Produto processado	Índice (%)
	Ripa (m³)	94
	Rodapé (m³)	82
	Sarrafo (m³)	94
	Tacos (m³)	82
Madeira Serrada (Vigota) (m³) <i>* (Incluído pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)</i>	Alisar (m³)	82
	Decking (m³)	82
	Forro (Lambril) (m³)	82
	Lascas (m³)	100
	Madeira Aplainada 2 faces (S2S) *	85 *
	Madeira Aplainada 2 faces (S4S) *	82 *
	Madeira Serrada (Caibro) (m³)	94
	Madeira Serrada (Tábua) (m³)	94
	Madeira Serrada (Vareta) (m³)	94
	Pisos e Assoalhos (m³)	82
	Porta Lisa Maciça (m³)	82
	Portal ou Batente (m³)	82
	Rodapé (m³)	82
	Ripa (m³)	94
	Sarrafo (m³)	94
	Tacos (m³)	82
Resíduo da Indústria Madeireira para Fins Energéticos (m³) <i>(Redação dada pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)</i>	Carvão Vegetal de Resíduo (mdc)	50
	Cavacos (m³)	100
Sarrafo (m³)	Ripa (m³)	94
Tora (m³) <i>* (Incluído pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)</i>	Bloco, Quadrado ou Filé (m³)	45
	Bolacha de Madeira *	90 *
	Cavacos (m³)	100
	Lâmina Torneada (m³)	55
	Lâmina Faqueada (m³)	45
	Madeira Serrada (Caibro) (m³)	45
	Madeira Serrada (Prancha) (m³)	45
	Madeira Serrada (Pranchão) (m³)	45

Item a processar	Produto processado	Índice (%)
	Madeira Serrada (Tábua) (m³)	45
	Madeira Serrada (Vareta) (m³)	45
	Madeira Serrada (Viga) (m³)	45
	Madeira Serrada (Vigota) (m³)	45
	Ripa (m³)	45
	Sarrafo (m³)	45
Rolete (m³)	Carvão Vegetal (mdc)	50
	Cavacos (m³)	100
Toretas (m³) * (Incluído pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)	Bloco, Quadrado ou Filé (m³)	45
	Bolacha de Madeira *	90 *
	Cavacos (m³)	100
	Lâmina Torneada (m³)	55
	Lâmina Faqueada (m³)	45
	Madeira Serrada (Caibro) (m³)	45
	Madeira Serrada (Prancha) (m³)	45
	Madeira Serrada (Pranchão) (m³)	45
	Madeira Serrada (Tábua) (m³)	45
	Madeira Serrada (Vareta) (m³)	45
	Madeira Serrada (Viga) (m³)	45
	Madeira Serrada (Vigota) (m³)	45
	Ripa (m³)	45
	Sarrafo (m³)	45

ANEXO III

GLOSSÁRIO DE PRODUTOS DE ORIGEM FLORESTAL

1 - Alisar

Peça empregada para emoldurar o vão da porta e que cobre a junta presente entre a parede e o marco, também denominada alizar, guarnição, vista, moldura ou cobre-junta, podendo referir-se, em outras aplicações, à régua fixa na parede à altura do encosto das cadeiras para proteção. *(Incluído pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)*

2 – Bolacha de Madeira

Peça originada a partir do seccionamento de tora, torete, galhadas ou raízes, de formatos variados, com espessura inferior a 30 cm e menor do que a medida do diâmetro ou largura, também denominada disco ou fatia, utilizada como parte de mobiliário, caminho de jardim, painel decorativo ou outros usos. *(Incluído pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)*

3 – Carvão Vegetal

Substância combustível, sólida, negra, resultante da carbonização da madeira (troncos, galhos, nós e raízes), podendo apresentar diversas formas e densidades.

4 – Carvão Vegetal de Resíduo

Substância combustível, sólida, negra, resultante da carbonização de resíduo da industrialização da madeira, podendo apresentar diversas formas e densidades.

5 – Cavacos

Fragmentos de madeira na forma de flocos ou chips decorrentes da picagem de toras, lenha ou resíduos, utilizando equipamento próprio de cavaqueamento.

6 – Decking

Madeira serrada capaz de suportar peso, semelhante a um piso, mas normalmente construídos ao ar livre, frequentemente elevado em relação ao solo e geralmente usado para circundar banheiras e piscinas.

7 – Dormentes

Peças de madeira posicionadas no solo, perpendicularmente à via férrea, utilizadas para afixação de trilhos.

8 – Escoramento

Peça de madeira, normalmente uma seção de tronco, fino e alongado, manuseável, também denominado espeque, esteio, estronca, ou vara, geralmente utilizados em obras e construções para escorar ou sustentar temporariamente andaimes, partes superiores, inclinadas, revestidas, obras de arrimo e apoio emergencial de edificações.

Dimensões usuais: diâmetro da menor seção maior que 6 cm, comprimento maior que 260 cm.

9 – Estaca

Peça alongada de diferentes tamanhos, geralmente uma seção de tronco que se crava no solo com finalidade estrutural para transmitir-lhe carga de uma construção, como parte de fundação, como marco referencial, como peça de sustentação e outros.

10 – Forro (lambрил)

Peças de madeira com encaixe tipo macho-fêmea pregadas nos caibros do telhado ou teto pelo lado de dentro do ambiente.

11 – Lâmina Faqueada

Denominação referente à lâmina de madeira ou fragmento chato e delgado, obtido pelo processamento da tora no sentido longitudinal ou rotacional por método de laminação contínua e repetitiva.

12 – Lâmina Torneada

Denominação referente à lâmina de madeira ou fragmento chato e delgado obtido pelo método de processamento rotativo ou torneamento, resultante do giro contínuo da tora sobre mecanismo de corte.

13 – Lasca

Denominação referente à peça de madeira ou parte de tronco, obtida por rompimento no sentido longitudinal, forçado a partir de rachaduras e fendas na madeira, geralmente de dimensões que possibilitam manuseio e com dois lados formando um vértice e geralmente destinadas à utilização como estaca e mourão de cerca de arame.

Dimensões usuais: comprimento acima de 220 cm, espessuras variáveis.

14 – Lenha

Porção de galhos, raízes e troncos de árvores e nós de madeira, normalmente utilizados na queima direta ou produção de carvão vegetal.

15 – Madeira serrada

É a que resulta diretamente do desdobro de toras ou toretes, constituída de peças cortadas longitudinalmente por meio de serra ou motosserra, independentemente de suas dimensões, de seção retangular ou quadrada. A madeira serrada será classificada de acordo com as seguintes dimensões: *(Redação dada pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)*

Denominação	Espessura (cm)	Largura (cm)
Bloco, Quadrado ou Filé *	>12,0	>12,0
Pranchão	>7,0	>20,0
Prancha	4,0-7,0	>20,0
Viga	≥4,0	11,0-20,0
Vigota	4,0-11,0	8,0-10,9
Caibro	4,0-8,0	4,0-7,9
Tábua	1,0-3,9	>10,0
Sarrafo	2,0-3,9	2,0-10,0
Ripa	<2,0	≤10,0

* O produto “Bloco, Quadrado ou Filé” possui seção quadrada; portanto, uma peça de madeira somente poderá ser classificada desta forma quando coincidirem suas medidas de espessura e largura.

16 – Madeira serrada curta

Peça de madeira obtida a partir da conversão de resíduos da indústria madeireira, conforme disposto no art. 55 desta Instrução Normativa, com comprimento máximo de 80 cm. A madeira serrada curta será classificada de acordo com as seguintes dimensões:

Denominação	Espessura	Largura	Comprimento
Viga curta	≥4,0	11,0-20,0	<80
Vigota curta	4,0-11,0	8,0-10,9	<80
Caibro curto	4,0-8,0	4,0-7,9	<80
Tábua curta	1,0-3,9	>10,0	<80
Sarrafo curto	2,0-3,9	2,0-10,0	<80
Ripa curta	<2,0	≤10,0	<80

17 - Mourão

Peça de madeira, geralmente parte de tronco, manuseável, normalmente resistente à degradação e forças mecânicas, utilizado como estaca tutorial agrícola, como esteio fincado firme para imobilização de animais de grande porte, como estrutura de sustentação de cerca de tábuas, de arames, de alambrados ou à beira de rios onde se prendem embarcações leves.

Dimensões usuais: comprimentos acima 220 cm, diâmetros variáveis.

18 – Óleo essencial

Compostos orgânicos voláteis das plantas, extraídos por destilação a vapor ou extração por solventes, das folhas, flores, cascas, madeiras e raízes, sendo que seu processo de extração exige o aniquilamento da planta ou de parte dela.

19 – Palmito

Gomo terminal, obtido da região próxima ao meristema apical, longo e macio, do caule das palmeiras,

comestível em algumas espécies.

20 – Pisos e Assoalhos

Peças de madeira, podendo ou não ter encaixe tipo macho-fêmea, utilizada como pavimento no interior de construções.

21 – Porta Lisa Maciça

Produto composto por madeira sólida, com dimensões usuais do produto em referência, com os quatro lados lixados. Não inclui portas almofadadas.

22 – Portal

Conjunto de batentes contendo vincos bem definidos, onde serão fixadas as dobradiças e contra-testa da fechadura da porta.

23 – Poste

Haste de madeira, ou parte de tronco, de uso cravado verticalmente no solo para servir de suporte a estruturas, transformadores e isoladores sobre os quais se apoiam cabos de eletricidade, telefônicos, telegráficos e outros, ou como suporte para lâmpadas.

24 – Produto Acabado

Produto obtido após o processamento industrial da madeira que se encontra pronto para o uso final e não comporta qualquer transformação adicional.

25 – Resíduo da Indústria Madeireira para Fins de Aproveitamento Industrial

Aparas, costaneiras e demais restos de beneficiamento e de industrialização de madeira, devidamente qualificados por espécie, destinados ao aproveitamento em peças de madeira e não passíveis de utilização para produção energética. *(Redação dada pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)*

26 – Resíduo da Indústria Madeireira para Fins Energéticos

Aparas, costaneiras, sobras do processo de desdobro da madeira, maravalhas, grânulos e serragem destinados para fins energéticos e passíveis de aproveitamento em peças de madeira. *(Redação dada pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)*

27 – Rolete ou Rolo Resto

Peça de madeira roliça, longa, cilíndrica e manuseável, resultante de laminação por torneamento de toras.

Dimensões usuais: comprimento de 150 a 330 cm

28 – Madeira Aplainada 2 Faces (S2S) *(Redação dada pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)*

Madeira serrada, com dois lados aplainados, apresentando duas faces totalmente lisas (lixadas) e duas laterais em bruto.

29 – Madeira Aplainada 4 faces (S4S) *(Redação dada pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)*

Madeira serrada, com os quatro lados aplainados, apresentando as duas faces e as duas laterais totalmente lisas (lixadas).

30 – Tacos

Cada uma das pequenas peças de madeira que formam um piso composto (parquet).

31 – Tora

Parte de uma árvore, seções do seu tronco ou sua principal parte, em formato roliço, destinada ao processamento industrial.

32 – Torete

Seções aproveitáveis da árvore originadas a partir da galhada, destinadas à cadeia produtiva da madeira serrada. *(Redação dada pela Instrução Normativa nº 9, de 12/12/2016)*

33 – Vara

Haste de madeira longa e fina, manuseável, roliça, pontiaguda, flexível, natural de espécies características ou de espécies arbóreas de grande porte, jovens, ou preparada neste formato.

Dimensões usuais variáveis: menor diâmetro acima de 6 cm.

34 – Vareta

Peças de madeira serrada de formato retangular para produção de arcos de instrumentos musicais.

35 – Xaxim

Tronco de certas samambaias arborescentes da família das ciateáceas, muito usado em floricultura, e cuja massa fibrosa se constitui inteiramente de raízes adventícias entrelaçadas.